

Aprovado 11.06.2018

*[Handwritten signatures]*  
CARLOS DE MENEZES  
Conselho de Administração  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# Relatório de Gestão e Contas 2017



# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

## CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

| <b>Índice</b>   | <b>Pág.</b> |
|---|-------------|
| <b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>                                 | 05          |
| <b>2. BREVE APRESENTAÇÃO</b>  | 07          |
| 2.1. Área de Influência do CHLO   | 08          |
| 2.2. Especialidades e valências existentes  | 09          |
| <b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>  | 12          |
| 3.1. Regulamento Interno  | 12          |
| 3.2. Organograma  | 12          |
| <b>4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE</b>  | 14          |
| 4.1. Governo da Sociedade   | 14          |
| 4.1.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa   | 14          |
| 4.1.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita                          | 15          |
| 4.1.3. Informação sobre as Transações relevantes com as Entidades relacionadas                | 15          |
| 4.1.4. Informação sobre outras transações   | 16          |
| 4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais      | 16          |
| 4.1.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais   | 20          |
| 4.1.7. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental      | 21          |
| 4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo                               | 28          |
| 4.1.9. Existência do Código de Ética  | 28          |
| <b>5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>  | 30          |
| 5.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento                                    | 31          |
| 5.2. Gestão do Risco Financeiro   | 34          |
| 5.3. Limites de Crescimento do Endividamento  | 34          |
| 5.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") | 34          |
| 5.5. Recomendações do Accionista  | 35          |
| 5.6. Remunerações   | 35          |

|  |    |
|--|----|
| 5.7. Aplicação do disposto no Artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público           | 38 |
| 5.8. Aplicação do disposto no nº 2 do Artigo 16º do RJSPE e do Artigo 11º do EGP       | 39 |
| 5.9. Elaboração e divulgação do Relatório sobre Remunerações pagas a Mulheres e Homens | 39 |
| 5.10. Relatório Anual sobre Prevenção de Corrupção                                     | 40 |
| 5.11. Contratação Pública  | 40 |
| 5.12. Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado              | 41 |
| 5.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais  | 41 |
| 5.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado                                     | 42 |
| 5.15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas (recomendações)                    | 43 |
| 5.16. Divulgação de Informação   | 43 |
| 5.17. Informação específica para o Setor da Saúde                                      | 44 |
| <b>6. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO</b>                     |    |
| <b>ADOTADAS EM 2017</b>  | 48 |
| <b>7. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2017</b>  | 53 |
| 7.1. Taxa de Execução  | 53 |
| 7.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade  | 54 |
| 7.2.1. Internamento  | 58 |
| 7.2.2. Bloco Operatório  | 59 |
| 7.2.3. Bloco de Partos   | 66 |
| 7.2.4. Consulta Externa  | 67 |
| 7.2.5. Urgência  | 71 |
| 7.2.6. Hospital de Dia   | 73 |
| 7.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório  | 74 |
| 7.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica                               | 75 |
| 7.3. Desempenho Económico-Financeiro   | 76 |
| 7.3.1. Análise Económica   | 76 |
| 7.3.2. Análise Financeira  | 88 |
| 7.3.3. Execução Orçamental   | 94 |
| 7.3.4. Investimento  | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| 7.4. Recursos Humanos  | 96  |
| 7.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais                                  | 97  |
| 7.4.2. Mobilidade de Pessoal   | 98  |
| 7.4.3. Absentismo  | 99  |
| 7.4.4. Estrutura Etária  | 101 |
| 7.4.5. Formação  | 103 |
| 7.5. Sistemas e Tecnologias de Informação  | 105 |
| 7.6. Investigação Clínica  | 106 |
| 7.7. Comissão de Qualidade e Segurança   | 106 |
| 7.8. Comissão de Ética   | 108 |
| 7.9. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos | 109 |
| 7.10. Serviço Social   | 111 |
| <b>8. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2017</b>  | 113 |
| <b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | 119 |
| <b>10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>   | 120 |
| <b>11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>   | 121 |
| 11.1. Balanço  | 122 |
| 11.2. Demonstração de Resultados por Natureza  | 124 |
| 11.3. Demonstração de Resultados por Funções   | 125 |
| 11.4. Demonstração de Fluxos de Caixa  | 126 |
| 11.5. Mapa dos Fluxos Financeiros  | 128 |
| 11.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico  | 130 |
| <b>12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>                                     | 135 |
| <b>13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>   | 159 |
| <b>14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>   | 166 |

### Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde  
ACSA - Agência de Calidad Sanitaria de Andalucia  
ACES- Agrupamento de Centros de Saúde  
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo  
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental  
CES – Comissão de Ética para a Saúde  
EPE – Entidade Pública Empresarial  
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos  
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier  
HEM – Hospital Egas Moniz  
HOSA – Hospital de Sant’Ana  
HSC – Hospital de Santa Cruz  
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico  
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica  
ORL – Otorrinolaringologia  
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde  
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia  
SNS – Serviço Nacional de Saúde  
TAC – Tomografia Axial Computorizada  
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos  
SIGO - Sistema de Informação de Gestão Orçamental  
SOE - Sistema de Informação da Elaboração Orçamento de Estado

# 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade mudou, nos últimos anos. Em Portugal, na Europa e no Mundo, em geral. Mais correto seria afirmá-lo em sentido inverso, ou seja, no Mundo, na Europa e em Portugal, já que os efeitos das grandes mudanças se fazem sentir, habitualmente, mais tarde nos países periféricos, conservadores e com poucos recursos, como é o caso de Portugal. Neles, os efeitos são tardios, concorrem em força e maior consequência, sobretudo em áreas como a da Saúde.

2017 foi o primeiro ano “pós-crise”. Seguramente, um ano de efeitos resultado de decisões passadas que acabam por afetar estruturalmente o Serviço Nacional de Saúde. A saída de profissionais para o sector privado, preparados e formados no SNS - deixando um fosso entre uma geração à beira da reforma e outra ainda demasiado nova para assumir responsabilidades tão somente por acabada de formar - e a degradação das estruturas por falta de investimento são, provavelmente, os efeitos com maior impacto e mais difíceis de colmatar.

Ainda assim, registaram-se ganhos qualitativos e quantitativos, sobretudo em temas clínicos. Destaque para a aposta nos sistemas de informação e novas tecnologias que melhoraram a interface entre cidadãos e SNS. Ao nível da produção, destaque para áreas hoje fundamentais, tais como o Ambulatório e os Centros de Referência – correspondendo a maior diferenciação e a mais cirurgias marcadas atempadamente - maior número de primeiras consultas e a terapêuticas novas de grande impacto na saúde dos doentes – quiçá com impacto em saúde pública - como o tratamento da Hepatite C.

Numa tríade que contribui, definitivamente, para a qualidade do Centro Hospitalar, apostámos na inseparabilidade da actividade assistencial, da investigação clínica e do acompanhamento da inovação, com resultados de grande sucesso e visibilidade no acompanhar do progresso, na melhoria dos cuidados prestados, na satisfação dos doentes e seus familiares e, assim, concorrer, também, para a sustentabilidade económico financeira do CHLO.

Um número significativo de serviços clínicos no CHLO está, neste momento, acreditado pelo sistema ACSA da Direcção Geral de Saúde, com um reflexo muito positivo nos processos dentro dos percursos dos doentes, abrindo caminho à certificação total do Centro Hospitalar enquanto unidade de saúde.

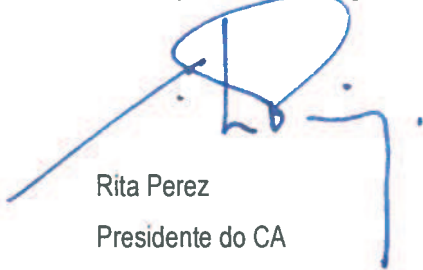
Não poderia deixar de dar nota do acidente ambiental ocorrido em novembro passado por emissão de aerossóis que libertaram a bactéria Legionella no HSFX de que resultou a necessidade de a DGS

publicar normas e orientações para todas as Unidades de Saúde instruindo melhores e mais apertados procedimentos de prevenção e controlo do risco de infeção, para garante da segurança de doentes e profissionais, com enorme impacto na atividade dos hospitais, impacto esse também financeiro.

Todos estes acontecimentos têm um lado de desafio, mas reforçam a motivação para se ultrapassarem. Graças aos profissionais do CHLO, ao seu trabalho diário e empenho, disponível e qualificado, tem sido possível fazer face a estes desideratos.

Expresso o meu agradecimento a cada um que contribuiu para que o capital de confiança com que os doentes e familiares nos brindam escolhendo muito além da sua área de residência o nosso Centro Hospitalar para serem acompanhados.

Bem hajam e muito obrigada.



Rita Perez  
Presidente do CA

Lisboa, 09 de maio de 2018

## 2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS conforme despacho n.º 3016-A/2015 de 24 de março de 2015.

## 2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique (Santo Condestável), do Concelho de Lisboa, para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, e ainda para a freguesia de Alfragide do Concelho da Amadora, num total 243.369 habitantes (censos 2011).

### ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

|  | área (ha)     | habitantes     |
|--|---------------|----------------|
| Concelho de Oeiras                             | 4.600         | 172.120        |
| Concelho de Lisboa:                            | 1.463         | 61.345         |
| Freguesia da Ajuda                             | 280           | 15.584         |
| Freguesia de Alcântara                         | 507           | 13.943         |
| Freguesia de Belém                             | 573           | 16.561         |
| Freguesia de Campo Ourique (Santo Condestável) | 103           | 15.257         |
| Concelho de Amadora:                           | 251           | 9.904          |
| Freguesia de Alfragide                         | 251           | 9.904          |
| <b>Total linha directa</b>                     | <b>6.314</b>  | <b>243.369</b> |
| Concelho da Amadora                            | 2.128         | 165.232        |
| Concelho de Cascais                            | 9.740         | 206.479        |
| Concelho de Sintra                             | 31.923        | 377.835        |
| <b>Total cuidados diferenciados</b>            | <b>50.105</b> | <b>992.915</b> |

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental, para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infeciologia, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias Brandoa, Alfornelos, Alfragide, Falagueira, Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 51.134 habitantes.

No âmbito do reforço do poder do cidadão no SNS foi implementado o princípio do Livre Acesso e Circulação (LAC) dos utentes, permitindo-se a referência para a primeira consulta hospitalar, através do médico de Medicina Geral e Familiar, em qualquer das unidades hospitalares do SNS, sempre que a rede de referência abranja a especialidade em causa, facto que poderá vir a alterar as estatísticas acima referidas.

## 2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 31 de Dezembro de 2017 atingiu 814 camas, mantendo praticamente a lotação de 2016 (813 camas).

Para além da lotação acima referida, o CHLO conta ainda com 28 berços.

As camas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

## LOTAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2016/2017

| Especialidades            | 2016 | 2017 | Especialidades                      | 2016 | 2017 |
|---------------------------|------|------|-------------------------------------|------|------|
| Cardiologia               | 41   | 38   | Neurologia                          | 16   | 16   |
| Cardiologia Pediátrica    | 8    | 8    | Oftalmologia                        | 2    | 2    |
| Cirurgia Cardiotorácica   | 33   | 30   | Unidade Oncológica                  | 3    | 3    |
| Cirurgia Geral            | 107  | 107  | Ortopedia                           | 49   | 43   |
| Cirurgia Vascular         | 14   | 15   | Otorrinolaringologia                | 10   | 10   |
| Cirurgia Plástica         | 20   | 20   | Pediatria                           | 21   | 21   |
| Endocrinologia e Nutrição | 6    | 6    | Pneumologia                         | 20   | 18   |
| Gastroenterologia         | 12   | 12   | Reumatologia                        | 4    | 4    |
| Ginecologia/Obstetria     | 63   | 57   | Urologia                            | 19   | 18   |
| Hematologia               | 13   | 13   | ICD (Internamento curta duração)    |      | 20   |
| Infecciologia             | 26   | 26   | U.C.I.C                             | 17   | 16   |
| Medicina Interna          | 170  | 166  | U.C.I.P                             | 16   | 16   |
| Nefrologia                | 27   | 33   | Unid. Cuid. Intens. Cardiotorácicos | 13   | 13   |
| Neurocirurgia             | 25   | 25   | Unid. Cuid. Intens. Neonatais       | 14   | 14   |
| Neurotraumatologia        | 19   | 19   | Psiquiatria (Agudos)                | 25   | 25   |
| <b>TOTAL 2016</b>         |      |      | <b>813</b>                          |      |      |
| <b>TOTAL 2017</b>         |      |      | <b>814</b>                          |      |      |

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais.

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência de Oftalmologia funciona até às 17 horas e a Urgência de Otorrinolaringologia até às 20 horas (encerram aos fins de semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

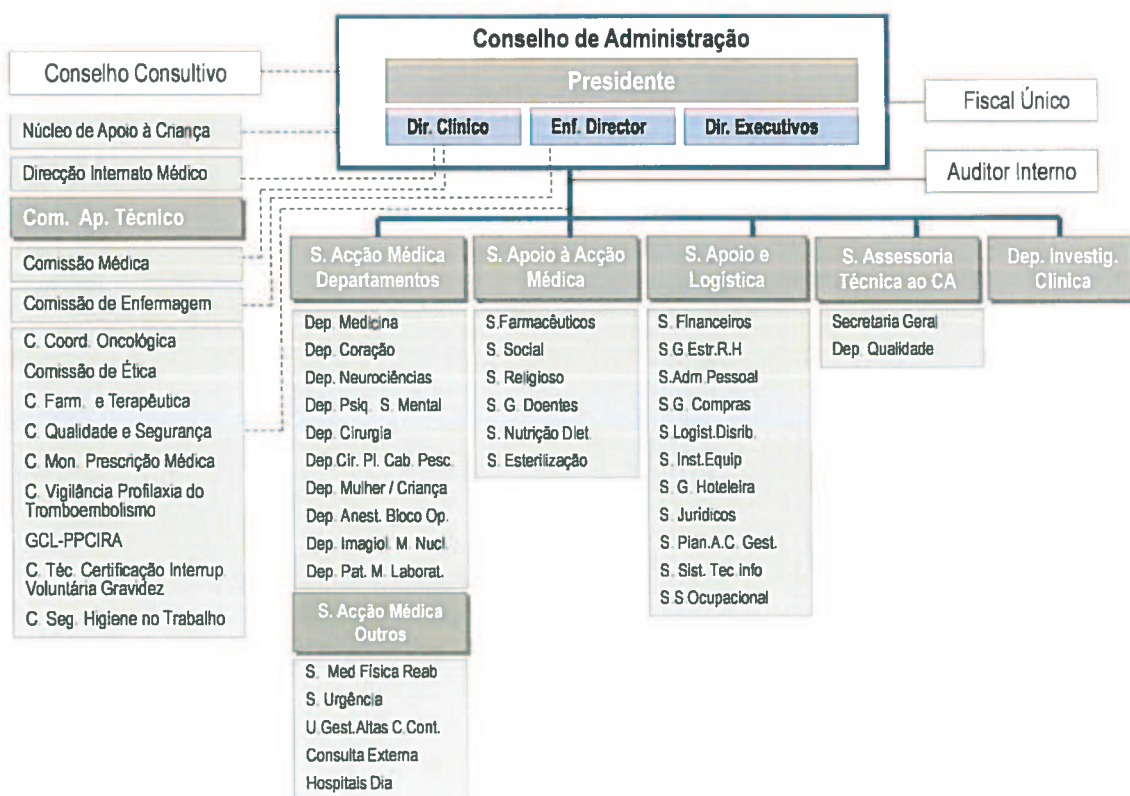
## 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

### 3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

## 4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

### 4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

#### 4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referência, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;

- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

#### **4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA**

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde, agora em projecto de revisão face ao diploma legal acima referido. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar <http://www.chlo.min-saude.pt/index.php/centro-hospitalar/legislacao>.

#### **4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Nos termos do artigo 1.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 233/2005, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Um dos traços mais marcantes do referido carácter jurídico-público é a sujeição da celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Dito de outro modo, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2, do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações dos acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, mesmo

nesses casos, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

Finalmente, merece destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP. Merecem ainda destaque as aquisições centralizadas promovidas pela SPMS nos termos do Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 21, 1 de fevereiro de 2016.

#### 4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

|   | <i>(euros)</i> |
|---|----------------|
|   | <b>2017</b>    |
| SUCH-SERV UTILIZ COMUM HOSPITAIS                  | 6.126.967      |
| SAFIRA FACILITY SERVICES,SA                       | 1.891.503      |
| INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E DA TRANSPLATAÇÃO, IP | 1.788.676      |
| IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA       | 1.310.769      |

#### 4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

##### **Presidente**

Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva

##### **Vogais Executivos**

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Conselho Fiscal (nomeado em Novembro de 2017):

##### **Presidente**

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

## Vogais

Dr.<sup>a</sup> Anabela Mendes Garcia Barata

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Fiscal Único (até Novembro de 2017):

**BDO & Associados, Lda.**

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Conselho Consultivo:

### Presidente

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

## MODELO DE GOVERNO

| Cargo                                     | Orgão Sociais   | Eleição   | Mandato   |
|---|---|---|-----------|
| <b>Conselho de Administração</b>          |   |   |           |
| Presidente                                | Dr. <sup>a</sup> Rita Perez Fernandez da Silva  | Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2017 DR n.º38 de 22/02/2017 (*) | 2017-2019 |
| Vogal (1)                                 | Dr. <sup>a</sup> Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva                           |   |           |
| Vogal (2)                                 | Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira   |   |           |
| Vogal (3)                                 | Dr. José Manuel Fernandes Correia   |   |           |
| Vogal (4)                                 | Ent. <sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa  |   |           |
| (*) Produz efeitos a partir de 01/01/2017 |   |   |           |
| <b>Conselho Fiscal</b>                    |   |   |           |
| Presidente                                | Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida  | Despacho Finanças e Saúde de 23 e 28/11/2017                              | 2017-2019 |
| Vogal                                     | Dr. <sup>a</sup> Anabela Mendes Garcia Barata   |   |           |
| Vogal                                     | Dr. Carlos António Lopes Pereira  |   |           |
| Vogal Suplente                            | Dr. <sup>a</sup> Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro                              |   |           |
| <b>Fiscal Único</b>                       |   |   |           |
| Electivo                                  | BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725) | Despacho n.º 328/14-SET de 03 03  | 2014-2016 |
| Suplente                                  | Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)  |   |           |
| <b>Conselho Consultivo</b>                |   |   |           |
| Presidente                                | Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro   | Despacho n.º 12491/2014   | 2014-2016 |

## FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º, do Diretor Clínico previstas no artigo 9.º e do Enfermeiro Diretor previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

### Conselho de Administração

#### Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente, Centro de Documentação e Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

#### Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HEM.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HSC.

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.<sup>a</sup> Femanda Maria da Rosa (Enf.<sup>a</sup> Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HSFx.

Fiscal Único (até de Novembro 2017)

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de Dezembro).

Conselho Fiscal (partir de Novembro de 2017)

#### **Presidente**

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

#### **Vogais**

Dr.<sup>a</sup> Anabela Mendes Garcia Barata

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho fiscal, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

#### Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 21.º, 22.º e 23.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro)

### 4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

#### ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

##### Conselho de Administração

##### Presidente

**Dra. Rita Perez Fernandez da Silva**

Remuneração base 4.956,75 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.663,60 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

##### Vogais Executivos

**Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

**Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

**Dr. José Manuel Fernandes Correia**

Remuneração base de 4.107,02 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 187,00 euros, por 6 meses.

**Enf.<sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,00 euros, por ano.

**Conselho Fiscal**

**Presidente**

Dr. Vitor Manuel Baptista de Almeida

Remuneração base de 1.362,02 euros, 14 vezes por ano

**Vogais**

Dr.<sup>a</sup> Anabela Mendes Garcia Barata

Remuneração base de 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Remuneração base de 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

**Fiscal Único**

**BDO & Associados, Lda.**

**Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias**

Remuneração de 1.320,61 euros (acresce IVA), 12 vezes por ano.

**4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL**

No triénio anterior foram delineadas e implementadas com a ARSLVT diversas medidas que visavam, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados, mas também, potenciar a utilização dos recursos instalados, com contenção de custos, medidas estas que se manterão como linha estratégica para o triénio 2017-2019.

As medidas de carácter assistencial e de organização da produção/capacidade instalada, que referimos, são:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde;
- Melhorar a qualidade assistencial;
- Otimizar a gestão do medicamento;
- Internalizar os MCDT's no SNS;

- Melhorar a integração de cuidados (articulação com os Cuidados Primários);
- Garantir a sustentabilidade financeira.

No âmbito destas medidas, foi elaborado um plano de acções muito concreto e objectivo, que já estabelece uma ponte entre as diversas atividades desenvolvidas até ao momento e aquelas que se objectivam vir a desenvolver, obedecendo aos domínios estratégicos definidos como fundamentais para a boa persecução das metas propostas para o triénio 2017 – 2019 como garante das grandes opções do Plano Nacional de Saúde:

- Promoção da Saúde, valorizando a Educação, a Literacia e os Autocuidados;
- Redução da desigualdade no acesso;
- Melhorar a gestão do Centro Hospitalar, nomeadamente naquilo que respeita à circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector e à aplicação das tecnologias de informação à medicina, nomeadamente, a telemedicina e a telemonitorização;
- Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos, promovendo a autonomia técnica e a participação dos profissionais e equipas;
- Melhorar a governação, aprofundando competências organizacionais e de controlo de gestão para a redução das ineficiências, incentivando a transparência e a cultura da prestação de contas;
- Melhorar a qualidade, explorando as tecnologias de informação e comunicação.

## **Plano de Ações Propostas e medidas correspondentes**

### **1. Continuidade na adequação da oferta de cuidados de saúde às necessidades das populações / Acessibilidade**

No último triénio, foi possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades existentes no CHLO, com uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia.

Para o triénio 2017-2019 procura-se manter uma estratégia de recuperação das listas de espera, em especial nas especialidades mais críticas (Ortopedia, Oftalmologia, Cirurgia Vasculuar, Otorrinolaringologia e Neurocirurgia), de modo a permitir o tratamento atempado dos doentes e a redução dos custos para o CHLO, referente ao envio de cirurgias para o exterior, potenciando e utilizando ainda a ambulatorização cirúrgica como instrumento de rentabilização da produção o que tem sido conseguido.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora (e o seu cumprimento), a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" têm vindo a permitir reduzir o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo do objectivo.

Paralelamente, tem-se procurado melhorar a eficácia e a eficiência na resposta às situações de urgência, reorientando a procura para os Cuidados primários, sempre que aconselhável.

## **2. Melhorar a qualidade assistencial e otimizar a Gestão do Medicamento**

A Governação Clínica no CHLO tem como orientação principal garantir a eficácia clínica, com qualidade e segurança nos serviços prestados, numa perspectiva de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde.

Para o triénio de 2017 – 2019, o grande desafio foi e é otimizar a gestão do medicamento e dos dispositivos médicos, enquadrada nos princípios das boas práticas acima referidas, possibilitando uma eficiência económica sustentável e o acesso à inovação.

Os princípios para a boa governação clínica, traduzem-se nas seguintes medidas:

- Realização de auditorias clínicas, incluídas na contratualização interna com os serviços;
- Atualização de Protocolos e cumprimento das Normas de Orientação Clínica, de acordo com a medicina baseada na evidência e emanados pela DGS;
- Ensino e treino dos profissionais;
- Identificação de áreas de risco, com dinamização da atividade da Comissão de Gestão de Risco através de ações de formação/sensibilização junto dos profissionais e da utilização de programa informático de reporte anónimo de situações de risco;
- Escolha criteriosa, organização e reavaliação das atividades das equipas multidisciplinares ligadas à governação clínica;
- Cultura de informação regular de dados e de transparência junto dos serviços;
- Uniformização de Protocolos e procedimentos, com monitorização e responsabilização pelos resultados;
- Divulgação das orientações e prioridades da Governação Clínica;
- Envolvimento dos doentes e familiares através da análise sistemática das queixas, obrigatoriedade de consentimento informado escrito, e disponibilizar informação aos utentes sobre a atividade do CHLO;
- Incremento da utilização de genéricos e bio similares, com acompanhamento de fármaco-vigilância em áreas consideradas críticas.

## **3. Articulação com outras unidades do SNS, nomeadamente, com as redes de cuidados de saúde primários e cuidados continuados integrados**

O CHLO tem vindo a potenciar e a melhorar a sua articulação com os Centros de Saúde e demais instituições do SNS.

Dando continuidade aos projetos já iniciados, foi reforçada a colaboração em parceria:

- Com os Centros de Saúde nas áreas de Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Cardiologia, Dermatologia e Medicina Física e Reabilitação;
- Por outro lado, estão estabelecidos contatos regulares e agendadas reuniões com os serviços de especialidades do CHLO com a Direção Clínica do ACES de Oeiras;
- Com o CHLN e CHLC nas áreas de Centros de Referência, para os quais houve candidatura conjunta;
- Com o HFF, em diversas áreas clínicas e não clínicas;
- Com CHLC, HGO e CHLN para a Urgência para assistência a doentes com Aneurisma Vascular Cerebral;
- Com diversos hospitais e centros hospitalares com real incidência em especialidades carenciadas, através de consultas de telemedicina;
- Registo de melhoria significativa na articulação clínica através do recurso à PDS, com consequente benefício para a qualidade dos cuidados ao doente, e redução dos custos por doente tratado.

A internalização de Meios Complementares de Diagnóstico em unidades do SNS, tendente a uma rentabilização dos equipamentos dos hospitais públicos é, ainda, considerada prioritária, com vista à diminuição da despesa, com a contratação de prestação desses serviços junto de entidades privadas, ainda sem grande reflexo prático por indisponibilidade geral de recursos humanos e materiais.

#### **4. Autonomia, Responsabilização e modernização na governação**

Apesar de o CHLO procurar aplicar e aperfeiçoar os modelos de gestão previsto no Regulamento Interno, que potenciam a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando a existência de níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial, certo é que a autonomia, ao nível máximo da organização, se encontra limitada por imperativos da Tutela.

Não obstante, todos esses modelos, uns mais sofisticados que outros, aos quais os serviços têm obrigação de se adaptar, permitem um maior acompanhamento que integra:

- Informação em cascata para os profissionais, dos níveis de cumprimento dos objetivos individuais;
- Reafectação em tempo adequado de recursos existentes;
- Melhor conhecimento e participação dos profissionais na avaliação do seu desempenho com vista à informação necessária à gestão dos principais indicadores de nível de serviço e desempenho económico e financeiro para a correção atempada de desvios por parte da gestão de topo;

Esta atividade tem sido bastante enriquecida com a informação de benchmarking que a Tutela tem vindo a disponibilizar.

Continuamos a desenvolver todos os esforços no sentido de caminhar para a desmaterialização dos processos para um completo registo de saúde eletrónico, nos próximos anos.

## 5. Controlo do equilíbrio financeiro

O conceito de “boa governação” continuou a ser, em 2017, uma preocupação constante para que fossem salvaguardadas todas as realidades - assistencial, com segurança e qualidade, social e política - no cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno com o objetivo de garantir a sustentabilidade económico-financeira.

Num cenário desfavorável para a continuidade e desenvolvimento da organização, os custos operacionais registaram um acréscimo global de 5,8% face a 2016, justificação para o EBITDA ter atingido valores na ordem dos 17,1 milhões de euros negativos, também fruto de um decréscimo de 5,9% ao nível dos proveitos operacionais, face ao ano anterior.

No acréscimo dos custos operacionais, destaque para a pressão nos consumos do Medicamento, por via de novas orientações clínicas da DGS e do INFARMED, em particular nos tratamentos das patologias de foro oncológico e, em geral aos novos fármacos de inovação. Por outro lado, foram registados acréscimos significativos ao nível das rubricas dos recursos humanos decorrentes da reversão salarial e reposição de número de profissionais que, entretanto, deixaram o CHLO.

| Rubrica                             | Unidade: M€  |              |              |              |              |              |              |              |                 |               |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|
|                                     | 2010         | 2011         | 2012         | 2013         | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         | Var % 17/16     | Var % 17/10   |
| <b>Custos</b>                       |              |              |              |              |              |              |              |              |                 |               |
| Consumos                            | 98,2         | 94,6         | 77,3         | 77,1         | 72,6         | 76,1         | 81,7         | 87,5         | 7,1%            | -10,9%        |
| Fornecimentos e Serviços Externos   | 35,5         | 32,9         | 29,2         | 27,5         | 26,1         | 26,8         | 25,6         | 28,1         | 9,7%            | -20,9%        |
| Despesas com Pessoal                | 119,7        | 106,6        | 99,8         | 103,6        | 100,6        | 101,1        | 106,9        | 111,2        | 4,0%            | -7,1%         |
| Outros Custos Operacionais          | 12,4         | 10,6         | 10,0         | 8,3          | 7,4          | 7,2          | 6,7          | 6,9          | 2,8%            | -44,5%        |
| <b>Total Custos Operacionais</b>    | <b>265,9</b> | <b>244,7</b> | <b>216,4</b> | <b>216,4</b> | <b>206,7</b> | <b>211,1</b> | <b>220,9</b> | <b>233,7</b> | <b>5,8%</b>     | <b>-12,1%</b> |
| <b>Proveitos</b>                    |              |              |              |              |              |              |              |              |                 |               |
| Prestação de Serviços               | 213,9        | 200,4        | 196,0        | 200,3        | 195,1        | 200,7        | 215,2        | 202,3        | -6,0%           | -5,4%         |
| Outros Proveitos Operacionais       | 13,5         | 15,2         | 11,1         | 16,5         | 4,8          | 3,6          | 7,6          | 7,5          | -2,2%           | -44,6%        |
| <b>Total Proveitos Operacionais</b> | <b>227,3</b> | <b>215,7</b> | <b>207,1</b> | <b>216,8</b> | <b>199,9</b> | <b>204,3</b> | <b>222,8</b> | <b>209,7</b> | <b>-5,9%</b>    | <b>-7,8%</b>  |
| <b>EBITDA</b>                       | <b>-26,2</b> | <b>-18,6</b> | <b>0,6</b>   | <b>8,5</b>   | <b>0,6</b>   | <b>0,4</b>   | <b>8,5</b>   | <b>-17,1</b> | <b>-301,0%</b>  | <b>34,5%</b>  |
| <b>Resultados Operacionais</b>      | <b>-38,5</b> | <b>-29,1</b> | <b>-9,3</b>  | <b>0,4</b>   | <b>-6,8</b>  | <b>-6,8</b>  | <b>1,8</b>   | <b>-24,0</b> | <b>-1408,4%</b> | <b>37,8%</b>  |
| <b>Resultados Líquidos</b>          | <b>-42,1</b> | <b>-9,5</b>  | <b>-9,7</b>  | <b>1,1</b>   | <b>-5,3</b>  | <b>-12,8</b> | <b>2,2</b>   | <b>25,8</b>  | <b>-1295,7%</b> | <b>38,8%</b>  |
| <b>Produção</b>                     |              |              |              |              |              |              |              |              |                 |               |
| N.º Consultas                       | 449.821      | 452.799      | 463.482      | 472.032      | 465.802      | 462.107      | 461.690      | 458.142      | -0,8%           | 1,8%          |
| N.º Cirurgias (n.º intervenções)    | 23.719       | 23.620       | 24.669       | 23.878       | 22.696       | 23.743       | 22.850       | 23.410       | 2,5%            | -1,3%         |
| <b>Quadro de Pessoal</b>            |              |              |              |              |              |              |              |              |                 |               |
| N.º de Médicos                      | 674          | 652          | 610          | 571          | 522          | 502          | 522          | 548          | 5,0%            | -18,7%        |
| N.º de Enfermeiros                  | 1.390        | 1.353        | 1.289        | 1.231        | 1.207        | 1.235        | 1.299        | 1.308        | 0,7%            | -5,9%         |
| Total de Funcionários               | 4.331        | 4.203        | 4.058        | 3.863        | 3.741        | 3.807        | 3.914        | 3.951        | 0,9%            | -8,8%         |

Mesmo assim, as variações 2010/2017 ainda registam ganhos muito significativos, na ordem dos 12,1% para os custos operacionais, para níveis de proveitos operacionais com registo de uma variação de -7,8% em igual período, com o CHLO a apresentar um grau de cumprimento do Contrato Programa de 96% no que se refere às principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial com uma grande consistência, ao nível do nº de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência.

Como conclusão, podemos continuar a afirmar que a alavanca fundamental desta mudança era, e é, sem sombra de dúvida, a mudança estrutural de mentalidades e de práticas. O foco estaria em tudo o que pode ser repensado e reestudado. E isso é tanto mais verdade quanto as diversas medidas que têm vindo a ser implementadas têm vindo a permitir resultados económicos como os acima apontados, significativamente, mais favoráveis.

O Conselho de Administração continuará a competir pelo equilíbrio pragmático. Tratando-se de um processo complexo, haverá que manter o envolvimento de toda a organização, os vários serviços clínicos e não clínicos, para que os objetivos, mas que em última análise depende, em larga medida, do nível do financiamento que a Tutela venha a prever para os próximos anos.

## **6. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação**

A transformação digital é uma aposta da Tutela para um sistema mais eficiente, mas também mais seguro para todos os *stakeholders*, bem patente na estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação na Saúde (Resolução Conselho de Ministros nº 62/2016).

Reforçar o nível de gestão da informação e de processos do Centro Hospitalar, nomeadamente no que respeita à circulação de informação clínica e articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector, à aplicação das tecnologias de informação à medicina - a telemedicina e a telemonitorização – continuou, assim, a ser uma das grandes prioridades estratégicas do Conselho de Administração.

Na continuação do objectivo de o CHLO poder vir a ser considerado um Centro Hospitalar sem papel em 2020, não poderíamos deixar de destacar o trabalho que tem sido efectuado, em estreita ligação com a Comissão Local de Informatização Clínica (CLIC) e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS),

Neste contexto, o CHLO está a posicionar-se como elemento de charmeira, avançando na desmaterialização do processo clínico (sentido lato) com o objetivo de poder ser a primeira entidade do SNS a obter a certificação Nível 6 do HIMSS, Analytics EMRAM (Electronic Medical Records Adoption Model). Para a sua obtenção foram designados alvos de reengenharia e desmaterialização os processos

dos Serviços de Medicina e Cirurgia I, do HSFX, e serviços suporte, Farmácia, Patologia Clínica e Radiologia, que servirão de piloto e exemplo para os demais serviços clínicos do CHLO, não deixando, contudo, de se atender a demais necessidades.

Devem destacar-se as medidas tomadas no âmbito da informatização clínica incluindo a prescrição electrónica, a desmaterialização da informação dos processos clínicos, certificação do óbito, bem como de outras medidas particulares de carácter mais limitado a serviços específicos, onde foram introduzidas novas aplicações/novas versões ao nível dos seus *softwares* para permitir melhores índices de operacionalidade/comunicação com terceiros. Referência, ainda, para a nova versão do sítio electrónico do CHLO, lançado em meados de 2016.

Durante o ano de 2017, com especial atenção na área de consultas externas, foi efectuado um esforço na substituição de computadores pessoais de forma a permitir que os profissionais do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental usufruam de equipamentos com melhor capacidade de desempenho e que possibilitem um melhor atendimento aos utentes.

Também com o intuito na melhoria do atendimento aos utentes foi implementado, via expansão a todo o Centro Hospitalar, o sistema de atendimento automático a utentes, com quiosques e monitores que permitem a visualização de informação nas áreas de consultas externas.

Para facilitar a informação ao utente, foi implementada a *app* MyCHLO, assim como SMS's a informar os utentes das suas consultas. Esta aplicação permite também a interacção directa do utente com o Centro Hospitalar, seja para a desmarcação de consultas e/ou na resposta a inquéritos de satisfação.

Devido às necessidades de disponibilizarmos mais rapidamente relatórios de exames a utentes, nas áreas de Radiologia, foi implementado em fins de 2017 um sistema que permite a transcrição automática de voz dos relatórios para o processo clínico electrónico do utente.

No ano de 2017 continuámos a expandir a nossa rede *wireless* de maneira a permitir que os utilizadores de sistemas e tecnologias de informação possam trabalhar sem necessidade de ligação física à rede de dados.

Iniciámos, ainda, a parametrização e testes de uma nova plataforma de *service desk*. Esta plataforma irá permitir que, durante 2018, seja disponibilizado um melhor serviço de atendimento aos utilizadores de sistemas e tecnologias de informação, uma resposta mais eficiente e um controlo dos tempos de resposta. Permitirá também perceber o nível de satisfação dos utilizadores com a resposta dada aos seus pedidos e aos incidentes que reportam.

Não menos importante, uma última referência ao processo de desmaterialização em curso.

#### **4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)**

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

#### **4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA**

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental foi aprovado em 13 de dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

A Comissão de Ética zela pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Neste sentido, conforme n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, compete à Comissão de Ética:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;

- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.

No exercício das suas competências, a Comissão de Ética pondera, em particular, o estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações diretrizes internacionais existentes sobre as matérias a apreciar.

## 5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

| Cumprimento das Orientações legais   | Cumprimento |   |      | Quantificação                           | Justificação/Referência ao Ponto do Relatório |
|--|-------------|---|------|---|---|
|  | S           | N | N.A. |   |   |
| <b>Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:</b>  |             |   |      |   |   |
| Objectivo 1- Contenção do aumento da despesa com Pessoal   |             | X |      | 99,6%                                   | Ponto 5.1.1                                   |
| Objectivo 2- Percentagem de Proventos Operacionais extra Contrato Programa no total de Proventos Operacionais  |             | X |      | 95,6%                                   | Ponto 5.1.1                                   |
| Objectivo 3- Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA)   |             | X |      |   | Ponto 5.1.1                                   |
| <b>Metas a atingir constantes no PAO 2017</b>  |             |   |      |   |   |
| Princípios Financeiros de Referência   | X           |   |      |   | Ponto 5.1.2                                   |
| Investimento   |             | X |      |   | Ponto 5.1.2                                   |
| Gastos com Pessoal   |             | X |      |   | Ponto 5.1.2                                   |
| <b>Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/IOE</b>   |             | X |      |   | Ponto 5.1.3                                   |
| <b>Gestão do Risco Financeiro</b>  |             |   | X    |   | Ponto 5.2                                     |
| <b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>   |             |   | X    |   | Ponto 5.3                                     |
| <b>Evolução do PMP a fornecedores</b>  |             | X |      | +62 dias                                | Ponto 5.4.1                                   |
| <b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>   |             | X |      | 65.709.561,03 €                         | Ponto 5.45.4.2                                |
| <b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>  |             |   |      |   | Ponto 5.5                                     |
| <b>Remunerações:</b>   |             |   |      |   |   |
| Não atribuição de prémios de gestão  | X           |   |      |   | Ponto 5.6.1.1                                 |
| CA- Reduções remuneratórias vigentes em 2017   | X           |   |      |   | Ponto 5.6.1.1                                 |
| Fiscalização (CF/ROCFU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)  | X           |   |      |   | Ponto 5.6.1.2                                 |
| Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)  |             |   | X    |   |   |
| Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro | X           |   |      |   |   |
| <b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>   |             |   |      |   |   |
| Não utilização de cartões de crédito   | X           |   |      |   | Ponto 5.7                                     |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal   | X           |   |      |   | Ponto 5.7                                     |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações  | X           |   |      |   | Ponto 5.7                                     |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço   | X           |   |      |   | Ponto 5.7                                     |
| <b>Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e artigo 11º do EGP</b>  |             |   |      |   |   |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais  | X           |   |      |   | Ponto 5.8                                     |
| <b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>   |             |   |      |   |   |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens  |             | X |      |   | Ponto 5.9                                     |
| <b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da Corrupção</b>   |             |   |      |   |   |
|  |             | X |      |   | Ponto 5.10                                    |
| <b>Contratação Pública</b>   |             |   |      |   |   |
| Aplicação da normas de contratação pública pela empresa  | X           |   |      |   | Ponto 5.11                                    |
| Aplicação da normas de contratação pública pelas participadas  |             |   | X    |   |   |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC  | X           |   |      | 86 contratos no valor de 26.195.254,94€ | Ponto 5.11                                    |
| <b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>  |             |   |      |   |   |
| Recomendações  |             |   | X    |   | Ponto 5.15                                    |
| <b>Parque Automóvel</b>  |             |   |      |   |   |
| N.º Matricadas   | X           |   |      | 18 viaturas                             | Ponto 5.13                                    |
| <b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>   |             |   |      |   |   |
|  |             | X |      |   | Ponto 5.13                                    |
| <b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014/artigo 26.º do DL 133/2013)</b>   |             |   |      |   |   |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP  | X           |   |      | 94,3%                                   | Ponto 5.14                                    |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial   | X           |   |      | 204.536,17 €                            | Ponto 5.14                                    |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado   |             |   | X    |   | Ponto 5.14                                    |

## 5.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

### 5.1.1. OBJECTIVOS DE GESTÃO

#### **Objetivo 1: Contenção do aumento da despesa com Pessoal**

As despesas com Pessoal realizadas em 2017 apresentaram um ligeiro desvio negativo de 0,4% face as valores previstos. Ainda que se tenham registado variações de sinal favorável nalgumas rúbricas da conta, certo é que a despesa acrescida realizada com a produção adicional – uma das soluções encontradas para minorar potenciais não cumprimento dos TMRG – e as reposições salariais registadas acabaram por ter um efeito negativo superior.

#### **Objetivo 2: Percentagem de Proveitos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proveitos Operacionais.**

O montante de proveitos operacionais extra Contrato Programa atingiu 18,8 milhões de euros, registando um cumprimento de cerca de 96% em relação à meta. No entanto de referir que a taxa de execução em relação ao valor previsto ascendeu a 100,1%.

#### **Objetivo 3: Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA)**

O esforço na contenção dos custos nos agregados principais não se encontra espelhado na evolução ocorrida, fundamentalmente devido ao alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório, principalmente respeitante ao tratamento a doentes, introdução de medicamentos inovadores, bem como o aumento da despesa de dispositivos médicos e da despesa com pessoal em consequência das reposições salariais legisladas.

Por outro lado, o evento adverso ocorrido no final do ano, identificado em novembro e prontamente acompanhado – infecção hospitalar pela bactéria Legionella, no HSFX – obrigou à revisão dos protocolos de segurança instalados e a incorrer em custos não previstos que ascenderam a mais de meio milhão de euros.

Estes comportamentos levaram a um desvio desfavorável de 5,6% em relação ao total de Custos orçamentados.

A realização dos Proveitos apresentou um desvio desfavorável na ordem de 3,5% em relação ao valor orçamentado.

O CHLO terminou o exercício económico de 2017 com o EBITDA de 17.149,1 milhares de euros negativos (valor previsto 3.347,0 milhares de euros).

## 5.1.2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

### • PRINCÍPIOS FINANCEIROS DE REFERENCIA

#### **Controlo e Contenção de Custos**

O Conselho de Administração do CHLO, sensível a orientações da Tutela, manteve um constante compromisso em melhorar o desempenho económico, procurando aumentar o rigor na gestão dos hospitais do SNS para garantir a sua sustentabilidade económica e financeira.

Assim, o Conselho de Administração do CHLO privilegiou a continuidade na implementação de medidas de racionalização de custos, na óptica da eficiência, sem que o acesso e a qualidade dos serviços assistenciais fossem postos em causa.

#### **Acompanhamento e análise atempada de desvios**

O CHLO continua a ajustar, sistematicamente, os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o melhoramento ao nível dos modelos automatizados de informação *on-line*, que facilita e permitem a análise rigorosa da informação e a possibilidade de serem validados em real-time os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, etc., para além de constituírem um meio eficaz de combate ao desperdício e à fraude.

#### **Optimização do financiamento no âmbito do Contrato Programa**

Num ano em que o valor do financiamento no âmbito do Contrato programa foi revisto em alta pela ACSS, revestia-se, ainda mais, de grande importância, a contratualização interna, anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços.

Os modelos de avaliação contínua de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional implementados, permitiram os necessários ajustamentos e correcções, tendo-se atingido um grau de cumprimento de Produção do Contrato Programa de 96,4%.

- **INVESTIMENTO**

As restrições financeiras inerentes à conjuntura nacional e sectorial acabaram por condicionar o nível de investimento do CHLO.

Do investimento indicativo previsto na ordem de 7,3 milhões de euros, foi realizado 3,7 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 28% face ao realizado no exercício anterior. Mesmo assim, foram realizados todos os investimentos considerados emergentes no sentido da salvaguarda da qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados.

- **GASTOS COM PESSOAL**

As despesas com Pessoal realizadas em 2017 apresentaram um ligeiro desvio desfavorável de 0,4% face as valores previstos. Conforme anteriormente referido este desvio é originado pelos Suplementos de Remuneração onde também se encontram incluídos a despesa acrescida realizada com a produção adicional. A variação desfavorável ocorrida nas despesas com pessoal face a 2016 foi fundamentalmente derivado da continuação da reposição salarial e demais orientações da Tutela para 2017 e, para colmatar parcialmente saídas ocorridas em anos anteriores verificou-se um aumento de 37 funcionários no quadro de pessoal

- **NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO**

No que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo antigo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover a sua redução e consequente sustentabilidade, para as quais já contribuiu significativamente o aumento de capital de 22,8 milhões de euros registado em dezembro último.

### 5.1.3. GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO (SIGO/SOE)

| SIGO/SOE             | Grau de execução | Nota Justificativa   |
|----------------------|------------------|--|
| Orçamento da Receita | 86,70%           | Valor da Receita cobrada abaixo do previsto                                      |
| Orçamento da Despesa | 85,67%           | Valor da despesa abaixo do previsto por consequência do valor da receita cobrada |

## 5.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2017. Inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras.

| Anos                                  | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Encargos Financeiros (euros)          | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Taxa média Anual de Financiamento (%) | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

## 5.3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras é transcrita nos quadros seguintes:

| Passivo Remunerado                                 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | Var. 17/16 |   |
|--|------|------|------|------|------|------------|---|
|  |      |      |      |      |      | Valor      | % |
| Financiamentos obtidos (Correntes e não Correntes) | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0          | 0 |
| ... dos quais concedidos pela DGTF                 | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0          | 0 |
| Aumentos de Capital por dotação                    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0          | 0 |
| Aumentos de Capital por conversão créditos         | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0          | 0 |
| Endividamento Ajustado                             | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0          | 0 |

## 5.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Os *arrears* de 65,7 milhões de euros registam um acréscimo face ao ano anterior. Considerando, apenas, os itens com impacto mais significativo, referem-se: (i) a variação negativa nas rubricas das actividades operacionais em virtude de os custos reais, nomeadamente o custo do medicamento, do material do consumo clínico, subcontratos e custos com o pessoal representarem um valor superior ao ano transacto; (ii) simultaneamente, verificou-se uma diminuição das receitas próprias face a igual período do ano anterior e ao previsto; (iii) pagamento, extraordinário e não previsto, de suplementos remuneratórios dos anos 2008 a 2012, provenientes da aplicação do regime do DL 62/79; (iv) redução significativa da entrada de adicionais, vulgo Adendas, por parte da ACSS;

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

#### 5.4.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

| PMP          | 2017 | 2016 | Variação 17/16 |       |
|--------------|------|------|----------------|-------|
|              |      |      | Valor          | %     |
| Prazo (dias) | 378  | 316  | 62             | 19,6% |

Verificou-se um acréscimo de 62 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 316 dias em 2016 para 378 dias em 2017, tendo sido esta evolução, principalmente, consequência do agravamento da actividade operacional deficitária, face ao período homólogo.

#### 5.4.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2017 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

| Dividas Vencidas             | 0-90 dias         | Valor das dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011 |                   |                   |                  |
|------------------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|------------------|
|                              |                   | 90-120 dias  | 120-240 dias      | 240-360 dias      | > 360 dias       |
| Aquisição de Bens e Serviços | 21.564.825        | 7.168.216  | 27.354.490        | 20.807.249        | 9.510.437        |
| Aquisições de Capital        | 802.364           | 31.650   | 109.212           | 330.317           | 397.990          |
| <b>Total</b>                 | <b>22.367.189</b> | <b>7.199.866</b>   | <b>27.463.703</b> | <b>21.137.566</b> | <b>9.908.427</b> |

### 5.5. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Aguarda-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2016.

### 5.6. REMUNERAÇÕES

#### 5.6.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

##### 5.6.1.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ♦ Não foram atribuídos prémios de Gestão;
- ♦ Foram aplicadas as reduções remuneratórias vigentes em 2017.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Mandato   | Cargo           | Nome  | Designação            |            | OPRL    |          |                | N.º de Mandatos |   |
|-----------|-----------------|---|-----------------------|------------|---------|----------|----------------|-----------------|---|
|           |                 |   | Forma                 | Data       | Sim/Não | Entidade | Pagadora (O/D) |                 |   |
| 2017-2019 | Presidente      | Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        |                       |            |         |          | CHLO           | 0               | 1 |
|           | Vogal Executivo | Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | Resolução do          |            |         |          | CHLO           | D               | 4 |
|           | Vogal Executivo | Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | Conselho de Ministros | 12/01/2017 |         |          | CHLO           | D               | 3 |
|           | Vogal Executivo | Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | n.º 31/2017           |            |         |          | CHLO           | 0               | 1 |
|           | Vogal Executivo | Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              |                       |            |         |          | CHLO           | D               | 4 |

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(euros)

| Nome  | EGP          |                        |                          |                        |
|---|--------------|------------------------|--------------------------|------------------------|
|   | Fixado (S/N) | Classificação (A/B/C)* | Remuneração mensal bruta |                        |
|   |              |                        | Vencimento mensal        | Despesas Representação |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | N            | B                      | 4.956,75                 | 1.663,60               |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | S            | B                      | 3.891,47                 | 1.556,59               |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | S            | B                      | 3.891,47                 | 1.556,59               |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | N            | B                      | 4.107,02                 | 1.330,88               |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | S            | B                      | 3.891,47                 | 1.556,59               |

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

\*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

| Nome  | Remuneração Anual |              |                         |                             |                               |
|---|-------------------|--------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
|   | Fixa (1)          | Variável (2) | Valor Bruto (3)=(1)+(2) | Reduções Remuneratórias (4) | Valor Bruto Final (5)=(3)-(4) |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | 84.723,56         |              | 84.723,56               | 3.965,47                    | 80.758,09                     |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | 69.346,06         |              | 69.346,06               | 3.268,80                    | 66.077,26                     |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | 69.346,06         |              | 69.346,06               | 3.268,80                    | 66.077,26                     |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | 69.662,24         |              | 69.662,24               | 3.154,04                    | 66.508,20                     |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | 69.346,06         |              | 69.346,06               | 3.268,80                    | 66.077,26                     |
| <b>Total</b>  |                   |              | <b>362.423,98</b>       | <b>16.925,91</b>            | <b>345.498,07</b>             |

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(euros)

| Nome  | Benefícios Sociais |                   |                            |                  |                               |                              |             |             |
|---|--------------------|-------------------|----------------------------|------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------|-------------|
|   | Sub. Retenção      |                   | Regime de Protecção Social |                  | Encargo Anual Seguro de Saúde | Encargo Anual Seguro de Vida | Outros      |             |
|   | Valor/Dia*         | Montante pago Ano | Identificar                | Encargo Anual    |                               |                              | Identificar | Valor       |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | 4,77               | 1 051,56          | ADSE/CGA                   | 11 531,93        |                               |                              |             |             |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | 4,77               | 1 085,95          | ADSE/CGA                   | 8 777,94         |                               |                              |             |             |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | 4,77               | 1 090,22          | Seg Social                 | 7 630,66         |                               |                              |             |             |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | 4,77               | 1 058,08          | ADSE/CGA                   | 10 728,16        |                               |                              |             |             |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | 4,77               | 1 067,12          | ADSE/CGA                   | 8 812,52         |                               |                              |             |             |
| <b>Total</b>  |                    | <b>5 352,93</b>   |                            | <b>47 481,21</b> | <b>0,00</b>                   | <b>0,00</b>                  |             | <b>0,00</b> |

\* Substituição de Retenção (Valor/Dia) De Janeiro a Julho = 4,52€ e de Agosto a Dezembro = 4,77€

(euros)

| Nome  | Encargos com viaturas   |                              |                                |                    |            |           |                       |                        |                            |               |
|---|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|------------|-----------|-----------------------|------------------------|----------------------------|---------------|
|   | Viatura atribuída (S/N) | Celebração de contrato (S/N) | Valor de referência da viatura | Modalidade (1)     | Ano Início | Ano Termo | Valor da Renda Mensal | Gasto Anual com Rendas | N.º Prestações Contratadas | Remanescentes |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | S                       | S                            |                                | Leasing Financeiro | 2006       | 2010      |                       |                        |                            |               |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | S                       | S                            |                                | Aquisição          | 2003       |           |                       |                        |                            |               |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | S                       | S                            |                                | Leasing Financeiro | 2006       | 2010      |                       |                        |                            |               |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | S                       | S                            |                                | Aquisição          | 2003       |           |                       |                        |                            |               |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | S                       | S                            |                                | Leasing Financeiro | 2004       | 2007      |                       |                        |                            |               |

(1) Aquisição ALD Leasing ou Outra

(euros)

| Nome  | Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço |                      |                 |             |       |                         |
|---|---|----------------------|-----------------|-------------|-------|-------------------------|
|   | Deslocações em Serviço                            | Custo com Alojamento | Ajudas de custo | Outras      |       | Gasto Total com Viagens |
|   |   |                      |                 | Identificar | Valor |                         |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | 0,00  | 0,00                 | 0,00            |             |       | 0,00                    |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | 0,00  | 0,00                 | 0,00            |             |       | 0,00                    |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | 0,00  | 0,00                 | 0,00            |             |       | 0,00                    |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | 0,00  | 0,00                 | 0,00            |             |       | 0,00                    |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | 0,00  | 0,00                 | 0,00            |             |       | 0,00                    |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>                                       | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>     |             |       | <b>0,00</b>             |

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

### 5.6.1.2 CONSELHO FISCAL

#### CONSELHO FISCAL

(euros)

| Mandato   | Cargo          | Nome   | Designação   |            | Estatuto Remuneratório Fixado Mensal | N.º Mandatos |
|-----------|----------------|--|--------------|------------|--------------------------------------|--------------|
|           |                |  | Forma (1)    | Data       |                                      |              |
| 2017-2019 | Presidente     | Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida                   | Despacho     |            | 1 362,02                             | 1            |
|           | Vogal          | Dr.ª Anabela Mendes Garcia Baralá                      | Finanças e   | 28/11/2017 | 1 021,51                             |              |
|           | Vogal          | Dr. Carlos António Lopes Pereira                       | Saúde de 23  |            | 1 021,51                             |              |
|           | Vogal Suplente | Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro | e 28/11/2017 |            |                                      |              |

(1) AG/DUE/ despacho

(euros)

| Nome   | Remuneração Anual |                             |                                |
|--|-------------------|-----------------------------|--------------------------------|
|  | Bruto (1)         | Reduções Remuneratórias (2) | Valor Bruto Final (3)= (1)-(2) |
| Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida                   |                   |                             | 0,00                           |
| Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata                      |                   |                             | 0,00                           |
| Dr. Carlos António Lopes Pereira                       |                   |                             | 0,00                           |
| Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro |                   |                             | 0,00                           |
| <b>Total</b>   |                   |                             | <b>0,00</b>                    |

### 5.6.1.3 FISCAL ÚNICO

#### FISCAL ÚNICO

| Mandato*  | Cargo    | Identificação  |                            |                          | Designação                     |            |                  | N.º de anos de funções exercidas no grupo | N.º Mandatos exercidos na sociedade |
|-----------|----------|--|----------------------------|--------------------------|--------------------------------|------------|------------------|---|-------------------------------------|
|           |          | Nome   | N.º de inscrição na DROC   | N.º de inscrição na CMVM | Forma                          | Data       | Data do Contrato |   |                                     |
| 2014-2016 | Electivo | BDO & Associados, Lda<br>Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias | SROC n.º 29<br>ROC n.º 725 | 20161384<br>20160361     | Despacho<br>n.º 328/14-<br>SET | 03-03-2014 | 10-03-2014       | 6   | 2                                   |
|           | Suplente | Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira                                   | ROC n.º 956                | 20160573                 |                                |            |                  |   |                                     |

\* Em funções em 2017. Nomeação do Conselho Fiscal por Despacho conjunto dos SEF e SES, em Novembro de 2017. À data de 31/12/2017 ainda não estava nomeado o ROC.

(euros)

| Nome                  | Valor anual do Contrato de Prestações de Serviços |              |                          | Valor anual de Serviços Adicionais |           |              |                          |
|-----------------------|---|--------------|--------------------------|------------------------------------|-----------|--------------|--------------------------|
|                       | Valor* (1)  | Reduções (2) | Valor Final (3)= (1)-(2) | Identificação do serviço           | Valor (4) | Reduções (2) | Valor Final (3)= (1)-(2) |
| BDO & Associados, Lda | 17.193,54   | 834,12       | 16.359,42                |                                    |           |              | 0,00                     |

(a) Não inclui IVA

\*Inclui acerbos de 512,10 euros referentes a 2016

### 5.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

♦ **Despesas Associadas a comunicações:**

(euros)

| Nome  | Gastos com Comunicações Móveis |                 |             |
|---|--------------------------------|-----------------|-------------|
|   | Plafond Mensal Definido        | Valor Anual     | Observações |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | 80,00                          | 635,26          |             |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | 80,00                          | 728,61          |             |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | 80,00                          | 718,82          |             |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | 80,00                          | 76,61           |             |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | 80,00                          | 436,10          |             |
| <b>Total</b>  |                                | <b>2.595,40</b> |             |

♦ **Despesas combustível e portagens:**

(euros)

| Nome  | Plafond Mensal Combustível e Portagens | Gastos anuais associados a viaturas |           |                 | Observações |
|---|--|-------------------------------------|-----------|-----------------|-------------|
|   |  | Combustível                         | Portagens | Total           |             |
| Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva                        | 486,43                                 | 392,11                              | 27,55     | 419,66          |             |
| Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | 389,15                                 | 1.582,06                            | 746,55    | 2.328,61        |             |
| Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira     | 389,15                                 | 1.377,22                            | 1.047,05  | 2.424,27        |             |
| Dr. José Manuel Fernandes Correia                         | 389,15                                 | 155,66                              | 56,10     | 211,76          |             |
| Enf.ª Fernanda Maria da Rosa                              | 389,15                                 | 1.506,16                            | 679,20    | 2.185,36        |             |
| <b>Total</b>  |  |                                     |           | <b>7.569,66</b> |             |

## 5.8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

## 5.9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Tendo em conta esta realidade, as políticas de RH tendem à promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e à eliminação das discriminações, designadamente:

- ao nível do emprego e das remunerações;
- na esfera da tomada de decisão e da liderança;
- no acesso a oportunidades de formação;

- na articulação da vida profissional, pessoal e familiar;

Importa referir que na presença de um universo de trabalhadores maioritariamente feminino (74,4%), grande parte das preocupações plasmadas na Resolução do Conselho de Ministros n. 19/2012, de 23 de fevereiro são automaticamente neutralizadas, pelo que não se considerou a conceção de um plano para igualdade. Para além de que a remuneração é exactamente igual entre os dois sexos na mesma categoria.

Todavia, o Conselho de administração do CHLO não ignora a problemática porque a preocupação não se resume tão-somente ao número de mulheres nos órgãos de gestão, mas também à não discriminação ou obstrução do exercício da função pelos pares, pelo que segue com especial cuidado a evolução da situação através de um acompanhamento regular.

#### **5.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**

Encontra-se em curso a elaboração do Relatório Anual da Execução do PGRIC (Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas) do ano de 2017 com o objetivo de aferir se as medidas de melhoria (preventivas/corretivas) a adotar que constam no Plano se foram, ou não, implementadas/executadas durante o ano de 2017, tendo em consideração os prazos definidos, no sentido de mitigar ou dirimir os riscos correspondentes. Este relatório será publicitado oportunamente de acordo com o artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

O PGRIC está publicado no Portal do SNS e no site da Internet da instituição no seguinte endereço:

[http://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao\\_gestao/RelExecucaoPGRCorrupcaoInfracoesConexas\\_2016.pdf](http://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/RelExecucaoPGRCorrupcaoInfracoesConexas_2016.pdf)

#### **5.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

## 5.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas.

O Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro de 2016, determinou a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do SNS, a qual é assegurada pela SPMS. Nestes termos, foi centralizada a aquisição dos bens e serviços constantes da Circular Informativa Conjunta n.º 2/ACSS/INFARMED/SPMS e da Circular Informativa Conjunta n.º 8/ACSS/INFARMED/SPMS.

Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

No ano de 2017 não se verificou a aquisição de veículos.

## 5.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

O aumento verificado no CMVMC continua a ser principalmente influenciado pela despesa registada com medicamentos inovadores e dispositivos médicos com justificados ganhos em saúde.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 9,7%. Esta evolução desfavorável na contenção da despesa no recurso ao exterior é, fundamentalmente, o reflexo do acréscimo dos Subcontratos, os aumentos de Conservação de Reparação, incluindo a despesa suportada com as alterações e reparações devido ao surto ocorrido da doença dos Legionários.

A variação desfavorável ocorrida nos Gastos com Pessoal face a 2016 foi, fundamentalmente, derivado da continuação da reposição salarial e demais orientações da Tutela para 2017 e para colmatar, parcialmente, saídas ocorridas em anos anteriores. Verificou-se um aumento de 37 funcionários no Quadro de Pessoal.

Em relação aos gastos com Comunicações, a evolução desfavorável patente é consequência de registo da verba de 39.336,55 euros em 2017, nesta rubrica, que corresponde aos custos de envio de CTT de Correspondência a solicitar o pagamento de Taxas Moderadoras, efetuado através da SPMS – SITAM, custo que não tinha ocorrido em 2016.

Embora, historicamente, despesas de valor residual, as deslocações e ajudas de custo registaram em 2017 um ligeiro acréscimo em termos absolutos.

(euros)

| PRC   | 2017               | 2016               | 2015               | 2017/2016         |              |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------|
|   |                    |                    |                    | Var Absol         | Var %        |
| (0) EBITDA  | -17.149.101        | 8.532.004          | 352.903            | -25.681.105       | -301,0%      |
| (1) CMVMC   | 87.536.721         | 81.731.772         | 76.089.200         | 5.804.948         | 7,1%         |
| (2) FSE   | 28.067.438         | 25.576.250         | 26.808.587         | 2.491.188         | 9,7%         |
| (3) Gastos com Pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)   | 110.904.988        | 105.680.712        | 100.373.979        | 5.224.275         | 4,9%         |
| (3. i)) Indeminizações Pagas por rescisão                       | 81.020             | 4.345              | 42.744             | 76.675            | 1764,5%      |
| (3. ii)) Impacto da reversão das reduções remuneratórias        | 0                  | 1.247.923          | 639.023            | -1.247.923        | -100,0%      |
| (3. iii)) Impacto aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017 | 212.776            | 0                  | 0                  | 212.776           |              |
| <b>(4) Gastos Operacionais a) = (1)+(2)+(3)</b>                 | <b>226.509.147</b> | <b>212.988.735</b> | <b>203.271.766</b> | <b>13.520.412</b> | <b>6,3%</b>  |
| (5) Volume de negócios (VN) b)                                  | 208.235.130        | 220.988.437        | 202.374.482        | -12.753.307       | -5,8%        |
| <b>(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)</b>                         | <b>1,09</b>        | <b>0,96</b>        | <b>1,00</b>        | <b>0,1</b>        | <b>12,9%</b> |
| (i) Gastos com Comunicações (FSE)                               | 220.920            | 192.801            | 203.416            | 28.119            | 14,6%        |
| (ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)                  | 9.600              | 7.438              | 12.342             | 2.162             | 29,1%        |
| (iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)                 | 7.490              | 7.092              | 12.957             | 398               | 5,6%         |
| (iv) Gastos com viaturas c)                                     | 133.688            | 78.692             | 85.761             | 54.996            | 69,9%        |
| <b>Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)</b>                        | <b>371.698</b>     | <b>286.023</b>     | <b>314.475</b>     | <b>85.675</b>     | <b>30,0%</b> |
| Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)                        | 3.951              | 3.914              | 3.807              | 37                | 0,9%         |
| N.º Orgão Sociais (OS)  | 5                  | 5                  | 5                  | 0                 | 0,0%         |
| N.º Cargos de Direção (CD)                                      | 18                 | 19                 | 18                 | -1                | -5,3%        |
| N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)                             | 3.928              | 3.890              | 3.784              | 38                | 1,0%         |
| N.º Trabalhadores/ N.º CD                                       | 218,2              | 204,7              | 210,2              | 13                | 6,6%         |
| N.º de viaturas   | 18                 | 18                 | 18                 | 0                 | 0,0%         |

#### 5.14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Foi solicitado ao IGCP a dispensa deste cumprimento (UTE), tendo sido remetido ao CHLO o Despacho n.º 1195/16 – SEATF – Dispensa parcial de acordo com o exposto no Despacho.

(euros)

| Banca Comercial | 1.º Trimestre | 2.º Trimestre | 3.º Trimestre | 4.º Trimestre |
|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| IGCP            | 2.175.055     | 669.811       | 2.361.922     | 3.404.230     |
| Montepio DO     | 220.371       | 107.012       | 171.977       | 153.662       |
| Montepio DP     | 47.604        | 47.604        | 47.604        | 47.604        |
| BPI             | 95.753        | 21.157        | 55.368        | 3.271         |
| Total           | 2.538.784     | 845.584       | 2.636.871     | 3.608.767     |
| Juros auferidos |               |               |               |               |

## 5.15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS (RECOMENDAÇÕES)

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas.

## 5.16. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

| Informação a constar no Site do SEE  | Divulgação |                  | Comentários   |
|--|------------|------------------|---|
|  | S/N/A      | Data Atualização |   |
| Estatutos  | S          | 10/02/2017       |   |
| Caracterização da Empresa  | S          | 31/05/2016       |   |
| Função de tutela e accionista  | S          | 19/07/2011       |   |
| <b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>   |            |                  |   |
| Identificação dos órgãos sociais   | S          | 20/03/2018       |   |
| Estatuto remuneratório fixado  | S          | 20/03/2018       |   |
| Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais                             | S          | 20/03/2018       |   |
| Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração | S          | 20/03/2018       |   |
| Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos sociais                  | S          | 20/03/2018       |   |
| Esforço Financeiro Público   | S          | 13/03/2017       |   |
| Ficha síntese  | N          |                  | Inf/DGITF - Aguarda aprov. Contas por parte da Tutela |
| Informação Financeira histórica e actual   | N          |                  |   |
| <b>Princípios de Bom governo</b>   |            |                  |   |
| Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita                          | S          | 31/05/2016       |   |
| Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)                                    | S          | 31/05/2016       |   |
| Outras transações  | S          | 31/05/2016       |   |
| <b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:</b>                            |            |                  |   |
| Económico  | S          | 31/05/2016       |   |
| Social   | S          | 31/05/2016       |   |
| Ambiental  | S          | 31/05/2016       |   |
| Avaliação do cumprimento dos PBG   | S          | 31/05/2016       |   |
| Código de Ética  | S          | 31/05/2016       |   |

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

## 5.17. INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE

### 5.17.1. PRODUÇÃO SNS – CONTRATO PROGRAMA 2017

|  | Contratado |                         | Produção   |                         | Marginal   |               | Estimativa da Especialização |
|--|------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|---------------|------------------------------|
|  | Quantidade | Valor (Euros)           | Quantidade | Valor (Euros)           | Quantidade | Valor (Euros) |                              |
| <b>1. Consultas Externas:</b>  |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Nº 1 <sup>as</sup> Consultas Médicas (s/ majoração)                  | 73 866     | 5 022 888,00 €          | 72 998     | 4 963 864,00 €          | 0          | 0,00 €        | 4 963 864,00 €               |
| Nº 1 <sup>as</sup> Consultas referenciadas (CTH)                     | 34 528     | 2 589 600,00 €          | 34 528     | 2 589 600,00 €          | 0          | 0,00 €        | 2 589 600,00 €               |
| Nº 1 <sup>as</sup> Consultas na Comunidade (Saúde Mental)            | 13 709     | 79 875,00 €             | 13 709     | 79 875,00 €             | 0          | 0,00 €        | 79 875,00 €                  |
| Nº 1 <sup>as</sup> Consultas Cuidados Palativos                      | 202        | 15 150,00 €             | 1          | 75,00 €                 | 0          | 0,00 €        | 75,00 €                      |
| Nº 1 <sup>as</sup> Consultas Centros de Referência                   | 4 871      | 365 325,00 €            | 4 871      | 365 325,00 €            | 0          | 0,00 €        | 365 325,00 €                 |
| Nº Consultas Médicas Subsequentes (s/ majoração)                     | 314 480    | 21 384 640,00 €         | 307 878    | 20 935 704,00 €         | 0          | 0,00 €        | 20 935 704,00 €              |
| Nº Consultas Médicas Subsequentes na Comunidade (Saúde Mental)       | 13 709     | 1 028 175,00 €          | 13 709     | 1 028 175,00 €          | 0          | 0,00 €        | 1 028 175,00 €               |
| Nº Consultas Médicas Subsequentes Cuidados Palativos                 | 202        | 15 150,00 €             | 0          | 0,00 €                  | 0          | 0,00 €        | 0,00 €                       |
| Nº Consultas Médicas Subsequentes Centros de Referência              | 13 633     | 1 022 475,00 €          | 12 863     | 964 725,00 €            | 0          | 0,00 €        | 964 725,00 €                 |
| <b>Valor Total das Consultas</b>                                     |            | <b>31 523 278,00 €</b>  |            | <b>30 927 343,00 €</b>  |            | <b>0,00 €</b> | <b>30 927 343,00 €</b>       |
| <b>2. Internamento:</b>  |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| <b>Nº Doentes Equivalentes</b>                                       |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| GDH Médicos  | 15 683     | 41 257 589,60 €         | 15 135     | 39 815 954,77 €         | 0          | 0,00 €        | 39 815 954,77 €              |
| GDH Médicos Cuidados Palativos                                       | 195        | 541 345,87 €            | 0          | 0,00 €                  | 0          | 0,00 €        | 0,00 €                       |
| GDH Médicos Centros de Referência                                    | 188        | 519 250,12 €            | 188        | 519 250,12 €            | 0          | 0,00 €        | 519 250,12 €                 |
| GDH Cirúrgicos   | 6 513      | 17 133 882,62 €         | 5 965      | 15 692 247,78 €         | 0          | 0,00 €        | 15 692 247,78 €              |
| GDH Cirúrgicos Centros de Referência                                 | 395        | 1 090 977,64 €          | 395        | 1 090 977,64 €          | 0          | 0,00 €        | 1 090 977,64 €               |
| GDH Cirúrgicos Urgentes  | 3 591      | 8 975 605,03 €          | 3 490      | 8 723 158,33 €          | 0          | 0,00 €        | 8 723 158,33 €               |
| GDH Cirúrgicos Urgentes Centros de Referência                        | 271        | 711 365,24 €            | 270        | 708 740,28 €            | 0          | 0,00 €        | 708 740,28 €                 |
| <b>Dias de Internamento de Doentes Crónicos</b>                      |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Doentes de Psiquiatria Crónicos no Hospital                          | 178        | 43 432,00 €             | 178        | 43 432,00 €             | 0          | 0,00 €        | 43 432,00 €                  |
| Doentes Psiquiatria no Exterior (Ordens Religiosas)                  | 1 950      | 76 381,50 €             | 1 950      | 76 381,50 €             | 0          | 0,00 €        | 76 381,50 €                  |
| <b>Valor Total do Internamento</b>                                   |            | <b>70 349 829,62 €</b>  |            | <b>66 670 142,42 €</b>  |            | <b>0,00 €</b> | <b>66 670 142,42 €</b>       |
| <b>3. Episódios de GDH de Ambulatório:</b>                           |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| GDH Cirúrgicos   | 8 501      | 13 590 428,24 €         | 8 501      | 13 590 428,24 €         | 0          | 0,00 €        | 13 590 428,24 €              |
| GDH Médicos  | 10 471     | 5 460 272,79 €          | 9 969      | 5 200 483,37 €          | 0          | 0,00 €        | 5 200 483,37 €               |
| <b>Valor dos GDH de Ambulatório</b>                                  |            | <b>19 050 701,03 €</b>  |            | <b>18 790 911,61 €</b>  |            | <b>0,00 €</b> | <b>18 790 911,61 €</b>       |
| <b>4. Urgências:</b>   |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Atendimentos SU - Polivalentes                                       | 139 730    | 13 973 000,00 €         | 130 251    | 13 973 000,00 €         | 0          | 0,00 €        | 13 973 000,00 €              |
| <b>Valor Total dos Atendimentos Urgentes</b>                         |            | <b>13 973 000,00 €</b>  |            | <b>13 973 000,00 €</b>  |            | <b>0,00 €</b> | <b>13 973 000,00 €</b>       |
| <b>5. Sessões em Hospital de Dia:</b>                                |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Base   | 11 790     | 235 620,00 €            | 11 790     | 235 620,00 €            | 0          | 0,00 €        | 235 620,00 €                 |
| Imuno-Hemoterapia  | 2 619      | 769 104,00 €            | 2 619      | 769 104,00 €            | 0          | 0,00 €        | 769 104,00 €                 |
| Psiquiatria  | 6 452      | 193 560,00 €            | 6 349      | 190 470,00 €            | 0          | 0,00 €        | 190 470,00 €                 |
| Cuidados Palativos   | 202        | 4 848,00 €              | 0          | 0,00 €                  | 0          | 0,00 €        | 0,00 €                       |
| <b>Valor Total do Hospital de Dia</b>                                |            | <b>1 203 132,00 €</b>   |            | <b>1 195 194,00 €</b>   |            | <b>0,00 €</b> | <b>1 195 194,00 €</b>        |
| <b>6. Programas de gestão da doença crónica</b>                      |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| VIH/Sida (doentes em TARV)   | 2 247      | 20 596 002,00 €         | 2 242 5    | 20 554 921,75 €         | 0          | 0,00 €        | 20 554 921,75 €              |
| Esclerose múltipla - doentes em terapêutica modificadora             | 252        | 3 119 760,00 €          | 252        | 3 119 760,00 €          | 0          | 0,00 €        | 3 119 760,00 €               |
| <b>Tratamento de doentes c/ patologia oncológica - novos doentes</b> |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Cancro do colon e reto (1 <sup>o</sup> ano)                          | 148        | 1 959 076,00 €          | 148        | 1 959 076,00 €          | 0          | 0,00 €        | 1 959 076,00 €               |
| Cancro do colon e reto (2 <sup>o</sup> ano)                          | 152        | 753 464,00 €            | 152        | 753 464,00 €            | 0          | 0,00 €        | 753 464,00 €                 |
| <b>Telemonitorização EAM</b>   |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Elementos de Telemonitorização                                       | 60         | 203 460,00 €            | 12         | 40 692,00 €             | 0          | 0,00 €        | 40 692,00 €                  |
| Nº de doentes em tratamento  | 60         | 80 520,00 €             | 8          | 11 004,40 €             | 0          | 0,00 €        | 11 004,40 €                  |
| <b>Telemonitorização ICC</b>   |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Elementos de Telemonitorização                                       | 60         | 97 260,00 €             | 19         | 30 799,00 €             | 0          | 0,00 €        | 30 799,00 €                  |
| Nº de doentes em tratamento  | 60         | 80 520,00 €             | 11         | 14 493,60 €             | 0          | 0,00 €        | 14 493,60 €                  |
| <b>PSCI (Centros de Tratamento autorizados pela DGS)</b>             |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Doentes Novos (Cuidados 1 <sup>o</sup> Ano)                          | 3          | 8 100,00 €              | 3          | 8 100,00 €              | 0          | 0,00 €        | 8 100,00 €                   |
| Doentes em Seguinte (Cuidados 2 <sup>o</sup> Ano e Seguintes)        | 26         | 31 200,00 €             | 26         | 31 200,00 €             | 0          | 0,00 €        | 31 200,00 €                  |
| <b>Doenças Lisossomais</b>   |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Doença de Fabry - Nº Doentes em Tratamento                           | 0,5        | 79 342,50 €             | 0,5        | 79 342,50 €             | 0          | 0,00 €        | 79 342,50 €                  |
| Doença de Pompe - Nº Doentes em Tratamento                           | 1          | 244 106,00 €            | 1          | 244 106,00 €            | 0          | 0,00 €        | 244 106,00 €                 |
| <b>7. Programa de Tratamento Clínico da Obesidade (PTCO)</b>         |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Pré-avaliação + Cirurgia Bariátrica - Banda Gástrica                 | 5          | 16 885,00 €             | 0          | 0,00 €                  | 0          | 0,00 €        | 0,00 €                       |
| Pré-avaliação + Cirurgia Bariátrica - Bypass Gástrico                | 70         | 300 650,00 €            | 60         | 257 700,00 €            | 0          | 0,00 €        | 257 700,00 €                 |
| <b>9. Saúde sexual e reprodutiva</b>                                 |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| <b>IVG até 10 semanas</b>  |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Medicamentosos (nº IVG)  | 9          | 2 547,00 €              | 9          | 2 547,00 €              | 0          | 0,00 €        | 2 547,00 €                   |
| Cirúrgica (nº IVG)   | 424        | 156 456,00 €            | 385        | 142 065,00 €            | 0          | 0,00 €        | 142 065,00 €                 |
| <b>11. Colocação de Implantes Cocleares</b>                          |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Implantes Unilaterais  | 30         | 562 500,00 €            | 30         | 562 500,00 €            | 0          | 0,00 €        | 562 500,00 €                 |
| Implantes Bilaterais   | 10         | 325 000,00 €            | 1          | 32 500,00 €             | 0          | 0,00 €        | 32 500,00 €                  |
| <b>12. Serviços Domiciliares</b>                                     |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Consultas Domiciliares   | 365        | 13 870,00 €             | 331        | 12 578,00 €             | 0          | 0,00 €        | 12 578,00 €                  |
| Hospitalização Domiciliar  | 251        | 495 305,38 €            | 0          | 0,00 €                  | 0          | 0,00 €        | 0,00 €                       |
| <b>14. Outros</b>  |            |                         |            |                         |            |               |                              |
| Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório                   |            | 4 571 098,08 €          |            | 4 349 074,32 €          |            |               | 4 349 074,32 €               |
| Intensos   |            | 3 260 744,00 €          |            | 3 260 744,00 €          |            |               | 3 260 744,00 €               |
| <b>15. Valor de Produção</b>   |            | <b>173 957 806,81 €</b> |            | <b>167 023 258,60 €</b> |            | <b>0,00 €</b> | <b>167 023 258,60 €</b>      |
| <b>16. Custos de Contexto</b>  |            | <b>15 848 082,88 €</b>  |            |                         |            |               | <b>15 848 082,88 €</b>       |
| <b>TOTAL</b>   |            | <b>189 905 889,49 €</b> |            | <b>182 071 258,60 €</b> |            | <b>0,00 €</b> | <b>166 175 175,72 €</b>      |
| <b>Incentivos Institucionais</b>                                     |            | <b>8 942 309,97 €</b>   |            |                         |            |               | <b>8 023 010,00 €</b>        |

## 5.17.2. METAS CONTRATADAS – INDICADORES DE ACESSO, DESEMPENHO ASSISTENCIAL E DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO E INDICADORES REGIONAIS

| Objectivos  | Peso Relativo Indicador (%) | 2017      |               |                         |                                  | Índice de Desempenho |
|---|-----------------------------|-----------|---------------|-------------------------|----------------------------------|----------------------|
|   |                             | Meta      | Real          | Grau de Cumprimento (%) | Grau de Cumprimento Ajustado (%) |                      |
| <b>Objectivos Nacionais</b>   | <b>60%</b>                  |           |               |                         |                                  | <b>44,7%</b>         |
| <b>Acesso</b>   | <b>15%</b>                  |           |               |                         |                                  | <b>12,5%</b>         |
| Porcentagem das primeiras consultas no total de consultas médicas (%)   | 3%                          | 26,29%    | 25,0%         | 95,1%                   | 95,1%                            | 2,9%                 |
| Mediana de tempo de espera da LIC, em meses   | 3%                          | 3         | 4,0           | 66,7%                   | 66,7%                            | 2,0%                 |
| Porcentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem                                     | 3%                          | 98,00%    | 73,6%         | 75,1%                   | 75,1%                            | 2,3%                 |
| Peso das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas (%)  | 3%                          | 9,17%     | 7,8%          | 85,1%                   | 85,1%                            | 2,6%                 |
| Porcentagem de doentes referenciados para a RNCCI, em tempo adequado e validados pela EGA, no total de doentes referenciados para a RNCCI     | 3%                          | 85,10%    | 81,6%         | 95,9%                   | 95,9%                            | 2,9%                 |
| <b>Desempenho Assistencial</b>  | <b>25%</b>                  |           |               |                         |                                  | <b>22,0%</b>         |
| Índice de Risco - Segurança do Doente   | 2%                          | 8         | 40,00         | 500,0%                  | 120,0%                           | 2,4%                 |
| Porcentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas (%)   | 3%                          | 49,20%    | 34,20%        | 69,5%                   | 69,5%                            | 2,1%                 |
| Porcentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis                                       | 3%                          | 20,70%    | 33,50%        | 161,8%                  | 120,0%                           | 3,6%                 |
| Porcentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo (%)  | 3%                          | 2,00%     | 2,93%         | 53,5%                   | 53,5%                            | 1,6%                 |
| Índice PPC/RA   | 8%                          | 10        | 7,5           | 75,0%                   | 75,0%                            | 6,0%                 |
| Variação de utilização de biossimilares dispensados (em unidades, 2017/2016)  | 6%                          | 10        | 12,0          | 120,0%                  | 120,0%                           | 7,2%                 |
| <b>Desempenho económico-financeiro</b>  | <b>20%</b>                  |           |               |                         |                                  | <b>9,2%</b>          |
| Porcentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE (selecionados) no Total de Custos com Pessoal (%)                          | 5%                          | 10,44%    | 11,58%        | 89,1%                   | 89,1%                            | 4,5%                 |
| Resultado antes juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)   | 5%                          | 3.347.023 | -17.149.101,2 | 0,0%                    | 0,0%                             | 0,0%                 |
| Acréscimo de Dívida Venosa (fornecedores externos) (€)  | 5%                          | 0,00      | 20.558,7      | 0,0%                    | 0,0%                             | 0,0%                 |
| Porcentagem de proveitos operacionais extra-contrato-programa, no total de proveitos operacionais (%)   | 5%                          | 9,39%     | 8,97%         | 95,6%                   | 95,6%                            | 4,8%                 |
| <b>Objectivos Regionais Lisboa e Vale do Tejo</b>   | <b>40%</b>                  |           |               |                         |                                  | <b>36,0%</b>         |
| Taxa de internamentos DCV, entre residentes com < 65 anos   | 5%                          | 5,19%     | 3,9%          | 75,44%                  | 75,4%                            | 3,8%                 |
| Proporção de Recém Nascidos de termo, de baixo peso   | 5%                          | 0,27%     | 0,20%         | 80,0%                   | 80,0%                            | 4,0%                 |
| Porcentagem de doentes referenciados para Consulta de Oftalmologia - Rastreio da Retinopatia diabética (CTH) atendidos em tempo adequado < X% | 5%                          | 98,0%     | 98,9%         | 100,9%                  | 100,9%                           | 5,0%                 |
| Despesa de Medicamentos faturados por utilizador (PVP)  | 10%                         | 118,35    | 88,8          | 75,0%                   | 75,0%                            | 7,5%                 |
| N.º de projetos de articulação implementados com os CSP   | 10%                         | 2,0       | 3,0           | 150,0%                  | 120,0%                           | 12,0%                |
| Porcentagem de doentes oncológicos inscritos em LIC com tempo de espera > TMRG  | 5%                          | 16,00%    | 20,1%         | 74,3%                   | 74,3%                            | 3,7%                 |
| <b>Índice de Desempenho Global</b>  |                             |           |               |                         |                                  | <b>80,7%</b>         |
| <b>Valor Incentivos Contratados (€)</b>   |                             |           |               |                         |                                  | <b>9.942.310</b>     |
| <b>Valor Incentivos Realizados (€)</b>  |                             |           |               |                         |                                  | <b>8.023.010</b>     |

### 5.17.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA CONTRATO PROGRAMA 2017 E DE ANOS ANTERIORES

(euros)

| Contrato Programa (Ano) | Total Contratado | Valor faturado (de acordo com a estimativa proveitos) | Acréscimo registado | Adiantamentos recebidos | Saldo       |
|-------------------------|------------------|---|---------------------|-------------------------|-------------|
| 2017                    | 198.846.199      | 169.102.049   | 21.790.303          | 190.233.017             | 659.335     |
| 2016                    | 204.935.457      | 163.740.366   |                     | 199.371.718             | -35.631.352 |
| 2015                    | 188.052.618      | 167.565.082   |                     | 183.586.266             | -16.021.185 |
| 2014                    | 184.215.969      | 182.209.714   |                     | 179.718.382             | 2.491.332   |
| 2013                    | 195.823.677      | 162.332.551   |                     | 194.245.031             | -31.912.480 |

### 5.17.4. FATURAÇÃO LIQUIDA EMITIDA NO ANO, SALDOS DEVEDORES E SALDOS CREDITORES PARA CADA UMA DAS ENTIDADES PERTENCENTES AO SNS

(euros)

| Entidade terceira                                     | NIF       | Faturação emitida em 2017 | Saldo devedor em 31.12.2017 | Saldo Credor em 31.12.2017 |
|---|-----------|---------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| ACSS - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA               | 508188423 | 157.218.049               | 428.627                     | 2.823.357                  |
| ADM REGIONAL SAUDE DO ALGARVE, IP                     | 503148709 | 206                       | 281                         | 2.282                      |
| ADM REGIONAL SAUDE DO ALENTEJO, IP                    | 503148768 | 544                       | 112                         | 397                        |
| ADM REGIONAL SAUDE DO CENTRO, IP                      | 503122165 | 965                       | 13.592                      | 7.654                      |
| ARS LISBOA E VALE DO TEJO, IP                         | 503148776 | 9.448.855                 | 1.078.466                   | 8.485.971                  |
| CENTRO HOSP. LISBOA CENTRAL, E.P.E.                   | 508080142 | 173.271                   | 20.662                      | 1.406.358                  |
| CENTRO HOSP. LISBOA NORTE, E.P.E.                     | 508481287 | 16.396                    | 23.674                      | 304.815                    |
| CENTRO HOSP. TÁMEGA E SOUSA, E.P.E.                   | 508318262 | 0                         | 47.155                      | 0                          |
| CENTRO HOSP. TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO EPE          | 508100496 | 0                         | 40.209                      | 0                          |
| CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE               | 509186998 | 27.399                    | 0                           | 35.788                     |
| CENTRO HOSPITALAR COIMBRA, E.P.E.                     | 508077893 | 0                         | 2.126                       | 0                          |
| CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, E.P.E.                  | 507606787 | 141.955                   | 0                           | 122.424                    |
| CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE                 | 510123210 | 190                       | 0                           | 220                        |
| CENTRO HOSPITALAR DO OESTE                            | 510412009 | 61.720                    | 0                           | 576.137                    |
| CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E.P.E.                    | 508331471 | 677                       | 3.966                       | 692                        |
| CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITARIO DE COIMBRA, EPE     | 510103448 | 102                       | 19.151                      | 18.444                     |
| CENTRO HOSPITALAR ENTRE O DOURO E VOUGA, EPE          | 508878462 | 0                         | 0                           | 0                          |
| CENTRO HOSPITALAR MEDIO TEJO, E.P.E.                  | 506361608 | 1.618                     | 0                           | 52.108                     |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO LISBOA                 | 508338476 | 929                       | 0                           | 0                          |
| CENTRO HOSPITALAR SAO JOAO, EPE                       | 509821197 | 0                         | 547                         | 3.594                      |
| CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITARIO DO ALGARVE, EPE       | 510745997 | 145.801                   | 0                           | 101.808                    |
| CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA / ESPINHO, E.P.E.    | 508142156 | 0                         | 0                           | 202                        |
| HOSPITAL DISTRIAL DE SANTAREM, E.P.E.                 | 506361462 | 63.968                    | 0                           | 78.399                     |
| HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO DE EVORA, E.P.E.           | 508085888 | 10.772                    | 0                           | 45.470                     |
| HOSPITAL FERNANDO DA FONSECA, EPE                     | 503035416 | 83.157                    | 157.959                     | 59.229                     |
| HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E.P.E. - ALMADA              | 506361470 | 119                       | 12.527                      | 27.985                     |
| INST. NAC. SAUDE DRº RICARDO JORGE, IP                | 501427511 | 6.304                     | 163.645                     | 15.448                     |
| INSTITUTO NACIONAL EMERGENCIA MEDICA                  | 501356126 | 129.028                   | 0                           | 11.818                     |
| INSTITUTO OFTALMOLOGIA DRº GAMA PINTO                 | 600000052 | 0                         | 19.291                      | 0                          |
| INSTITUTO PORTUGUÊS ONCOLOGIA LISBOA FRANCISCO GENTIL | 506361616 | 27.017                    | 0                           | 150.682                    |
| INSTITUTO PORTUGUÊS ONCOLOGIA PORTO EPE               | 506362299 | 0                         | 0                           | 0                          |
| INSTITUTO PORTUGUES SANGUE E TRANSPLATAÇÃO, IP        | 502423943 | 117                       | 1.423.466                   | 8.695                      |
| ULSBA-UNIDADE L. SAUDE BAIXO ALENTEJO, EPE            | 508754275 | 65.784                    | 4.069                       | 169.071                    |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE         | 509309844 | 622                       | 0                           | 70.036                     |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE MATOSINHOS, EPE             | 506361390 | 90                        | 1.242                       | 200                        |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE LITORAL ALENTEJANO E.P.E.      | 510445152 | 64                        | 0                           | 216                        |
| UNIDADE LOCAL SAUDE GUARDA, EPE                       | 508752000 | 104.438                   | 0                           | 113.709                    |
| UNIDADE LOCAL SAUDE NORTE ALENTEJANO, E.P.E.          | 508094461 | 8.350                     | 0                           | 34.721                     |

### 5.17.5. INVESTIMENTOS DE 2017 SUPERIORES A 100.000 €

(euros)

| Designação do investimento/projeto                | Valor Total do Projeto | Plurianual<br>Indicar Período | Autorizado por<br>(Tutela/Finanças/CA,<br>data) | Investimento co-<br>financiado<br>(Sim/Não) | Valor da<br>Execução<br>Financeira |
|---|------------------------|-------------------------------|---|---|------------------------------------|
| Aquisição de 6 ventiladores de anestesia CHLO     | 200 876                | n.a.                          | Tutela 14/8/2017                                | Não   | 200 876                            |
| Aquisição de TAC 128 cortes para a Radiologia HEM | 557 489                | n.a.                          | Tutela 27/6/2017                                | Em candidatura                              | 557 489                            |
| Aquisição de Mesa telecomandada CPRE              | 405 900                | n.a.                          | Tutela 27/6/2017                                | Sim   | 405 900                            |
| Aquisição de RX Portátil para a Radiologia HSFY   | 110 700                | n.a.                          | Tutela 27/6/2017                                | Não   | 110 700                            |

Nota: Os valores incluem IVA

# 6

## GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2017

|            | Relatório de Governo Societário  | Identificação |     | Divulgação |     | Página | Observações |
|------------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
|            |  | Sim           | Não | Sim        | Não |        |             |
| <b>I</b>   | <b>Síntese (Sumário Executivo)</b>   | X             |     | X          |     | 3      |             |
| <b>II</b>  | <b>Missão, Objetivos e Políticas</b>   | X             |     | X          |     | 5      |             |
| 1.         | Missão, Visão e Valores.   | X             |     | X          |     | 5      |             |
| 2.         | Políticas e linhas de ação   | X             |     | X          |     | 6      |             |
| 3.         | Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.   | X             |     | X          |     | 14     |             |
| 4.         | Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais   | X             |     | X          |     | 15     |             |
| <b>III</b> | <b>Estrutura de Capital</b>  | X             |     | X          |     | 16     |             |
| 1.         | Estrutura de capital   | X             |     | X          |     | 16     |             |
| 2.         | Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações  | X             |     | X          |     | 16     |             |
| 3.         | Acordos parassociais.  | X             |     | X          |     | 17     |             |
| <b>IV</b>  | <b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>  | X             |     | X          |     | 17     |             |
| 1.         | Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades   | X             |     | X          |     | 17     |             |
| 2.         | Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE | X             |     | X          |     | 17     |             |
| 3.         | Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC   | X             |     | X          |     | 17     |             |
| 4.         | Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade   | X             |     | X          |     | 17     |             |
| <b>V</b>   | <b>Órgãos Sociais e Comissões</b>  | X             |     | X          |     | 18     |             |
| <b>A.</b>  | <b>Modelo de Governo</b>   |               |     |            |     | 18     |             |
| 1.         | Identificação do modelo de governo adotado   |               |     |            |     | 18     |             |
| <b>B.</b>  | <b>Mesa da Assembleia Geral</b>  | X             |     | X          |     | 19     |             |
| 1.         | Composição da mesa AG, mandato e remuneração.  | X             |     | X          |     | 19     |             |
| 2.         | Identificação das deliberações acionistas.   | X             |     | X          |     | 19     |             |
| <b>C.</b>  | <b>Administração e Supervisão</b>  | X             |     | X          |     | 19     |             |
| 1.         | Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.  | X             |     | X          |     | 19     |             |
| 2.         | Composição do Conselho de Administração Executivo.   | X             |     | X          |     | 20     |             |
| 3.         | Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.        | X             |     | X          |     | 20     |             |
| 4.         | Apresentação de elementos curriculares   | X             |     | X          |     | 20     |             |

|           | Relatório de Governo Societário   | Identificação |     | Divulgação |     | Página | Observações |
|-----------|---|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
|           |   | Sim           | Não | Sim        | Não |        |             |
|           | relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração  |               |     |            |     |        |             |
| 5.        | Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE) | X             |     | X          |     | 27     | Anexo       |
| 6.        | Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.   | X             |     | X          |     | 27     |             |
| 7.        | Organograma   | X             |     | X          |     | 28     |             |
| 8.        | Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo  | X             |     | X          |     | 31     |             |
| <b>D.</b> | <b>Fiscalização</b>   | X             |     | X          |     | 44     |             |
| 1.        | Identificação do órgão de fiscalização  | X             |     | X          |     | 44     |             |
| 2.        | Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC  | X             |     | X          |     | 44     |             |
| 3.        | Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.   | X             |     | X          |     | 44     |             |
| 4.        | Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.  | X             |     | X          |     | 48     |             |
| <b>E.</b> | <b>Revisor Oficial de Contas</b>  | X             |     | X          |     | 48     |             |
| 1.        | Identificação do ROC, SROC.   | X             |     | X          |     | 48     |             |
| 2.        | Indicação das limitações, legais  | X             |     | X          |     | 48     |             |
| 3.        | Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.   | X             |     | X          |     | 48     |             |
| 4.        | Descrição de outros serviços prestados  | X             |     | X          |     | 48     |             |

|            | Relatório de Governo Societário  | Identificação |     | Divulgação |     | Página | Observações |
|------------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
|            |  | Sim           | Não | Sim        | Não |        |             |
|            | pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC.  |               |     |            |     |        |             |
| <b>F.</b>  | <b>Auditor Externo</b>   | X             |     | X          |     | 49     |             |
| 1.         | Identificação.   | X             |     | X          |     | 49     |             |
| 2.         | Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita   | X             |     | X          |     | 49     |             |
| 3.         | Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação. | X             |     | X          |     | 49     |             |
| 4.         | Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede.  | X             |     | X          |     | 49     |             |
| <b>VI.</b> | <b>Organização Interna</b>   | X             |     | X          |     | 50     |             |
| <b>A.</b>  | <b>Estatutos e Comunicações</b>  | X             |     | X          |     | 50     |             |
| 1.         | Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade  | X             |     | X          |     | 50     |             |
| 2.         | Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade   | X             |     | X          |     | 50     |             |
| 3.         | Indicação das políticas antifraude.  | X             |     | X          |     | 52     |             |
| <b>B.</b>  | <b>Controlo interno e gestão de riscos</b>   | X             |     | X          |     | 54     |             |
| 1.         | Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).   | X             |     | X          |     | 54     |             |
| 2.         | Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.   | X             |     | X          |     | 55     |             |
| 3.         | Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da entidade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas  | X             |     | X          |     | 56     |             |
| 4.         | Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.   | X             |     | X          |     | 57     |             |
| 5.         | Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.  | X             |     | X          |     | 57     |             |
| 6.         | Identificação e descrição dos principais tipos de riscos.  | X             |     | X          |     | 58     |             |
| 7.         | Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos  | X             |     | X          |     | 60     |             |
| 8.         | Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.  | X             |     | X          |     | 61     |             |

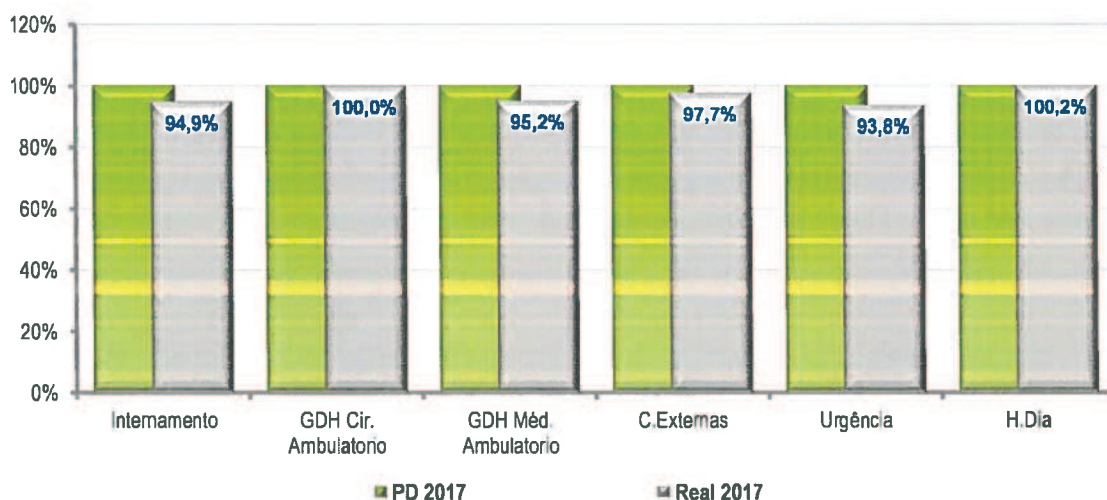
|            | Relatório de Governo Societário   | Identificação |     | Divulgação |     | Página | Observações |
|------------|---|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
|            |   | Sim           | Não | Sim        | Não |        |             |
| <b>C.</b>  | <b>Regulamentos e Códigos</b>   | X             |     | X          |     | 62     |             |
| 1.         | Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada.   | X             |     | X          |     | 62     |             |
| 2.         | Código de Ética.  | X             |     | X          |     | 63     |             |
| 3.         | Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCC).   | X             |     | X          |     | 64     |             |
| <b>D.</b>  | <b>Deveres especiais de informação</b>  | X             |     | X          |     | 65     |             |
| 1.         | Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.   | X             |     | X          |     | 65     |             |
| 2.         | Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita  | X             |     | X          |     | 67     |             |
| <b>E.</b>  | <b>Sítio de Internet</b>  | X             |     | X          |     | 67     |             |
| 1.         | Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.   | X             |     | X          |     | 67     |             |
| <b>F.</b>  | <b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>   | X             |     | X          |     | 68     |             |
| 1.         | Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral  | X             |     | X          |     | 68     |             |
| 2.         | Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público   | X             |     | X          |     | 68     |             |
| <b>VII</b> | <b>Remunerações</b>   | X             |     | X          |     | 72     |             |
| <b>A.</b>  | <b>Competência para a Determinação</b>  | X             |     | X          |     | 72     |             |
| 1.         | Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.                                 | X             |     | X          |     | 72     |             |
| 2.         | Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.          | X             |     | X          |     | 72     |             |
| 3.         | Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.   | X             |     | X          |     | 72     | Anexo       |
| <b>B.</b>  | <b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>  | X             |     | X          |     | 72     |             |
|            | Composição.   | X             |     | X          |     | 72     |             |
| <b>C.</b>  | <b>Estrutura das Remunerações</b>   | X             |     | X          |     | 73     |             |
| 1.         | Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.  | X             |     | X          |     | 73     |             |
| 2.         | Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da entidade. | X             |     | X          |     | 73     |             |
| 3.         | Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.   | X             |     | X          |     | 73     |             |
| 4.         | Diferimento do pagamento da componente variável.  | X             |     | X          |     | 74     |             |
| 5.         | Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.   | X             |     | X          |     | 74     |             |
| 6.         | Regimes complementares de pensões.  | X             |     | X          |     | 74     |             |

|             | Relatório de Governo Societário  | Identificação |     | Divulgação |     | Página | Observações |
|-------------|--|---------------|-----|------------|-----|--------|-------------|
|             |  | Sim           | Não | Sim        | Não |        |             |
| <b>D.</b>   | <b>Divulgação das Remunerações</b>   | X             |     | X          |     | 74     |             |
| 1.          | Indicação do montante anual da remuneração auferida.   | X             |     | X          |     | 74     |             |
| 2.          | Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.   | X             |     | X          |     | 75     |             |
| 3.          | Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.  | X             |     | X          |     | 75     |             |
| 4.          | Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos.  | X             |     | X          |     | 76     |             |
| 5.          | Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.   | X             |     | X          |     | 76     |             |
| 6.          | Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.  | X             |     | X          |     | 77     |             |
| <b>VIII</b> | <b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>   | X             |     | X          |     | 77     |             |
| 1.          | Mecanismos implementados pela entidade para controlo de transações com partes relacionadas.  | X             |     | X          |     | 77     |             |
| 2.          | Informação sobre outras transações.  | X             |     | X          |     | 78     |             |
| <b>IX</b>   | <b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>  | X             |     | X          |     | 79     |             |
| 1.          | Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.  | X             |     | X          |     | 79     |             |
| 2.          | Políticas prosseguidas.  | X             |     | X          |     | 82     |             |
| 3.          | Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:<br>a) Responsabilidade social<br>b) Responsabilidade ambiental<br>c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres<br>d) Princípio da Igualdade do Género<br>e) Políticas de Valorização Profissional<br>f) Responsabilidade Económica | X             |     | X          |     | 87     |             |
| <b>X</b>    | <b>Avaliação do Governo Societário</b>   | X             |     | X          |     | 92     |             |
| 1.          | Cumprimento das Recomendações  | X             |     | X          |     | 92     |             |
| 2.          | Outras informações   | X             |     | X          |     | 94     |             |
| <b>XI</b>   | <b>Anexos do RGS</b>   | X             |     | X          |     | 95     |             |
| 1.          | Demonstração Não Financeira relativo ao exercício 2017   | X             |     | X          |     | 95     |             |
| 2.          | Ata ou Extrato de Ata da reunião do Órgão de Administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017   | X             |     | X          |     | 96     |             |
| 3.          | Relatório do Órgão de Fiscalização a que se refere o n.º 2 do artº 54 do RJSPE   | X             |     | X          |     | 97     |             |
| 4.          | Declarações a que se refere o artº 52 do RJSPE   | X             |     | X          |     | 98     |             |
| 5.          | Ata da Reunião da Assembleia Geral, deliberação unanime por escrito ou despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função accionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016  | X             |     | X          |     | 99     |             |

## 7 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2017

### 7.1. TAXA DE EXECUÇÃO

Em termos globais, a actividade assistencial, no que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2017, apresentou nas principais linhas de produção do CHLO, designadamente nos GDH's Cirúrgicos de ambulatorio e Hospital de dia, uma produção que atingiu o previsto. Verificou-se que a produção nas Consultas Externas apresentou uma taxa de execução 97,7%, os GDH's Médicos de ambulatorio 95,2%, o Internamento 94,9% e a Urgência 93,8%.



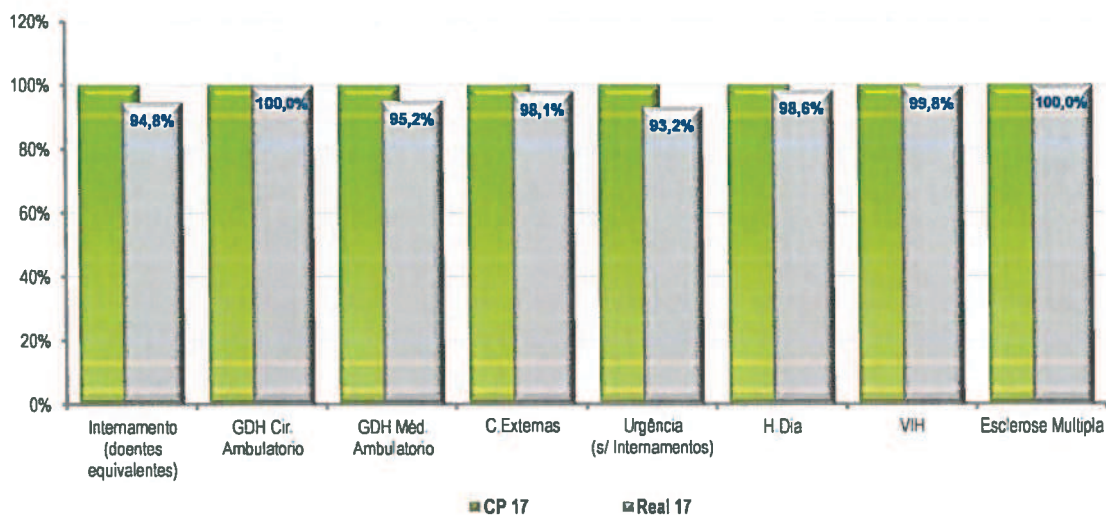
Em relação ao previsto no âmbito do Contrato Programa e analisando as principais linhas, verificou-se que os GDH's Cirúrgicos de ambulatorio e Esclerose Múltipla atingiram o previsto para o ano de 2017.

No VIH a taxa de execução atingiu produção próxima dos 100%, o Hospital de dia 98,6%, na Consulta Externa a realização foi na ordem dos 98%, o Internamento 94,8% e a Urgência 93,2%.

Os valores de ICM normalizados fixaram-se em 2017, a nível do Contrato Programa, quer para o Internamento Cirúrgico quer para o Internamento Médico, em 1,1513.

O Índice de *case-mix* global do CHLO é, substancialmente, influenciado pelo peso das valências da área Materno-Infantil e não de uma subespecialização no conjunto global da sua produção.

No âmbito do Contrato Programa 2017, a produção apresentou uma taxa de execução de 96,4%.



## 7.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

A atividade assistencial registou em 2017, face ao período homólogo, um aumento nas linhas de produção de GDH's Cirúrgicos de Ambulatório (7,3%), GDH's Médicos de Ambulatório (6,0%) e Hospital de dia (5,5%). As Urgências registaram um decréscimo de 4,8%, o Internamento diminuiu 1,4% e as Consultas Externas apresentaram uma ligeira redução de 0,8%, face ao ano transacto.

## INTERNAMENTO

|  | 2016          | 2017          | Δ%           |
|--|---------------|---------------|--------------|
| <b>Lotação *</b>                             | <b>793</b>    | <b>814</b>    | <b>2,6%</b>  |
| <b>Berçário</b>                              | <b>28</b>     | <b>28</b>     | <b>0,0%</b>  |
| <b>Doentes Saídos sem transf. Internas**</b> | <b>26.946</b> | <b>26.580</b> | <b>-1,4%</b> |
| Doentes Saídos sem Berçário                  | 24.682        | 24.348        | -1,4%        |
| Doentes Saídos Berçário                      | 2.264         | 2.232         | -1,4%        |
| <b>Doentes Saídos com transf. Internas</b>   | <b>35.008</b> | <b>34.486</b> | <b>-1,5%</b> |
| Doentes Saídos sem Berçário                  | 32.676        | 32.192        | -1,5%        |
| Doentes Saídos Berçário                      | 2.332         | 2.294         | -1,6%        |
| <b>Demora média (dias)</b>                   | <b>9,5</b>    | <b>9,7</b>    | <b>0,2</b>   |
| <b>Taxa de Ocupação</b>                      | <b>83,0%</b>  | <b>80,0%</b>  | <b>-3pp</b>  |
| <b>Doentes Saídos / Cama</b>                 | <b>31,1</b>   | <b>29,9</b>   | <b>-1,2</b>  |

\* Lotação 2016: Não inclui 20 camas Plano Contingência abertas em Dezembro

\*Lotação 2017: inclui 20 camas ICD (internamento curta duração) abertas no 3º trimestre de 2017

\*\* Não inclui doentes com recurso ao exterior

## BLOCO OPERATÓRIO

|  | 2016          | 2017          | Δ%           |
|--|---------------|---------------|--------------|
| <b>Total de Intervenções</b>             | <b>22.850</b> | <b>23.410</b> | <b>2,5%</b>  |
| Cirurgia Convencional                    | 8.392         | 8.121         | -3,2%        |
| <b>Cirurgia de Ambulatório</b>           | <b>11.005</b> | <b>12.007</b> | <b>9,1%</b>  |
| Cirurgia Urgente                         | 3.453         | 3.282         | -5,0%        |
| <b>Total de Doentes Intervencionados</b> | <b>18.550</b> | <b>19.348</b> | <b>4,3%</b>  |
| Cirurgia Convencional                    | 6.968         | 6.782         | -2,7%        |
| <b>Cirurgia de Ambulatório</b>           | <b>8.528</b>  | <b>9.639</b>  | <b>13,0%</b> |
| Cirurgia Urgente                         | 3.054         | 2.927         | -4,2%        |

## GDH AMBULATÓRIO

|                   | 2016  | 2017  | Δ%   |
|-------------------|-------|-------|------|
| <b>Cirúrgicos</b> | 7.922 | 8.501 | 7,3% |
| <b>Médicos</b>    | 9.407 | 9.973 | 6,0% |

\* N.º GDHs de 2016 atualizados

## CONSULTA EXTERNA

|                             | 2016           | 2017           | Δ%           |
|-----------------------------|----------------|----------------|--------------|
| <b>Consultas Realizadas</b> | <b>461.690</b> | <b>458.142</b> | <b>-0,8%</b> |
| N.º de Primeiras Consultas  | 113.242        | 114.387        | 1,0%         |
| Primeiras Consultas / Total | 24,5%          | 25,0%          | 1,8%         |

## URGÊNCIA

|                               | 2016           | 2017           | Δ%           |
|-------------------------------|----------------|----------------|--------------|
| <b>Doentes Entrados</b>       | <b>157.596</b> | <b>150.105</b> | <b>-4,8%</b> |
| Urgência Geral                | 88.443         | 86.722         | -1,9%        |
| Urgência Pediátrica           | 35.429         | 31.558         | -10,9%       |
| Urgência Obstétrica           | 15.846         | 15.871         | 0,2%         |
| Urgência Oftalmologia         | 7.961          | 6.026          | -24,3%       |
| Urgência Otorrinolaringologia | 9.917          | 9.928          | 0,1%         |

## HOSPITAL DE DIA

|  | 2016          | 2017          | Δ%           |
|--|---------------|---------------|--------------|
| <b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b> | <b>20.213</b> | <b>21.331</b> | <b>5,5%</b>  |
| Psiquiatria                                  | 4.485         | 4.247         | -5,3%        |
| Pedopsiquiatria                              | 2.191         | 2.102         | -4,1%        |
| Imunohemoterapia                             | 4.070         | 4.426         | 8,7%         |
| Pediatria                                    | 212           | 191           | -9,9%        |
| Pneumologia                                  | 237           | 238           | 0,4%         |
| Outras                                       | 8.822         | 9.904         | 12,3%        |
| Infeciologia                                 | 189           | 223           | 18,0%        |
| Infeciologia Pediátrica                      | 7             | 0             | -100,0%      |
| <b>Hemodiálise</b>                           | <b>8.813</b>  | <b>8.765</b>  | <b>-0,5%</b> |

Actividade Global - Var % 2017/2016



- A – Doentes Sidos do Internamento sem Transferência Internas
- A1 – Doentes Sidos do Internamento com Transferência Internas
- B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados
- C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – GDH's Médicos Ambulatório
- E – Consulta Externa
- F – Urgência
- G – Hospital de Dia

## 7.2.1. INTERNAMENTO

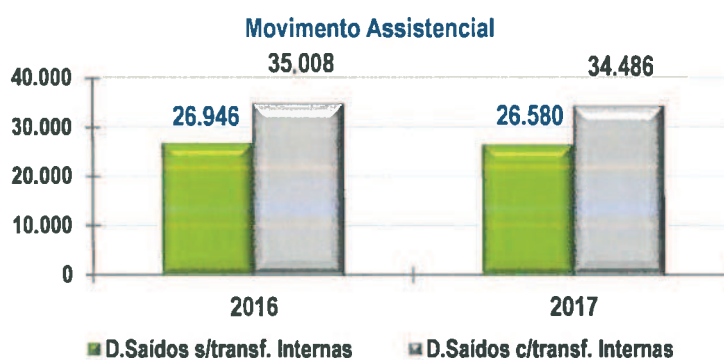
### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

|   | 2016           | 2017           | Δ%           |
|---|----------------|----------------|--------------|
| <b>Lotação*</b>                                     | <b>793</b>     | <b>814</b>     | <b>2,6%</b>  |
| <b>Berçário</b>                                     | <b>28</b>      | <b>28</b>      | <b>0,0%</b>  |
| <b>Total de Doentes Saídos sem transf. Internas</b> | <b>26.946</b>  | <b>26.580</b>  | <b>-1,4%</b> |
| Doentes saídos sem Berçário                         | 24.682         | 24.348         | -1,4%        |
| Doentes Saídos Berçário                             | 2.264          | 2.232          | -1,4%        |
| <b>Total de Doentes Saídos com transf. Internas</b> | <b>35.008</b>  | <b>34.486</b>  | <b>-1,5%</b> |
| Doentes saídos sem Berçário                         | 32.676         | 32.192         | -1,5%        |
| Doentes Saídos Berçário                             | 2.332          | 2.294          | -1,6%        |
| <b>Total Dias Internamento</b>                      | <b>240.228</b> | <b>241.650</b> | <b>0,6%</b>  |
| Dias de Internam. sem Berçário                      | 234.298        | 235.579        | 0,5%         |
| Dias Internam. Berçário                             | 5.930          | 6.071          | 2,4%         |
| <i>Demora média (dias)</i>                          | <b>9,5</b>     | <b>9,7</b>     | <b>0,2</b>   |
| <i>Taxa ocupação (%)</i>                            | <b>83,0%</b>   | <b>80,0%</b>   | <b>-3pp</b>  |
| <i>Doentes Saídos / Cama</i>                        | <b>31,1</b>    | <b>29,9</b>    | <b>-1,2</b>  |

\* Lotação 2016: Não inclui 20 camas Plano Contingência abertas em Dezembro

\*Lotação 2017: inclui 20 camas ICD (internamento curta duração) abertas no 3º trimestre de 2017

\*\* Não inclui doentes com recurso ao exterior

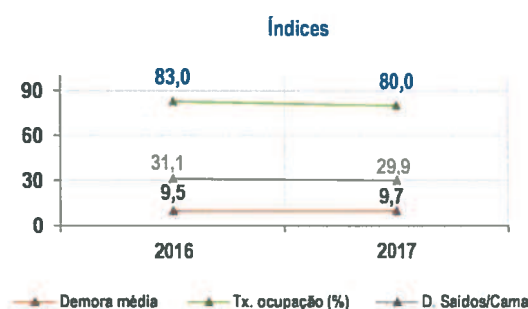


O movimento assistencial do Internamento, em 2017, apresentou uma diminuição de 1,4% em relação ao ano anterior, passando de 26.946 em 2016 para 26.580 doentes saídos em 2017.

O Berçário com 2.232 altas registou também um decréscimo de 1,4% em relação a 2016.

## LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2017

| Especialidades            | 2017       | % Ocup. | Especialidades                     | 2017 | % Ocup.      |
|---------------------------|------------|---------|------------------------------------|------|--------------|
| Cardiologia               | 38         | 96,4%   | Neurologia                         | 16   | 83,8%        |
| Cardiologia Pediátrica    | 8          | 69,6%   | Oftalmologia                       | 2    | 15,9%        |
| Cirurgia Cardiobrácica    | 30         | 80,2%   | Unidade Oncológica                 | 3    | 104,5%       |
| Cirurgia Geral            | 107        | 66,0%   | Ortopedia                          | 43   | 112,3%       |
| Cirurgia Vascular         | 15         | 86,5%   | Otorrinolaringologia               | 10   | 106,3%       |
| Cirurgia Plástica         | 20         | 60,7%   | Pediatria                          | 21   | 53,1%        |
| Endocrinologia e Nutrição | 6          | 40,1%   | Pneumologia                        | 18   | 73,3%        |
| Gastroenterologia         | 12         | 88,9%   | Reumatologia                       | 4    | 60,2%        |
| Ginecologia/Obstetria     | 57         | 64,5%   | Urologia                           | 18   | 68,8%        |
| Hematologia               | 13         | 81,3%   | ICD (Internamento curta duração)   | 20   | 22,1%        |
| Infecçologia              | 26         | 59,8%   | U.C.I.C                            | 16   | 79,9%        |
| Medicina Interna          | 166        | 87,9%   | U.C.I.P                            | 16   | 76,5%        |
| Nefrologia                | 33         | 79,1%   | Unid. Cuid. Intens. Cardiobracicos | 13   | 84,9%        |
| Neurocirurgia             | 25         | 93,5%   | Unid. Cuid. Intens. Neonatais      | 14   | 81,0%        |
| Neurotraumatologia        | 19         | 90,4%   | Psiquiatria (Agudos)               | 25   | 91,8%        |
| <b>TOTAL GERAL</b>        | <b>814</b> |         |                                    |      | <b>80,0%</b> |



No que diz respeito aos indicadores, a taxa de ocupação do CHLO manteve-se a um nível bastante favorável (80,0%), o número de doentes saídos por cama em cerca de 30 doentes e a Demora Média global situou-se na ordem dos 9,7 dias.

### 7.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional e ambulatória), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias (convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetria

e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia. O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

### MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENZIONADOS

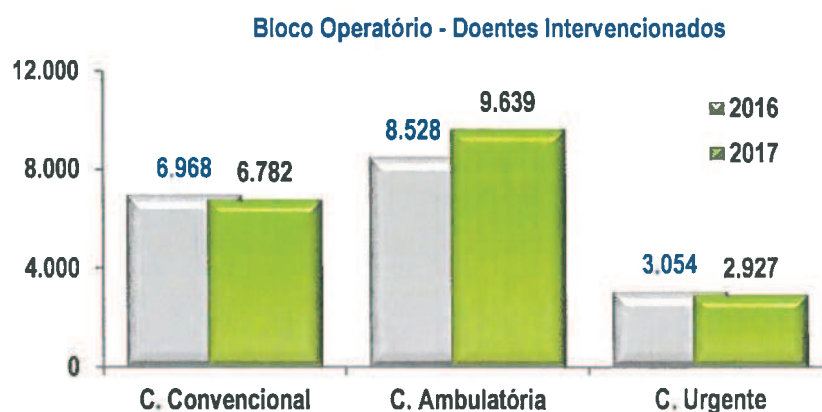
|  | 2016          | 2017          | Δ%          |
|--|---------------|---------------|-------------|
| <b>Total Geral</b>                     | <b>18.550</b> | <b>19.348</b> | <b>4,3%</b> |
| Cirurgia Convencional                  | 6.968         | 6.782         | -2,7%       |
| Cirurgia Ambulatória                   | 8.528         | 9.639         | 13,0%       |
| Cirurgia de Urgência                   | 3.054         | 2.927         | -4,2%       |
| <i>% Cirurg Programada/Total</i>       | 83,5%         | 84,9%         | 1,4 pp      |
| <i>% Cirurg Ambulatório/Programada</i> | 55,0%         | 58,7%         | 3,7 pp      |

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

A atividade cirúrgica registou, em Dezembro de 2017, face ao período homólogo, um aumento de 4,3% no total de doentes intervencionados, passando de 18.550 doentes para 19.348.

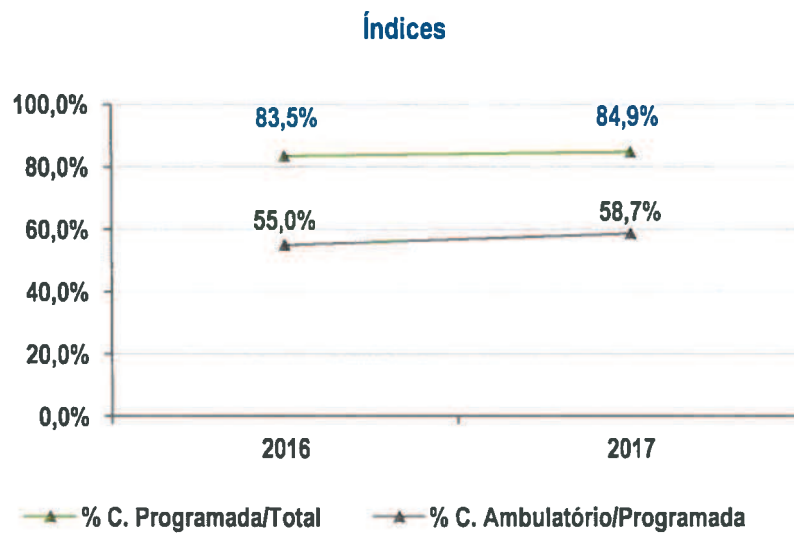
A evolução favorável da actividade de bloco deveu-se, principalmente, à Cirurgia de Ambulatório. Esta actividade, incluindo a respetiva Produção Adicional, registou um acréscimo na ordem de 13% de doentes intervencionados. A Cirurgia Convencional registou um decréscimo 2,7% de doentes intervencionados, passando de 6.968 em 2016 para 6.782, em 2017.

A Cirurgia Urgente registou, face ao período homólogo, uma redução de 4,2%, passando de 3.054 para 2.927 doentes intervencionados.



A taxa de ambulatorização, em 2017, registou 58,7%, um aumento de 3,7 pp em relação a 2016 (55,0%).

A Cirurgia Programada, no ano 2017, constituiu cerca de 85% do movimento cirúrgico do CHLO.



## MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

|                                | N.º Doentes Intervencionados |               |               |
|--------------------------------|------------------------------|---------------|---------------|
|                                | 2016                         | 2017          | Δ%            |
| <b>Especialidades</b>          | <b>18.550</b>                | <b>19.348</b> | <b>4,3%</b>   |
| <b>Cirurgia Geral</b>          | <b>3.833</b>                 | <b>3.668</b>  | <b>-4,3%</b>  |
| Urgente                        | 832                          | 741           | -10,9%        |
| Convencional                   | 1.962                        | 1.919         | -2,2%         |
| Ambulatório                    | 1.039                        | 1.008         | -3,0%         |
| <b>Cirurgia Vascular</b>       | <b>671</b>                   | <b>504</b>    | <b>-24,9%</b> |
| Urgente                        | 33                           | 37            | 12,1%         |
| Convencional                   | 364                          | 330           | -9,3%         |
| Ambulatório                    | 274                          | 137           | -50,0%        |
| <b>Cirurgia Plástica</b>       | <b>1.888</b>                 | <b>1.808</b>  | <b>-4,2%</b>  |
| Urgente                        | 186                          | 137           | -26,3%        |
| Convencional                   | 479                          | 473           | -1,3%         |
| Ambulatório                    | 1.223                        | 1.198         | -2,0%         |
| <b>Cirurgia Cardiotorácica</b> | <b>1.073</b>                 | <b>1.091</b>  | <b>1,7%</b>   |
| Urgente                        | 293                          | 259           | -11,6%        |
| Convencional                   | 764                          | 821           | 7,5%          |
| Ambulatório                    | 16                           | 11            | -31,3%        |
| <b>Dermatologia</b>            | <b>694</b>                   | <b>677</b>    | <b>-2,4%</b>  |
| Ambulatório                    | 694                          | 677           | -2,4%         |
| <b>Estomatologia</b>           | <b>285</b>                   | <b>265</b>    | <b>-7,0%</b>  |
| Ambulatório                    | 285                          | 265           | -7,0%         |
| <b>Ginecologia</b>             | <b>673</b>                   | <b>610</b>    | <b>-9,4%</b>  |
| Urgente                        | 39                           | 44            | 12,8%         |
| Convencional                   | 318                          | 281           | -11,6%        |
| Ambulatório                    | 316                          | 285           | -9,8%         |
| <b>Obstetrícia</b>             | <b>981</b>                   | <b>933</b>    | <b>-4,9%</b>  |
| Urgente                        | 877                          | 834           | -4,9%         |
| Convencional                   | 104                          | 99            | -4,8%         |
| <b>Neurocirurgia</b>           | <b>1.236</b>                 | <b>1.235</b>  | <b>-0,1%</b>  |
| Urgente                        | 374                          | 420           | 12,3%         |
| Convencional                   | 643                          | 591           | -8,1%         |
| Ambulatório                    | 219                          | 224           | 2,3%          |
| <b>Oftalmologia</b>            | <b>3.692</b>                 | <b>5.079</b>  | <b>37,6%</b>  |
| Urgente                        | 1                            | 2             | 100,0%        |
| Convencional                   | 26                           | 36            | 38,5%         |
| Ambulatório                    | 3.665                        | 5.041         | 37,5%         |
| <b>Ortopedia</b>               | <b>1.227</b>                 | <b>1.292</b>  | <b>5,3%</b>   |
| Urgente                        | 192                          | 190           | -1,0%         |
| Convencional                   | 807                          | 801           | -0,7%         |
| Ambulatório                    | 228                          | 301           | 32,0%         |
| <b>Otorrinolaringologia</b>    | <b>1.270</b>                 | <b>1.146</b>  | <b>-9,8%</b>  |
| Urgente                        | 70                           | 91            | 30,0%         |
| Convencional                   | 822                          | 746           | -9,2%         |
| Ambulatório                    | 378                          | 309           | -18,3%        |
| <b>Urologia</b>                | <b>1.027</b>                 | <b>1.040</b>  | <b>1,3%</b>   |
| Urgente                        | 156                          | 172           | 10,3%         |
| Convencional                   | 676                          | 685           | 1,3%          |
| Ambulatório                    | 195                          | 183           | -6,2%         |

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades ("doentes intervencionados"), a atividade cirúrgica, em 2017, registou, face ao período homólogo, um crescimento de 4,3%, passando de 18.550 doentes para 19.348.

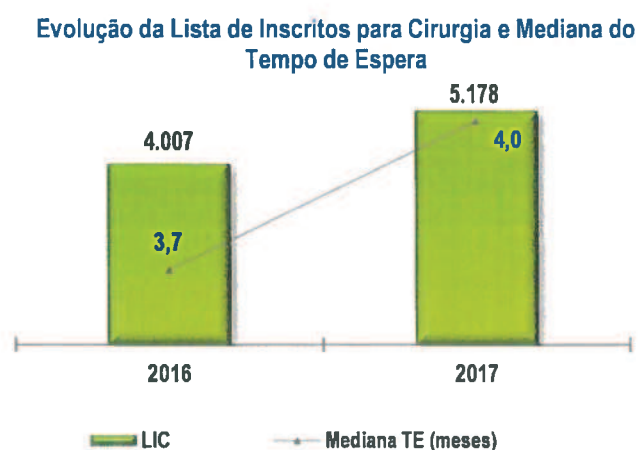
Destacou-se o aumento de Cirurgias de Ambulatório. Para este comportamento destacam-se as contribuições das especialidades de Oftalmologia (37,5%), passando de 3.665 para 5.041 doentes intervencionados e de Ortopedia (32,0%) com 228 doentes intervencionados em 2016 e 301 em 2017.

A Cirurgia Convencional registou um decréscimo de 2,7% e as especialidades que influenciaram para esta evolução desfavorável foram: Otorrinolaringologia (822 para 746), Neurocirurgia (643 para 591), Cirurgia Geral (1.962 para 1.919), Ginecologia (318 para 281) e Cirurgia Vasculuar (364 para 330).

Em relação à produção de Cirurgia Urgente, as especialidades de Cirurgia Plástica (-26,3%), Cirurgia Geral (-10,9%), Cirurgia Cardiorácica (-11,6%) e Obstetrícia (-4,9%) foram as que registaram decréscimo da actividade.

#### 7.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO DE ESPERA PARA CIRURGIA

O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou um aumento de 1.171 doentes, passando de 4.007 doentes inscritos, em 2016, para 5.178, em 2017, e a mediana de tempo de espera apresentou um acréscimo passando de 3,7 meses, em 2016, para 4,0, em 2017.



### PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC FORA DO TMRG

| Grupo de Patologia                | TMRG<br>Dias Seguidos | N. Inscritos<br>LIC 2016 | N. Inscritos<br>LIC 2017 | N. Inscritos<br>LIC >TMRG<br>2016 | N. Inscritos<br>LIC >TMRG<br>2017 | % Doentes<br>operados fora<br>do TMRG - 2016 | % Doentes<br>operados fora<br>do TMRG - 2017 |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|--|
| Normal                            | 270                   | 3.785                    | 4.713                    | 539                               | 834                               | 14,2%  | 17,7%  |
| Normal Oncologia                  | 60                    | 30                       | 33                       | 0                                 | 0                                 | 0,0%   | 0,0%   |
| Prioritário                       | 60                    | 156                      | 190                      | 68                                | 84                                | 43,6%  | 44,2%  |
| Prioritário Oncologia             | 45                    | 16                       | 22                       | 2                                 | 3                                 | 12,5%  | 13,6%  |
| Muito Prioritário                 | 15                    | 7                        | 8                        | 5                                 | 6                                 | 71,4%  | 75,0%  |
| Muito Prioritário Oncologia       | 15                    | 0                        | 0                        | 0                                 | 0                                 | -  | -  |
| Urgência Diferida                 | 3                     | 13                       | 4                        | 10                                | 4                                 | 76,9%  | 100,0%                                       |
| Urgência Diferida Oncologia       | 3                     | 0                        | 0                        | 0                                 | 0                                 | -  | -  |
| Doença Cardíaca - Normal          | 90                    |                          | 152                      |                                   | 82                                | -  | -  |
| Doença Cardíaca - Prioritário     | 45                    |                          | 54                       |                                   | 26                                | -  | -  |
| Doença Cardíaca - Mb. Prioritário | 15                    |                          | 2                        |                                   | 2                                 | -  | -  |
| <b>Total</b>                      |                       | <b>4.007</b>             | <b>5.178</b>             | <b>624</b>                        | <b>1.041</b>                      | <b>15,6%</b>                                 | <b>20,1%</b>                                 |

O CHLO, em 2017, no que se refere ao indicador % de doentes cirúrgicos inscritos em LIC com tempo de espera > TMRG, atingiu 20,1%, ficando em 4,10 pp aquém do objetivo estabelecido (16%).

### LISTA DE INSCRITOS E TEMPO DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

| Unidade Hospitalar            | Especialidades                    | Total Episódios em LIC | Tempo médio de espera (em meses) | Tempo médio de espera (em dias) | Mediana Tempo espera (em meses) |
|-------------------------------|-----------------------------------|------------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Hospital Egas Moniz           | CHLO -HEM Dermatologia            | 26                     | 0,7                              | 21                              | 0,9                             |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia geral II       | 394                    | 5,2                              | 156                             | 3,7                             |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia Plástica       | 228                    | 3,8                              | 114                             | 3,3                             |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia vascular       | 296                    | 8,8                              | 264                             | 7,5                             |
|                               | CHLO -HEM Estomatologia           | 6                      | 2,8                              | 84                              | 1,5                             |
|                               | CHLO -HEM Neurocirurgia           | 449                    | 5,7                              | 171                             | 4,6                             |
|                               | CHLO -HEM Oftalmologia            | 989                    | 3,0                              | 90                              | 2,7                             |
|                               | CHLO -HEM Otorrinolaringologia    | 666                    | 5,8                              | 174                             | 4,8                             |
|                               | CHLO -HEM Urologia                | 138                    | 5,7                              | 171                             | 4,0                             |
|                               | CHLO -HEM Uro                     | 111                    | 8,5                              | 255                             | 7,7                             |
| Hospital São Francisco Xavier | CHLO -HSFX Cirurgia geral I       | 224                    | 3,0                              | 90                              | 2,4                             |
|                               | CHLO -HSFX Ginecologia            | 425                    | 5,1                              | 153                             | 3,7                             |
|                               | CHLO -HSFX Ortopedia              | 836                    | 6,9                              | 207                             | 6,3                             |
| Hospital Santa Cruz           | CHLO -HSC Cirurgia Cardiotorácica | 208                    | 4,5                              | 135                             | 3,0                             |
|                               | CHLO -HSC Cirurgia geral III      | 182                    | 4,7                              | 141                             | 3,5                             |
| <b>Total</b>                  |                                   | <b>5.178</b>           | <b>5,2</b>                       | <b>156</b>                      | <b>4,0</b>                      |

A mediana do tempo de espera em LIC situou-se, em 2017, em 4 meses, ficando 1 mês acima do objetivo estabelecido de 3 meses.

### LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

| Unidade Hospitalar            | Especialidades                   | > 12 meses | ≤12 meses    | Total        |
|-------------------------------|----------------------------------|------------|--------------|--------------|
| Hospital Egas Moniz           | CHLO -HEM Dermatologia           |            | 26           | 26           |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia geral II      | 33         | 361          | 394          |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia Plástica      |            | 228          | 228          |
|                               | CHLO -HEM Cirurgia vascular      | 68         | 228          | 296          |
|                               | CHLO -HEM Estomatologia          |            | 6            | 6            |
|                               | CHLO -HEM Neurocirurgia          | 54         | 395          | 449          |
|                               | CHLO -HEM Oftalmologia           | 7          | 982          | 989          |
|                               | CHLO -HEM Otorrinolaringologia   | 65         | 601          | 666          |
|                               | CHLO -HEM Urologia               | 14         | 124          | 138          |
|                               | CHLO -HEM Uro                    | 21         | 90           | 111          |
| Hospital São Francisco Xavier | CHLO -HSFX Cirurgia geral I      | 1          | 223          | 224          |
|                               | CHLO -HSFX Ginecologia           | 40         | 385          | 425          |
|                               | CHLO -HSFX Ortopedia             | 107        | 729          | 836          |
| Hospital Santa Cruz           | CHLO -HSC Cirurgia Cardiobradica | 11         | 197          | 208          |
|                               | CHLO -HSC Cirurgia geral III     | 10         | 172          | 182          |
| <b>Total</b>                  |                                  | <b>431</b> | <b>4.747</b> | <b>5.178</b> |

Dos 5.178 doentes em LIC, 8% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses.

### 7.2.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem três salas de bloco dedicadas e de sete salas de parto.

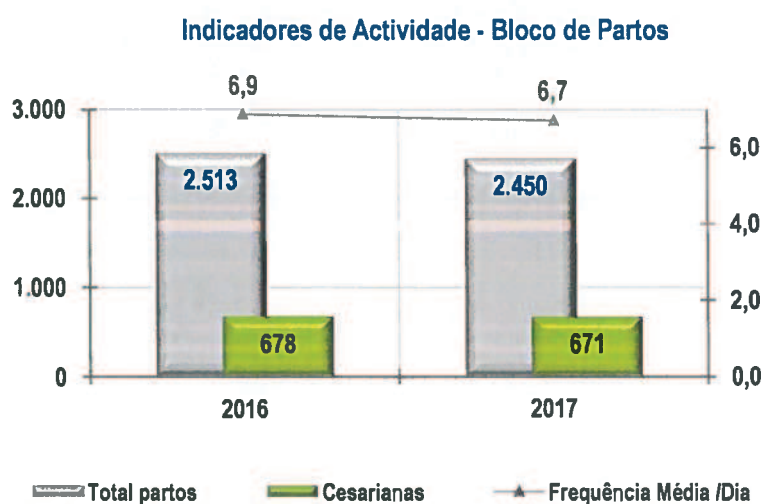
Com um número médio diário de cerca de 7 partos, o total de partos, que ascendeu a 2.450, registou um decréscimo de 2,5% em relação ao período homólogo.

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

|                             | 2016         | 2017         | Δ%            |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| <b>Partos ocorridos</b>     | <b>2.513</b> | <b>2.450</b> | <b>-2,5%</b>  |
| Eutócicos                   | 1.345        | 1.268        | -5,7%         |
| Distócicos                  | 490          | 511          | 4,3%          |
| Cesarianas                  | 678          | 671          | -1,0%         |
| <i>% Cesarianas</i>         | <b>27,0%</b> | <b>27,4%</b> | <b>0,4 pp</b> |
| <i>Frequência Média/Dia</i> | <b>6,9</b>   | <b>6,7</b>   | <b>-2,2%</b>  |

Os partos Eutócicos apresentaram uma diminuição na ordem de 5,7% em relação a 2016, enquanto os partos Distócicos verificaram um acréscimo de 4,3%. As Cesarianas tiveram um decréscimo de -1,0%, face ao período homólogo.

A taxa de Cesarianas no total de partos foi de 27,4% (27,0% em 2016).



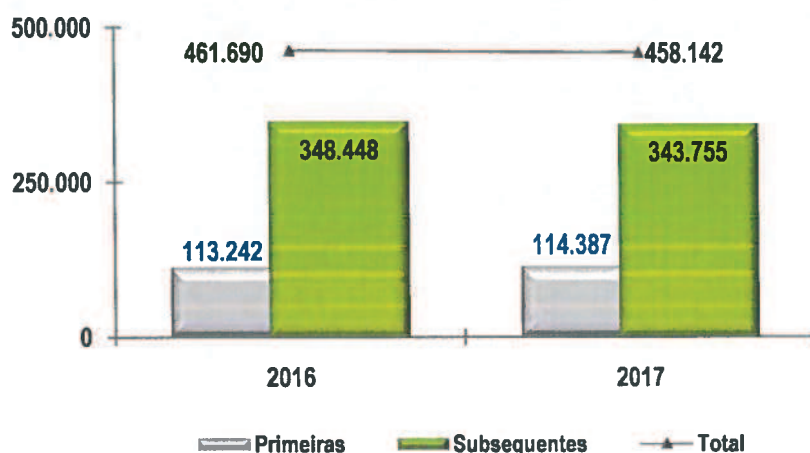
#### 7.2.4. CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2017 atingiu 458.142, representando um ligeiro decréscimo de 0,8% em relação ao período homólogo. Destacam-se as Primeiras Consultas onde se verificou um acréscimo de 1,0%. De referir que, embora ainda se encontre abaixo da meta estabelecida (26,3%), a taxa de Primeiras Consultas melhorou, ligeiramente, em relação ao período homólogo, passando de 24,5% para 25%.

#### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

|                           | 2016           | 2017           | Δ%           |
|---------------------------|----------------|----------------|--------------|
| <b>Consultas Externas</b> | <b>461.690</b> | <b>458.142</b> | -0,8%        |
| Primeiras                 | 113.242        | 114.387        | 1,0%         |
| Subsequentes              | 348.448        | 343.755        | -1,3%        |
| <i>% Primeiras/Total</i>  | <i>24,5%</i>   | <i>25,0%</i>   | <i>0,5pp</i> |

### Movimento das Consultas Externas



### PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

| Especialidades            | 2016   | 2017   | Δ%     | Especialidades       | 2016           | 2017           | Δ%           |
|---------------------------|--------|--------|--------|----------------------|----------------|----------------|--------------|
| Anestesiologia            | 11.744 | 11.334 | -3,5%  | MFR                  | 8.701          | 8.786          | 1,0%         |
| C. Plást e Reconstructiva | 9.800  | 9.562  | -2,4%  | Nefrologia           | 19.568         | 18.516         | -5,4%        |
| Cardiologia               | 32.285 | 32.105 | -0,6%  | Neurocirurgia        | 10.854         | 10.936         | 0,8%         |
| Cardiologia Pediátrica    | 5.871  | 6.818  | 16,1%  | Neurologia           | 10.944         | 12.114         | 10,7%        |
| Cirurgia Cardiobrácica    | 4.457  | 4.696  | 5,4%   | Obstetria            | 10.101         | 8.841          | -12,5%       |
| Cirurgia Geral            | 27.186 | 26.550 | -2,3%  | Oftalmologia         | 27.750         | 30.303         | 9,2%         |
| Cirurgia Vasculár         | 8.351  | 7.590  | -9,1%  | Oncologia Médica     | 25.124         | 26.633         | 6,0%         |
| Dermatologia              | 15.892 | 15.130 | -4,8%  | Ortopedia            | 17.156         | 16.665         | -2,9%        |
| Endocrinologia            | 17.522 | 17.216 | -1,7%  | Otorrinolaringologia | 26.630         | 25.548         | -4,1%        |
| Estomatologia             | 12.808 | 11.976 | -6,5%  | Patologia Clínica    | 23.254         | 21.326         | -8,3%        |
| Gastroenterologia         | 9.055  | 8.267  | -8,7%  | Pediatria            | 8.751          | 8.462          | -3,3%        |
| Genética Médica           | 375    | 310    | -17,3% | Pedopsiquiatria      | 8.044          | 9.095          | 13,1%        |
| Ginecologia               | 6.606  | 6.627  | 0,3%   | Pneumologia          | 11.702         | 10.887         | -7,0%        |
| Hematologia               | 8.012  | 8.037  | 0,3%   | Psiquiatria          | 16.073         | 16.983         | 5,7%         |
| Imunoalergologia          | 2.736  | 3.658  | 33,7%  | Reumatologia         | 12.819         | 13.965         | 8,9%         |
| Imuno-hemoterapia         | 3.530  | 4.511  | 27,8%  | Saude Ocupacional    | 1.290          | 1.442          | 11,8%        |
| Infeciologia              | 12.451 | 11.767 | -5,5%  | Urologia             | 10.404         | 9.564          | -8,1%        |
| Medicina                  | 23.844 | 21.922 | -8,1%  |                      |                |                |              |
| <b>Total Geral</b>        |        |        |        |                      | <b>461.690</b> | <b>458.142</b> | <b>-0,8%</b> |

Na evolução do número de consultas por especialidade, face ao período homólogo, salienta-se o aumento das consultas de Imuno-Alergologia (33,7%), Imuno-Hemoterapia (27,8%), Cardiologia Pediátrica (16,1%), Pedopsiquiatria (13,1%), Neurologia (10,7%), Oftalmologia (9,2%), e Reumatologia (8,9%).

Em relação ao ano transato as principais variações negativas verificaram-se nas especialidades de Obstetrícia (12,5%), Cirurgia Vascular (9,1%), Gastroenterologia (8,7%), Patologia Clínica (8,3%), Urologia, Medicina Interna (8,1%) e Pneumologia (7,0%).

#### **7.2.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)**

Em 2017, das 114.387 primeiras consultas realizadas no CHLO, 34.528 (30,2%) entraram pela plataforma da Consulta a Tempo e Horas (CTH) – referência eletrónica pelos cuidados de saúde primários através do sistema de acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar.

As restantes primeiras consultas têm referência interna (outras especialidades, urgências, ou outros hospitais), criando uma referência no SIH (Sistema de Informação Hospitalar).

O número de pedidos de primeiras consultas via CTH foi de 52.492 pedidos em 2017. O aumento de 7,1% do número de pedidos face a 2016 (49.000) traduz um maior recurso dos médicos dos centros de saúde a este sistema de referência.

Foram realizadas 34.528 consultas via pedido CTH, registando um ligeiro acréscimo de 0,6% em relação a 2016 (34.306).

### N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

| Especialidades                      | N.º de pedidos CTH |               | Δ%          | Consultas Realizadas |               | Δ%          |
|-------------------------------------|--------------------|---------------|-------------|----------------------|---------------|-------------|
|                                     | 2016               | 2017          |             | 2016                 | 2017          |             |
| Anestesiologia                      | 94                 | 117           | 24,5%       | 70                   | 87            | 24,3%       |
| Cardiologia                         | 1.296              | 1.380         | 6,5%        | 744                  | 833           | 12,0%       |
| Cardiologia Pediátrica              | 149                | 165           | 10,7%       | 71                   | 131           | 84,5%       |
| Cirurgia Geral                      | 2.313              | 2.583         | 11,7%       | 1.801                | 1.845         | 2,4%        |
| Cirurgia Obesidade                  | 175                | 278           | 58,9%       | 90                   | 161           | 78,9%       |
| Cirurgia Plástica Rec.              | 1.014              | 1.163         | 14,7%       | 670                  | 880           | 31,3%       |
| Cirurgia Vascul.                    | 1.593              | 1.687         | 5,9%        | 1.461                | 892           | -38,9%      |
| Dermatologia                        | 7.375              | 7.895         | 7,1%        | 4.733                | 4.160         | -12,1%      |
| Dermatologia-Rastreio Dermatológico |                    | 75            |             |                      | 32            |             |
| Endocrinologia                      | 2.216              | 2.038         | -8,0%       | 1.385                | 1.146         | -17,3%      |
| Estomatologia                       | 3.413              | 3.656         | 7,1%        | 2.217                | 2.711         | 22,3%       |
| Gastroenterologia                   | 995                | 1.060         | 6,5%        | 542                  | 554           | 2,2%        |
| Genética Médica                     | 104                | 93            | -10,6%      | 77                   | 52            | -32,5%      |
| Ginecologia                         | 1.526              | 1.484         | -2,8%       | 1.035                | 974           | -5,9%       |
| Hematologia Clínica                 | 705                | 738           | 4,7%        | 384                  | 351           | -8,6%       |
| Imunologia                          | 403                | 489           | 21,3%       | 243                  | 465           | 91,4%       |
| Infectologia                        | 154                | 159           | 3,2%        | 106                  | 107           | 0,9%        |
| Medicina Interna                    | 363                | 433           | 19,3%       | 241                  | 255           | 5,8%        |
| MFR                                 | 264                | 220           | -16,7%      | 230                  | 193           | -16,1%      |
| Nefrologia                          | 541                | 455           | -15,9%      | 366                  | 315           | -13,9%      |
| Neurocirurgia                       | 2.801              | 3.095         | 10,5%       | 1.970                | 2.000         | 1,5%        |
| Neurologia                          | 1.282              | 1.206         | -5,9%       | 676                  | 903           | 33,6%       |
| Obstetrícia                         | 3.146              | 3.495         | 11,1%       | 2.432                | 2.548         | 4,8%        |
| Oftalmologia                        | 5.767              | 6.277         | 8,8%        | 4.688                | 4.635         | -1,1%       |
| Oncologia Médica                    | 71                 | 59            | -16,9%      | 39                   | 50            | 28,2%       |
| ORL                                 | 3.742              | 4.029         | 7,7%        | 2.857                | 3.250         | 13,8%       |
| Ortopedia                           | 1.984              | 2.125         | 7,1%        | 1.395                | 1.125         | -19,4%      |
| Pediatria                           | 913                | 916           | 0,3%        | 709                  | 621           | -12,4%      |
| Pedopsiquiatria                     | 346                | 418           | 20,8%       | 192                  | 249           | 29,7%       |
| Pneumologia                         | 826                | 842           | 1,9%        | 457                  | 402           | -12,0%      |
| Psiquiatria                         | 809                | 762           | -5,8%       | 403                  | 330           | -18,1%      |
| Reumatologia                        | 1.320              | 1.399         | 6,0%        | 1.030                | 1.128         | 9,5%        |
| Urologia                            | 1.300              | 1.701         | 30,8%       | 992                  | 1.143         | 15,2%       |
| <b>Total Geral</b>                  | <b>49.000</b>      | <b>52.492</b> | <b>7,1%</b> | <b>34.306</b>        | <b>34.528</b> | <b>0,6%</b> |

As especialidades de Dermatologia, Oftalmologia e ORL são as que apresentam o maior número de pedidos em 2017, representando cerca de 35% dos pedidos.

A percentagem de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para a consulta externa em tempo adequado foi de 74,9%.

Destacam-se as especialidades de Otorrinolaringologia, Obstetrícia, Estomatologia, Cirurgia Plástica e Cirurgia Geral sendo as que mais realizam consultas dentro do TMRG.

A percentagem de utentes referenciados no CTH para consulta de Oftalmologia - rastreio de retinopatia diabética, realizadas dentro do TMRG registou 98,9%. Apesar do decréscimo de 1,1 pp em relação a 2016 verificado neste indicador, o CHLO conseguiu superar o objetivo proposto de 98%.

## PRINCIPAIS INDICADORES

| Indicador  | 2016   | 2017  |
|--|--------|-------|
| % de Consultas via CTH   | 30,4%  | 30,2% |
| % de Utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado                   | 82,0%  | 74,9% |
| % de utentes referenciados no CTH para consulta de Oftalmologia - rastreio de retinopatia diabética, realizadas dentro do TMRG | 100,0% | 98,9% |
| % de Utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos fora do tempo                       | 18,0%  | 25,1% |

## 7.2.5. URGÊNCIA

O total de doentes entrados nos Serviços de Urgência em 2017 registou um decréscimo de 4,8% em relação ao período homólogo, passando de 157.596 para 150.105 doentes entrados, com média de 443 doentes atendimentos diariamente.

## MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

|                                | 2016           | 2017           | Δ%           |                               | 2016  | 2017  | Δ%     |
|--------------------------------|----------------|----------------|--------------|-------------------------------|-------|-------|--------|
| <b>Doentes Entrados</b>        |                |                |              | <b>% Doentes Internados</b>   |       |       |        |
| Urgência Geral                 | 88.443         | 86.722         | -1,9%        | Urgência Geral                | 10,7% | 11,0% | 0,3pp  |
| Pediátrica                     | 35.429         | 31.558         | -10,9%       | Pediátrica                    | 1,8%  | 1,9%  | 0,1pp  |
| Obstétrica/Ginecológica        | 15.846         | 15.871         | 0,2%         | Obstétrica/Ginecológica       | 15,7% | 15,3% | -0,4pp |
| Oftalmologia                   | 7.961          | 6.026          | -24,3%       | Oftalmologia                  | 0,3%  | 0,2%  | -0,1pp |
| Otorrinolaringologia           | 9.917          | 9.928          | 0,1%         | Otorrinolaringologia          | 1,5%  | 1,2%  | -0,3pp |
| <b>Doentes Internados</b>      |                |                |              | <b>Frequência Média / Dia</b> |       |       |        |
| Urgência Geral                 | 9.472          | 9.514          | 0,4%         | Urgência Geral                | 242   | 238   | -1,7%  |
| Pediátrica                     | 640            | 604            | -5,6%        | Pediátrica                    | 97    | 86    | -10,7% |
| Obstétrica/Ginecológica        | 2.484          | 2.429          | -2,2%        | Obstétrica/Ginecológica       | 43    | 43    | 0,4%   |
| Oftalmologia                   | 25             | 12             | -52,0%       | Oftalmologia                  | 33    | 35    | 8,0%   |
| Otorrinolaringologia           | 146            | 121            | -17,1%       | Otorrinolaringologia          | 40    | 40    | 1,3%   |
| <b>TOTAL GERAL D. ENTRADOS</b> | <b>157.596</b> | <b>150.105</b> | <b>-4,8%</b> |                               |       |       |        |
| <i>Freq. Média / Dia</i>       | <b>454,0</b>   | <b>443,0</b>   | <b>-2,4%</b> |                               |       |       |        |
| <i>Doentes Internados</i>      | <b>12.767</b>  | <b>12.680</b>  | <b>-0,7%</b> |                               |       |       |        |
| <i>% Doentes Internados</i>    | <b>8,1%</b>    | <b>8,4%</b>    | <b>0,3pp</b> |                               |       |       |        |

### Urgência Geral

No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados foi de 86.722 o que representou um decréscimo de 1,9% em relação ao ano anterior. O número de doentes internados foi de 9.514, registando uma de percentagem de internamento de 11%.

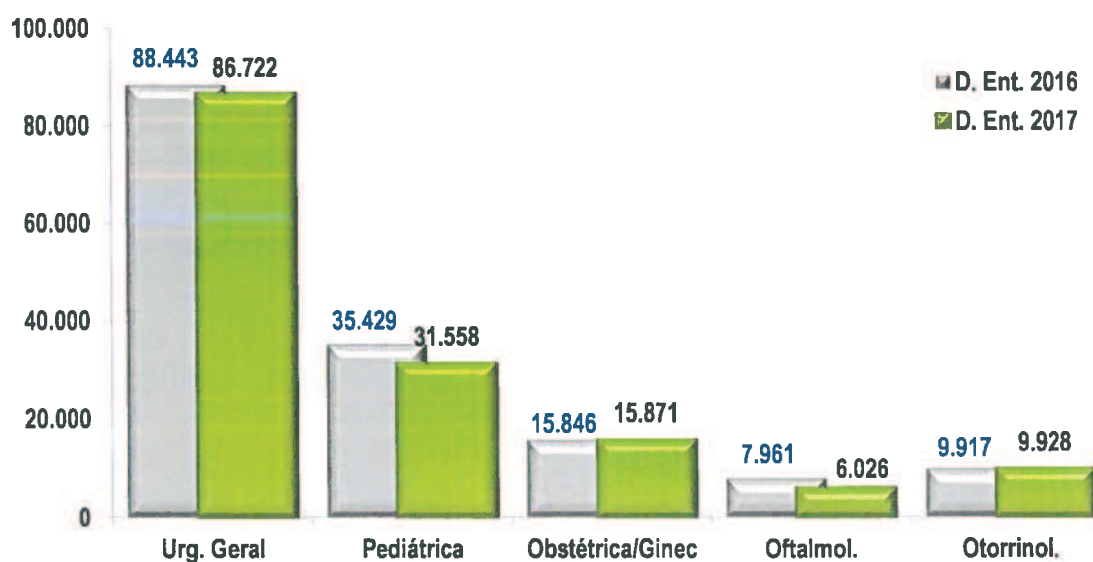
### Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 6.026 doentes, verificando-se um decréscimo de 24,3% relativamente ao ano anterior. Esta evolução resulta principalmente da redução do funcionamento para 3 dias/semana de Janeiro a 11 Outubro de 2017. Foram atendidos nesta Urgência em média 35 doentes por dia.

### Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 9.928 doentes, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,1% relativamente ao ano de 2016. O número de doentes socorridos por dia foi de 40 doentes.

**Doentes Entrados na Urgência**



### Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Durante o ano de 2017, foram observadas 31.558 crianças representando um decréscimo de 10,9%, face ao período homólogo. A taxa de internamento manteve-se na ordem de 2%, com um afluxo médio diário de 86 crianças.

### Urgência Obstétrica/Ginecológica

O número de doentes observadas foi de 15.871, tendo-se verificado um ligeiro aumento de 0,2% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 43 urgências.

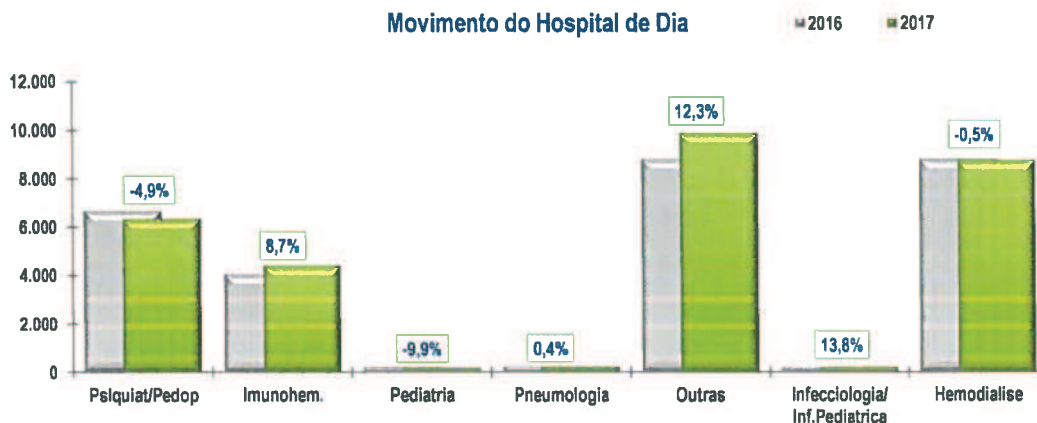
### 7.2.6. HOSPITAL DE DIA

O total de sessões em Hospital de Dia apresentou, em 2017, um aumento de 5,5% em relação ao período homólogo. De entre as especialidades que contribuíram para este comportamento, destacam-se o aumento nas sessões de hospital de dia de Hematologia (47%), Gastrenterologia (19,9%), Infeciologia (18%), Cardiologia e Especialidades Médicas (16,7%), Reumatologia (12,1%) e Imunohemoterapia (8,7%).

No que refere à Hemodiálise o número de sessões apresenta um ligeiro decréscimo de 0,5% passando de 8.813 para 8.765.

#### HOSPITAL DE DIA

|  | 2016          | 2017          | Δ%           |
|--|---------------|---------------|--------------|
| <b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b> | <b>20.213</b> | <b>21.331</b> | <b>5,5%</b>  |
| Psiquiatria                                  | 4.485         | 4.247         | -5,3%        |
| Pedopsiquiatria                              | 2.191         | 2.102         | -4,1%        |
| Imunohemoterapia                             | 4.070         | 4.426         | 8,7%         |
| Pediatria                                    | 212           | 191           | -9,9%        |
| Pneumologia                                  | 237           | 238           | 0,4%         |
| Outras                                       | 8.822         | 9.904         | 12,3%        |
| Cardiologia e Espec Médicas                  | 1.561         | 1.821         | 16,7%        |
| Gastrenterologia                             | 876           | 1.050         | 19,9%        |
| Reumatologia                                 | 519           | 582           | 12,1%        |
| Neurologia                                   | 1.018         | 942           | -7,5%        |
| Terapêuticas Suporte                         | 4.137         | 4.576         | 10,6%        |
| Cirurgia Geral                               | 42            | 25            | -40,5%       |
| Anestesia/Dor                                | 2             | 0             | -100,0%      |
| Estudos Clínicos                             | 142           | 136           | -4,2%        |
| Hematologia                                  | 525           | 772           | 47,0%        |
| Infeciologia                                 | 189           | 223           | 18,0%        |
| Infeciologia Pediátrica                      | 7             | 0             | -100,0%      |
| <b>Hemodiálise</b>                           | <b>8.813</b>  | <b>8.765</b>  | <b>-0,5%</b> |



### 7.2.7. GDH'S MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentaram, face ao período homólogo, um aumento de produção de 6%.

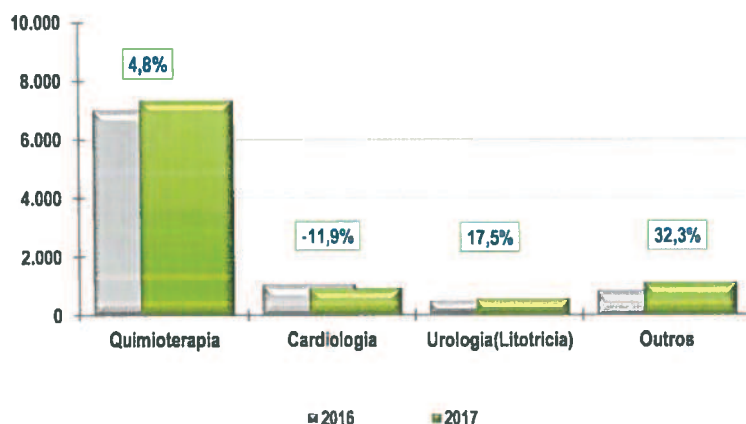
Em termos homólogos, os GDH's de Oncologia/Quimioterapia registaram um acréscimo de 4,8%. Destaque, ainda, para o aumento 17,5% nos GDH's de Urologia (Litotricia).

#### GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

|                      | 2016*        | 2017         | Δ%          |
|----------------------|--------------|--------------|-------------|
| <b>TOTAL</b>         | <b>9.407</b> | <b>9.973</b> | <b>6,0%</b> |
| Quimioterapia        | 7.027        | 7.367        | 4,8%        |
| Outros               | 2.380        | 2.606        | 9,5%        |
| Cardiologia          | 1.066        | 939          | -11,9%      |
| Urologia(Litotricia) | 481          | 565          | 17,5%       |
| Outros               | 833          | 1.102        | 32,3%       |

\* N.º GDHs de 2016 atualizados

### GDH Médicos Ambulatório



### 7.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA

| Especialidades                        | 2016             | 2017             | Δ%            |
|---------------------------------------|------------------|------------------|---------------|
| <b>Imagiologia</b>                    |                  |                  |               |
| Radiologia Convencional               | 154.506          | 148.646          | -3,8%         |
| TAC Corpo                             | 33.909           | 35.993           | 6,1%          |
| RM Corpo                              | 3.442            | 3.688            | 7,1%          |
| Ecografia                             | 34.556           | 27.489           | -20,5%        |
| Mamografia                            | 2.409            | 2.157            | -10,5%        |
| Ortopantomografia                     | 1.698            | 1.576            | -7,2%         |
| Intervenção (citologias+biópsias)     | 801              | 1.852            | 131,2%        |
| Digestivos                            | 372              | 490              | 31,7%         |
| Densitometria                         | 1.038            | 928              | -10,6%        |
| <b>Neurorradiologia</b>               |                  |                  |               |
| TAC                                   | 9.729            | 6.498            | -33,2%        |
| Angiografia                           | 425              | 556              | 30,8%         |
| RM                                    | 2.584            | 2.346            | -9,2%         |
| Dacriocistografia                     | 37               | 53               | 43,2%         |
| <b>Patologia Clínica</b>              | <b>3.313.294</b> | <b>3.338.886</b> | <b>0,8%</b>   |
| Colheitas                             | 173.113          | 164.814          | -4,8%         |
| Análises                              | 3.140.181        | 3.174.072        | 1,1%          |
| <b>Anatomia Patológica</b>            | <b>33.954</b>    | <b>32.339</b>    | <b>-4,8%</b>  |
| <b>Imuno Hemoterapia</b>              |                  |                  |               |
| Testes Laboratoriais                  | 326.842          | 321.584          | -1,6%         |
| Unidades transfundidas                | 11.014           | 12.393           | 12,5%         |
| <b>Medicina Física e Reabilitação</b> | <b>300.477</b>   | <b>244.774</b>   | <b>-18,5%</b> |
| <b>Técnicas Gastroenterológicas</b>   | <b>14.711</b>    | <b>13.192</b>    | <b>-10,3%</b> |
| <b>Técnicas Peumológicas</b>          | <b>9.348</b>     | <b>8.658</b>     | <b>-7,4%</b>  |
| <b>Técnicas Cardiológicas</b>         | <b>69.366</b>    | <b>65.091</b>    | <b>-6,2%</b>  |
| <b>Obstetrícia/Ginecologia</b>        | <b>13.260</b>    | <b>10.953</b>    | <b>-17,4%</b> |
| <b>Medicina Nuclear</b>               | <b>3.922</b>     | <b>3.993</b>     | <b>1,8%</b>   |
| <b>Técnicas Neurológicas</b>          | <b>2.931</b>     | <b>2.121</b>     | <b>-27,6%</b> |
| <b>Técnicas Oftalmológicas</b>        | <b>45.639</b>    | <b>40.647</b>    | <b>-10,9%</b> |
| <b>Técnicas de ORL</b>                | <b>11.289</b>    | <b>10.944</b>    | <b>-3,1%</b>  |
| <b>Técnicas Urológicas</b>            | <b>4.501</b>     | <b>4.302</b>     | <b>-4,4%</b>  |
| <b>Técnicas Reumatologia</b>          | <b>2.811</b>     | <b>3.190</b>     | <b>13,5%</b>  |
| <b>Técnicas de Dermatologia</b>       | <b>4.632</b>     | <b>4.147</b>     | <b>-10,5%</b> |

\* N.º de exames de 2016 actualizados

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados em:

- Exames de Imagiologia, nomeadamente em Intervenção (citologias+biopsias) (131,2%), Digestivos (31,7%), RM Corpo (7,1%) e TAC Corpo (6,1%);
- Exames de Neurorradiologia, com um aumento de Dacriocistografia (43,2%) e Angiografias (30,8%);
- Técnicas Reumatologia (13,5%);
- Imuno-Hemoterapia, acréscimo de Unidades transfundidas (12,5%);
- Medicina Nuclear (1,8%);
- Patologia Clínica, no número de Análises (1,1%).

### 7.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

#### 7.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

No exercício de 2017, os Proveitos Totais registaram um decréscimo de 6,7%, passando de 226,8 para 211,6 milhões de euros.

Os Custos Totais, em 2017, ascenderam os 237,4 milhões de euros, representando um acréscimo de 5,9% em relação a 2016.

#### SÍNTESE DE INDICADORES

| SITUAÇÃO ECONÓMICA      | ( euros )   |             |          |
|-------------------------|-------------|-------------|----------|
|                         | 2016        | 2017        | Δ%       |
| Proveitos Operacionais  | 222.777.937 | 209.714.002 | -5,9%    |
| Custos Operacionais     | 220.945.278 | 233.692.892 | 5,8%     |
| Resultados Operacionais | 1.832.659   | -23.978.890 | -1408,4% |
| Resultado Líquido       | 2.156.646   | -25.786.569 | -1295,7% |

O montante dos Proveitos Operacionais influenciado, fundamentalmente, pela redução da verba proveniente das Adendas ao Contrato Programa, registou um decréscimo de 5,9% face ao exercício anterior, ascendendo a 209,7 milhões de euros.

A evolução desfavorável dos Proveitos Operacionais foi o principal responsável para a obtenção de um Resultado Operacional de 23,9 milhões de euros negativos, embora não deixando de realçar o contínuo esforço no controlo e contenção de despesa.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

## PROVEITOS TOTAIS

|  | (euros)            |                    |              |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| Rubrica                                | 2016               | 2017               | Δ%           |
| <b>PROVEITOS</b>                       |                    |                    |              |
| Proveitos Operacionais                 | 222.777.937        | 209.714.002        | -5,9%        |
| Prestação de Serviços                  | 215.156.216        | 202.261.054        | -6,0%        |
| Proveitos Suplementares                | 1.789.499          | 1.478.872          | -17,4%       |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 5.832.221          | 5.974.076          | 2,4%         |
| Proveitos e Ganhos Financeiros         | 44.159             | 56.534             | 28,0%        |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários     | 3.937.131          | 1.830.923          | -53,5%       |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>226.759.227</b> | <b>211.601.459</b> | <b>-6,7%</b> |

O total de Proveitos atingiu 211,6 milhões de euros representando um decréscimo de 6,7%, resultado do efeito acima evidenciado. No entanto, realça-se o incremento na ordem de 3,0%, face ao período homólogo, do valor do movimento assistencial em termos de facturação.

O total de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais registou um acréscimo de 2,4% em 2017 ascendendo a cerca de 6 milhões de euros, que advém em grande parte da facturação de medicação.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários apresentaram um decréscimo que resulta da correcção da facturação reportada a exercícios anteriores.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução sintese dos diversos agregados:

## CUSTOS TOTAIS

|                                 | (euros)            |                    |             |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|-------------|
| Rubrica                         | 2016               | 2017               | Δ%          |
| <b>CUSTOS TOTAIS</b>            |                    |                    |             |
| Custos Operacionais             | 220.945.278        | 233.692.892        | 5,8%        |
| Cash Costs                      | 214.245.933        | 226.863.103        | 5,9%        |
| Amortizações / Provisões        | 6.699.345          | 6.829.789          | 1,9%        |
| Custos e Perdas Financeiras     | 73.454             | 110.333            | 50,2%       |
| Custos e Perdas Extraordinárias | 3.019.841          | 3.553.632          | 17,7%       |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>224.038.572</b> | <b>237.356.858</b> | <b>5,9%</b> |

Os Custos Operacionais totalizaram 233,7 milhões de euros e registaram um aumento de 5,8% face ao exercício anterior. Os "Cash Costs" também apresentaram um aumento de 5,9% e os Custos Totais de 237,4 milhões de euros um aumento de 5,9% face a 2016.

O esforço na contenção dos custos não se encontra espelhado nesta evolução devido, principalmente, ao efeito do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes oncológicos, introdução de medicamentos inovadores, bem como o aumento da despesa de dispositivos médicos, nomeadamente Valvulares Percutâneas e da despesa com pessoal, principalmente, em consequência das reposições salariais legisladas.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registaram um aumento de 1,9% e passaram de 6,7 milhões de euros para 6,8 milhões de euros.

A conjugação dos Proveitos e Custos conduz aos seguintes agregados de resultados:

| <b>RESULTADOS</b>          |                |             |                 |
|----------------------------|----------------|-------------|-----------------|
|                            | <i>(euros)</i> |             |                 |
|                            | <b>2016</b>    | <b>2017</b> | <b>Δ%</b>       |
| Resultado Operacional      | 1.832.659      | -23.978.890 | <b>1408,4%</b>  |
| EBITDA                     | 8.532.004      | -17.149.101 | <b>-301,0%</b>  |
| Resultados Financeiros     | -29.295        | -53.799     | <b>83,6%</b>    |
| Resultados Extraordinários | 917.290        | -1.722.709  | <b>-287,8%</b>  |
| Resultado Líquido          | 2.156.646      | -25.786.569 | <b>-1295,7%</b> |

O EBITDA apresenta uma evolução desfavorável, passando para 17,1 milhões de euros negativos em 2017. O Resultado Líquido, na ordem de 25,8 milhões de euros negativos, também apresenta uma evolução desfavorável face ao exercício anterior. De referir o impacto da redução de 17,2 milhões de euros da verba de Convergência/Adendas ao Contrato Programa na evolução desfavorável dos resultados obtidos.

Análise dos principais agregados de custos:

## CONSUMOS

| Rubrica                         | (euros)           |                   |             |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|
|                                 | 2016              | 2017              | Δ%          |
| Produtos Farmacêuticos          | 53.629.112        | 56.269.094        | 4,9%        |
| Material Consumo Clínico        | 26.861.280        | 29.981.956        | 11,6%       |
| Produtos Alimentares            | 27.485            | 25.638            | -6,7%       |
| Material Consumo Hoteleiro      | 472.691           | 415.231           | -12,2%      |
| Material Consumo Administrativo | 346.892           | 399.576           | 15,2%       |
| Material Manutenção Conserv.    | 394.313           | 445.226           | 12,9%       |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>81.731.772</b> | <b>87.536.721</b> | <b>7,1%</b> |

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 87,5 milhões de euros, registando um acréscimo de 7,1% face ao período homólogo.

As rubricas Produtos Farmacêuticos, que representa 64%, e o Material de Consumo Clínico, que representa 34%, do total de materiais consumidos apresentaram um acréscimo de 4,9% e 11,6%, respetivamente.

## CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

| Rubrica                          | (euros)           |                   |             |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|
|                                  | 2016              | 2017              | Δ%          |
| Medicamentos                     | 49.226.717        | 51.865.455        | 5,4%        |
| Reagentes e Produtos Diagnóstico | 4.368.136         | 4.369.706         | 0,0%        |
| Outros Produtos Farmacêuticos    | 34.259            | 33.932            | -1,0%       |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>53.629.112</b> | <b>56.269.094</b> | <b>4,9%</b> |

O consumo nos Medicamentos apresentou um aumento na ordem dos 5,4% ascendendo a 51,9 milhões de euros. Este acréscimo nos custos deve-se, conforme anteriormente referido, principalmente, em consequência do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes oncológicos e à contínua introdução de medicamentos inovadores.

### CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

| Rubrica                            | 2016              | 2017              | Δ%           |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Mat. Cons. Clínico - de Penso      | 430.765           | 424.166           | -1,5%        |
| Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.  | 1.846.574         | 1.910.295         | 3,5%         |
| Mat. Cons. Clínico - de Tratam.    | 11.469.941        | 12.446.991        | 8,5%         |
| Mat. Cons. Clínico - de Electrom.  | 249.083           | 247.794           | -0,5%        |
| Mat. Cons. Clínico - de Laboratór. | 465.905           | 430.021           | -7,7%        |
| Mat. Cons. Clínico - Próteses      | 7.925.351         | 10.015.869        | 26,4%        |
| Mat. Cons. Clínico - Osteosintese  | 1.346.275         | 1.287.416         | -4,4%        |
| Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.    | 3.127.385         | 3.219.404         | 2,9%         |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>26.861.280</b> | <b>29.981.956</b> | <b>11,6%</b> |

O Material de Consumo Clínico apresentou um aumento de 11,6% em relação ao ano anterior, como referido. Para este aumento contribuiu, principalmente, o incremento de 26,4% verificado no consumo de material Próteses, nomeadamente, conforme anteriormente referido, em Válvulas Percutâneas, Pacemakers e Cardioversores Desfibrilhador Implantável (CDI) e de 8,5% no Material Clínico de Tratamento.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

| Rubrica                         | 2016              | 2017              | Δ%          |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Subcontratos                    | 5.795.624         | 7.533.047         | 30,0%       |
| Fornecimentos e Serviços        | 19.780.627        | 20.534.391        | 3,8%        |
| Fornecimentos e Serviços I      | 5.246.893         | 4.693.559         | -10,5%      |
| Fornecimentos e Serviços II     | 678.419           | 715.899           | 5,5%        |
| Fornecimentos e Serviços III    | 13.677.634        | 15.008.827        | 9,7%        |
| Outros Fornecimentos e Serviços | 177.681           | 116.107           | -34,7%      |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>25.576.250</b> | <b>28.067.438</b> | <b>9,7%</b> |

Representando 11,8% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 9,7%, passando de 25,6 para 28,1 milhões de euros. Esta evolução desfavorável na contenção da despesa no recurso ao exterior é, fundamentalmente, o reflexo do acréscimo dos Subcontratos (30,0%).

## SUBCONTRATOS

*(euros)*

| Rubrica                              | 2016             | 2017             | Δ%           |
|--------------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Assistência ambulatória              | 281.093          | 248.172          | -11,7%       |
| Meios Compl. Diagnóstico             | 1.654.465        | 1.909.938        | 15,4%        |
| Patologia Clínica                    | 627.430          | 553.663          | -11,8%       |
| Anatomia Patológica                  | 10.327           | 11.590           | 12,2%        |
| Imagiologia                          | 403.048          | 569.987          | 41,4%        |
| Radiologia Convencional              | 2.292            | 3.121            | 36,2%        |
| TAC                                  | 208.821          | 293.344          | 40,5%        |
| Ecografias                           | 52.186           | 79.063           | 51,5%        |
| Ressonâncias Magnéticas              | 131.174          | 189.536          | 44,5%        |
| Mamografia                           | 62               | 4.924            | 7906,4%      |
| Angiografia                          | 8.514            | 0                | -100,0%      |
| Cardiologia                          | 833              | 1.429            | 71,4%        |
| Medicina Nuclear                     | 221.017          | 277.972          | 25,8%        |
| Gastroenterologia                    | 87.856           | 106.990          | 21,8%        |
| Pneumologia                          | 7.906            | 6.275            | -20,6%       |
| Outros                               | 296.048          | 382.033          | 29,0%        |
| Meios Compl. Terapêutica             | 1.770.025        | 2.124.137        | 20,0%        |
| Medicina Física e Reabilitação       | 137              | 0                | -100,0%      |
| Cuidados Respiratórios Domiciliários | 441.396          | 641.478          | 45,3%        |
| Unidades Terapêuticas de Sangue      | 1.322.683        | 1.479.754        | 11,9%        |
| Outros                               | 5.810            | 2.906            | -50,0%       |
| Internamentos e Transporte Doentes   | 1.645.669        | 2.261.927        | 37,4%        |
| Assistência no estrangeiro           | 12.484           | 0                | -100,0%      |
| Outr. trab. executados no exterior   | 431.887          | 988.874          | 129,0%       |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>5.795.624</b> | <b>7.533.047</b> | <b>30,0%</b> |

Os Meios Complementares de Diagnóstico registaram um aumento de 15,4%, fundamentalmente, derivado a um maior recurso a exames de Imagiologia (41,4%), de Medicina Nuclear (25,8%) e Outros (29,0%). Os Meios Complementares de Terapêutica também apresentaram um acréscimo de 20,0%. Para o efeito contribuiu principalmente o aumento da despesa com transporte de doentes, Cuidados Respiratórios domiciliários e com Unidades terapêuticas de Sangue. De referir ainda o aumento registado com o recurso a intervenções no exterior, cuja despesa contemplada na rubrica "Outros trabalhos executados no exterior" ascendeu a valores na ordem de 1,0 milhão de euros em 2017.

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

*(euros)*

| Rubrica                  | 2016             | 2017             | Δ%            |
|--------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Electricidade            | 1.829.036        | 1.805.508        | -1,3%         |
| Combustíveis             | 1.784.018        | 1.334.651        | -25,2%        |
| Viaturas                 | 39.848           | 40.682           | 2,1%          |
| Outros                   | 1.744.170        | 1.293.969        | -25,8%        |
| Água                     | 803.925          | 773.512          | -3,8%         |
| Livros Document. Técnica | 13.112           | 7.447            | -43,2%        |
| Rendas e Alugueres       | 816.803          | 772.279          | -5,5%         |
| <b>TOTAL</b>             | <b>5.246.893</b> | <b>4.693.559</b> | <b>-10,5%</b> |

O decréscimo de 10,5% registado nos Fornecimentos e Serviços I deve-se, fundamentalmente, a uma diminuição de 25,2% no custo com Combustíveis, designadamente de gás (cogeração).

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

*(euros)*

| Rubrica               | 2016           | 2017           | Δ%          |
|-----------------------|----------------|----------------|-------------|
| Comunicação           | 192.801        | 220.920        | 14,6%       |
| Seguros               | 4.704          | 15.238         | 224,0%      |
| Deslocações e Estadas | 7.438          | 9.600          | 29,1%       |
| Honorários            | 473.476        | 469.609        | -0,8%       |
| <b>TOTAL</b>          | <b>678.419</b> | <b>715.899</b> | <b>5,5%</b> |

Nos Fornecimentos e Serviços II verificou-se um aumento de 5,5%. Em relação à rubrica Comunicações, a evolução desfavorável é consequência do registo da verba de 0,039 milhões de euros correspondente a custos de serviços postais (para recuperação de valores de Taxas Moderadoras em dívida), efetuado através da SPMS – SITAM. Em 2016 o montante registado nesta rubrica não incluía a referida despesa.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)

| Rubrica                            | 2016              | 2017              | Δ%          |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Contencioso Notariado              | 55.534            | 18.318            | -67,0%      |
| Conserv. e Reparação               | 4.169.751         | 4.840.000         | 16,1%       |
| Public. e Propaganda               | 10.988            | 14.888            | 35,5%       |
| Limp., Higiene e Conforto          | 2.550.436         | 2.635.529         | 3,3%        |
| Vigilância e Segurança             | 768.900           | 768.900           | 0,0%        |
| Trab. Especializ. - Informática    | 111.898           | 104.644           | -6,5%       |
| Trab. Especializ. - Alimentação    | 2.048.694         | 1.963.277         | -4,2%       |
| Trab. Especializ. - Lavandaria     | 597.605           | 682.840           | 14,3%       |
| Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH | 2.079.409         | 2.337.260         | 12,4%       |
| Outros Trab. Especializ.           | 1.284.418         | 1.643.170         | 27,9%       |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>13.677.634</b> | <b>15.008.827</b> | <b>9,7%</b> |

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um acréscimo de 9,7%, passando de 13,7 para 15,0 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram os aumentos de 12,4% na rubrica Conservação de Reparação (incluindo a verba na ordem de 0,6 milhões de euros de custos suportados devido a trabalhos de manutenção extraordinários e reparações diversas resultado do surto ocorrido da doença do Legionário na ordem de 27,9% registados na rubrica Outros Trabalhos Especializados e de 16,1% na despesa com Serviços Técnicos de Recursos Humanos.

### DESPESAS COM PESSOAL

(euros)

| Rubrica                         | 2016               | 2017               | Δ%          |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|-------------|
| Remunerações Órgãos Direcção    | 382.671            | 363.759            | -4,9%       |
| Remunerações Base do Pessoal    | 62.308.361         | 64.375.024         | 3,3%        |
| Suplementos de Remunerações     | 12.659.210         | 13.774.474         | 8,8%        |
| Prestações Sociais Directas     | 79.558             | 82.335             | 3,5%        |
| Subsídios de Férias e Natal     | 10.953.250         | 11.205.507         | 2,3%        |
| Pensões                         | 84.791             | 136.491            | 61,0%       |
| Encargos sobre Remunerações     | 19.689.610         | 20.217.585         | 2,7%        |
| Seguros e Acidentes de Trabalho | 450.339            | 520.789            | 15,6%       |
| Encargos Sociais Voluntários    | 107.108            | 128.384            | 19,9%       |
| Outros Custos com Pessoal       | 218.083            | 394.434            | 80,9%       |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>106.932.980</b> | <b>111.198.783</b> | <b>4,0%</b> |

As Despesas com o Pessoal que representam cerca de 47% dos Custos Totais, registaram um aumento de 4,0% e ascenderam a 111,2 milhões de euros.

Destaca-se a evolução homóloga das rubricas de maior peso:

- Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 3,3%. Esta evolução desfavorável é fundamentalmente consequência das reposições salariais ao abrigo da legislação vigente para 2017.
- Suplementos de remuneração acréscimo de 8,8%, realçando-se neste agregado o aumento do Trabalho Extraordinário em 11,7% (8,0% em Horas extraordinárias e 27,2% em Prevenções), bem como o aumento de 6,5% na rubrica Noites e Suplementos.

#### ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

| Rubrica                                     | 2016         | 2017         | $\Delta\%$ |
|---|--------------|--------------|------------|
| 1 - Ordenados e Salários (a)                | 62.691.032   | 64.738.784   | 3,3%       |
| 2 - Horas Extraordinárias                   | 4.133.544    | 4.463.857    | 8,0%       |
| 3 - Prevenções                              | 992.526      | 1.262.589    | 27,2%      |
| 4 - Noites e Suplementos                    | 2.865.182    | 3.050.404    | 6,5%       |
| 5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)         | 7.991.252    | 8.776.850    | 9,8%       |
| <b>% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)</b> | <b>12,7%</b> | <b>13,6%</b> |            |

(euros)

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 8,8 milhões de euros e registaram um acréscimo de 9,8 %. A despesa na rubrica Horas Extraordinárias foi a que mais contribui para este acréscimo, registando um aumento de 8,0% em relação a 2016.

## DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

| Rubrica                                    | 2016              | 2017              | (euros)<br>Δ% |
|--|-------------------|-------------------|---------------|
| <b>1 - Ordenados e Salários</b>            | <b>62.691.032</b> | <b>64.738.784</b> | <b>3,3%</b>   |
| Médicos                                    | 26.446.292        | 27.758.195        | 5,0%          |
| Enfermeiros                                | 19.387.988        | 20.115.828        | 3,8%          |
| Outro Pessoal <sup>(a)</sup>               | 16.856.752        | 16.864.760        | 0,0%          |
| <b>2 - Horas Extraordinárias</b>           | <b>4.133.544</b>  | <b>4.463.857</b>  | <b>8,0%</b>   |
| Médicos                                    | 3.719.018         | 3.933.043         | 5,8%          |
| Enfermeiros                                | 121.467           | 144.154           | 18,7%         |
| Outro Pessoal                              | 293.059           | 386.660           | 31,9%         |
| <b>3 - Prevenções</b>                      | <b>992.526</b>    | <b>1.262.589</b>  | <b>27,2%</b>  |
| Médicos                                    | 552.853           | 708.272           | 28,1%         |
| Enfermeiros                                | 270.925           | 349.839           | 29,1%         |
| Outro Pessoal                              | 168.748           | 204.477           | 21,2%         |
| <b>4 - Noites e Suplementos</b>            | <b>2.865.182</b>  | <b>3.050.404</b>  | <b>6,5%</b>   |
| Médicos                                    | 523.433           | 564.629           | 7,9%          |
| Enfermeiros                                | 1.736.924         | 1.835.105         | 5,7%          |
| Outro Pessoal                              | 604.825           | 650.671           | 7,6%          |
| <b>5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)</b> | <b>7.991.252</b>  | <b>8.776.850</b>  | <b>9,8%</b>   |
| Médicos                                    | 4.795.304         | 5.205.944         | 8,6%          |
| Enfermeiros                                | 2.129.316         | 2.329.098         | 9,4%          |
| Outro Pessoal                              | 1.066.632         | 1.241.808         | 16,4%         |
| <b>6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados</b>   |                   |                   |               |
| Médicos                                    | <b>18,1%</b>      | <b>18,8%</b>      |               |
| Enfermeiros                                | <b>11,0%</b>      | <b>11,6%</b>      |               |
| Outro Pessoal                              | <b>6,3%</b>       | <b>7,4%</b>       |               |

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Com maior peso nos custos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 88% do seu valor total, tendo registado um aumento de 5,8% relativamente a 2016.

Já na rubrica Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge cerca de 56% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se um acréscimo de 28,1%.

A rubrica Noites e Suplementos registou um aumento de 6,5% em relação a 2016 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 60% do total deste tipo de remuneração.

## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euros)

| Rubrica  | 2016               | 2017               | Δ%           |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| <b>Prestações de serviços</b>                              |                    |                    |              |
| <b>SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)</b> | <b>203.365.462</b> | <b>190.892.351</b> | <b>-6,1%</b> |
| Produção   | 159.403.172        | 163.762.515        | 2,7%         |
| Outras prestações de serviços                              | 43.962.290         | 27.129.837         | -38,3%       |
| Internato  | 2.436.647          | 3.260.744          | 33,8%        |
| Plano de convergência                                      | 41.525.643         | 23.869.093         | -42,5%       |
| Verba convergencia   | 30.042.925         | 15.846.083         | -47,3%       |
| Adenda   | 2.953.622          |                    | -100,0%      |
| Incentivos Institucionais                                  | 8.529.096          | 8.023.010          | -5,9%        |
| <b>Outras entidades responsáveis</b>                       | <b>11.790.754</b>  | <b>11.368.702</b>  | <b>-3,6%</b> |
| <b>TOTAL</b>   | <b>215.156.216</b> | <b>202.261.054</b> | <b>-6,0%</b> |

O Total de Prestações de Serviços registou um decréscimo de 6,0% face ao ano anterior, ascendendo a 202,3 milhões de euros. Esta evolução, conforme já anteriormente referido, é fundamentalmente derivada da redução de verbas provenientes de Convergência/Adendas ao Contrato Programa.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2017 ascendeu a 198,8 milhões de euros, dos quais 169,8 milhões de euros correspondem ao valor da produção contratualizada. A valorização da produção associada ao Contrato Programa em 2017 ascendeu a 163,8 milhões de euros, representando um aumento do valor em cerca de 3,0% face a 2016 e registou, em relação ao previsto, uma taxa de execução de 96,4%.

## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euros)

| Rubrica   | 2017               | Peso % |
|---|--------------------|--------|
| <b>Prestações de serviços</b>                     |                    |        |
| Internamento                                      | 67.739.802         | 33,5%  |
| Consulta  | 31.065.603         | 15,4%  |
| Urgências   | 14.836.502         | 7,3%   |
| GDH Ambulatório                                   | 19.077.509         | 9,4%   |
| Hospital de dia                                   | 1.426.179          | 0,7%   |
| Meios complementares de diagnóstico e terapêutica | 5.279.806          | 2,6%   |
| Taxas moderadoras                                 | 2.930.626          | 1,4%   |
| Outras prestações de serviços de saúde            | 8.133.025          | 4,0%   |
| Programas de Gestão de Doença Crónica             | 27.464.784         | 13,6%  |
| Programas verticais                               | 438.127            | 0,2%   |
| Plano de convergência                             | 23.869.093         | 11,8%  |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>202.261.054</b> |        |

Nas Prestações de Serviços, que representam cerca de 96% do total de Proveitos, destacam-se o peso da actividade do Internamento com 33,5%, da Consulta com 15,4% e dos Programas de Gestão de Doença Crónica com 13,6% no total da Prestação de Serviços do CHLO.

### 7.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

#### RUBRICAS DO BALANÇO

(euros)

|                              | 2016        | 2017        | Δ%             |
|------------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Ativo Total Líquido          | 640.241.988 | 164.466.568 | <b>-74,3%</b>  |
| Imobilizado Líquido          | 55.225.502  | 52.389.488  | <b>-5,1%</b>   |
| Investimentos Financeiros    | 58.490      | 101.216     | <b>73,0%</b>   |
| Ativo Circulante Líquido     | 584.957.996 | 111.975.864 | <b>-80,9%</b>  |
| Existências Líquidas         | 12.062.466  | 11.044.053  | <b>-8,4%</b>   |
| Créditos médio e longo prazo | 0           | 0           | -              |
| Créditos curto prazo         | 483.588.774 | 62.423.919  | <b>-87,1%</b>  |
| Disponibilidades             | 1.044.690   | 3.615.114   | <b>246,0%</b>  |
| Acréscimos e Diferimentos    |             |             |                |
| Acréscimos de proveitos      | 88.262.066  | 34.846.761  | <b>-60,5%</b>  |
| Custos diferidos             | 0           | 46.017      | -              |
| Fundos Próprios              | -3.153.342  | -45.923.140 | <b>1356,3%</b> |
| Passivo                      | 643.395.330 | 210.389.708 | <b>-67,3%</b>  |
| Provisões                    | 6.314.236   | 6.438.884   | <b>2,0%</b>    |
| Passivo de curto prazo       | 616.122.968 | 183.190.516 | <b>-70,3%</b>  |
| Acréscimos e Diferimentos    |             |             |                |
| Acréscimos de custos         | 16.186.076  | 18.564.306  | <b>14,7%</b>   |
| Proveitos diferidos          | 4.772.049   | 2.196.002   | <b>-54,0%</b>  |

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2017, o montante de 164,5 milhões de euros, registando uma redução de 74,3% relativamente a 31 de dezembro de 2016. Esta evolução é consequência da redução significativa do Ativo Circulante Líquido em 80,9%, relativamente ao período homólogo, ascendendo ao montante de 112 milhões de euros, resultado, na sua maioria, de regularizações ao nível dos Contratos programa (ACSS) no âmbito das instruções do Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS (ver ponto 12.2.32).

A rubrica das disponibilidades regista uma variação positiva resultante do agendamento de pagamentos de prestação de serviços a efectuar nos primeiros dias de 2018.

Apesar de o CHLO ter registado um aumento de capital de 22,8 milhões de euros, ainda assim verificou-se uma variação desfavorável em 1356,3% nos Fundos Próprios, consequência de um Resultado do Exercício de 25,8 milhões de euros negativos e, bem assim ao acréscimo de 37,8 milhões de euros na rubrica dos Resultados Transitados justificado, na sua grande parte, por:

- Pagamento dos suplementos remuneratórios do período 2008-2012;
- Regularização do excesso de estimativa do fecho do Contrato Programa 2012;
- Regularização das rubricas de reposição de vencimentos;
- Regularização de adiantamentos a fornecedores;
- Regularização de adiantamentos e acréscimos proveitos da ACSS, conforme determinado no Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS (ver ponto 12.2.32).

## BALANÇOS COMPARADOS - ATIVO

|   | 2017                  |              | 2016                  |               | (euros)          |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|---------------|------------------|
|   | Valor                 | % Aplic      | Valor                 | % Aplic       | Δ %<br>2017-2016 |
| <b>ATIVO</b>                                      |                       |              |                       |               |                  |
| <b>IMOBILIZADO</b>                                |                       |              |                       |               |                  |
| Imobilizado Incorpóreo Bruto                      | 1.148.888,04          | 0,7%         | 1.148.888,04          | 0,2%          | 0,0%             |
| Amortizações Acumuladas                           | 1.148.888,04          |              | 1.148.888,04          |               | 0,0%             |
| Imobilizado Corpóreo Bruto                        | 181.933.672,01        | 110,6%       | 181.290.482,26        | 28,3%         | 0,4%             |
| Imobilizado Corpóreo                              | 180.158.758,36        | 109,5%       | 177.567.010,79        | 27,7%         | 1,5%             |
| Imobilizado em Curso corpóreo                     | 1.774.913,65          | 1,1%         | 3.723.471,47          | 0,6%          | -52,3%           |
| Amortizações Acumuladas                           | 129.544.183,89        |              | 126.064.979,85        |               | 2,8%             |
| <b>Imobilizado Corpóreo Líquido</b>               | <b>52.389.488,12</b>  | <b>31,9%</b> | <b>55.225.502,41</b>  | <b>8,6%</b>   | <b>-5,1%</b>     |
| Total de imobilizado bruto                        | 183.082.560,05        | 111,3%       | 182.439.370,30        | 28,5%         | 0,4%             |
| Total de Amortizações acumuladas                  | 130.693.071,93        |              | 127.213.867,89        |               | 2,7%             |
| <b>Total de imobilizado Líquido</b>               | <b>52.389.488,12</b>  | <b>31,9%</b> | <b>55.225.502,41</b>  | <b>8,6%</b>   | <b>-5,1%</b>     |
| <b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>                  | <b>101.215,86</b>     | <b>0,1%</b>  | <b>58.490,04</b>      | <b>0,0%</b>   | <b>73,0%</b>     |
| <b>EXISTÊNCIAS</b>                                |                       |              |                       |               |                  |
| Matérias-primas, subsid. e consumo                | 11.093.987,47         | 6,7%         | 12.080.293,92         | 1,9%          | -8,2%            |
| Provisões p/ depreciação de existências           | 49.934,19             |              | 17.827,90             |               | 180,1%           |
| <b>Total das existências Líquidas</b>             | <b>11.044.053,28</b>  | <b>6,7%</b>  | <b>12.062.466,02</b>  | <b>1,9%</b>   | <b>-8,4%</b>     |
| <b>CREDITOS A TERCEIROS - Médio e longo prazo</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,0%</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,0%</b>   | <b>-</b>         |
| <b>CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo</b>         |                       |              |                       |               |                  |
| Clientes  | 31.602.947,95         | 19,2%        | 466.616.851,62        | 72,9%         | -93,2%           |
| Clientes e utentes cobrança duvidosa              | 6.157.484,73          | 3,7%         | 6.157.450,68          | 1,0%          | 0,0%             |
| Adiantamentos a fornecedores                      | 64.283,79             | 0,0%         | 198.130,61            | 0,0%          | -67,6%           |
| Estado e outros entes públicos                    | 464.722,56            | 0,3%         | 378.749,40            | 0,1%          | 22,7%            |
| Outros devedores                                  | 29.973.893,03         | 18,2%        | 16.136.866,58         | 2,5%          | 85,7%            |
| Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa               | 5.839.413,52          |              | 5.899.275,37          |               | -1,0%            |
| <b>Total Créditos Curto Prazo</b>                 | <b>62.423.918,54</b>  | <b>38,0%</b> | <b>483.588.773,52</b> | <b>75,5%</b>  | <b>-87,1%</b>    |
| Contas no Tesouro                                 | 3.404.230,40          | 2,1%         | 870.865,22            | 0,1%          | 290,9%           |
| Depósitos em instituições financeiras             | 204.536,17            | 0,1%         | 172.547,66            | 0,0%          | 18,5%            |
| Caixa   | 6.347,23              | 0,0%         | 1.277,23              | 0,0%          | 397,0%           |
| <b>Total de Disponibilidades</b>                  | <b>3.615.113,80</b>   | <b>2,2%</b>  | <b>1.044.690,11</b>   | <b>0,2%</b>   | <b>246,0%</b>    |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>                  |                       |              |                       |               |                  |
| Acréscimos de proveitos                           | 34.846.761,21         | 21,2%        | 88.262.066,14         | 13,8%         | -60,5%           |
| Custos diferidos                                  | 46.017,00             | 0,0%         | 0,00                  | 0,0%          |                  |
| <b>Total acréscimos e diferimentos</b>            | <b>34.892.778,21</b>  | <b>21,2%</b> | <b>88.262.066,14</b>  | <b>13,8%</b>  | <b>-60,5%</b>    |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                             | <b>164.466.567,81</b> | <b>99,9%</b> | <b>640.241.988,24</b> | <b>100,0%</b> | <b>-74,3%</b>    |

## BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

|  | 2017                  |               | 2016                  |               | Δ %           |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
|  | Valor                 | % Aplic       | Valor                 | % Aplic       | 2017-2016     |
| <b>FUNDO PATRIMONIAL</b>                       |                       |               |                       |               |               |
| Fundo Patrimonial                              | 156.100.000,00        | 94,9%         | 133.293.333,33        | 20,8%         | 17,1%         |
| Reservas                                       | 46.068.372,58         | 28,0%         | 45.898.963,31         | 7,2%          | 0,4%          |
| Resultados Transitados                         | -222.304.943,73       | -135,2%       | -184.502.284,71       | -28,8%        | -17,0%        |
| Resultado Líquido do Exercício                 | -25.786.568,58        | -15,7%        | 2.156.646,33          | 0,3%          | -1295,7%      |
| <b>Total de Fundo Patrimonial</b>              | <b>-45.923.139,73</b> | <b>-27,9%</b> | <b>-3.153.341,74</b>  | <b>-0,5%</b>  | <b>-93,1%</b> |
| <b>PASSIVO</b>                                 |                       |               |                       |               |               |
| <b>Provisões para outros riscos e encargos</b> | <b>6.438.884,18</b>   | <b>3,9%</b>   | <b>6.314.235,88</b>   | <b>1,0%</b>   | <b>2,0%</b>   |
| Adiantamentos de clientes                      | 58.438.189,58         | 35,5%         | 511.653.472,16        | 79,9%         | -88,6%        |
| Fornecedores c/c                               | 111.357.374,78        | 67,7%         | 86.978.820,35         | 13,6%         | 28,0%         |
| Fornecedores - Facturas recepção e conferência | 1.929.477,17          | 1,2%          | 2.178.566,24          | 0,3%          | -11,4%        |
| Fornecedores de imobilizado c/c                | 2.551.228,26          | 1,6%          | 2.793.034,78          | 0,4%          | -8,7%         |
| Estado e outros entes públicos                 | 3.986.241,20          | 2,4%          | 4.753.322,18          | 0,7%          | -16,1%        |
| Outros credores                                | 4.928.004,69          | 3,0%          | 7.765.752,58          | 1,2%          | -36,5%        |
| <b>Total de Débitos de curto prazo</b>         | <b>183.190.515,68</b> | <b>111,4%</b> | <b>616.122.968,29</b> | <b>96,2%</b>  | <b>-70,3%</b> |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>               |                       |               |                       |               |               |
| Acréscimos de custos                           | 18.564.306,01         | 11,3%         | 16.186.076,43         | 2,5%          | 14,7%         |
| Proveitos diferidos                            | 2.196.001,67          | 1,3%          | 4.772.049,38          | 0,7%          | -54,0%        |
| <b>Total acréscimos e diferimentos</b>         | <b>20.760.307,68</b>  | <b>12,6%</b>  | <b>20.958.125,81</b>  | <b>3,3%</b>   | <b>-0,9%</b>  |
| <b>TOTAL PASSIVO</b>                           | <b>210.389.707,54</b> | <b>127,9%</b> | <b>643.395.329,98</b> | <b>100,5%</b> | <b>-67,3%</b> |
| <b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>         | <b>164.466.567,81</b> | <b>100,0%</b> | <b>640.241.988,24</b> | <b>100,0%</b> | <b>-74,3%</b> |

#### APLICAÇÕES DE FUNDOS

#### ORIGENS DE FUNDOS

|                         | 2016               | 2017               | Δ%            |                         | 2016               | 2017               | Δ%            |
|-------------------------|--------------------|--------------------|---------------|-------------------------|--------------------|--------------------|---------------|
| <b>Ativo Fixo</b>       |                    |                    |               | <b>Capital Próprio</b>  |                    |                    |               |
| Imobilizado líquido     | 55 283 992         | 52 490 704         | -5,1%         | Fundo Patrimonial       | -3 153 342         | -45 923 140        | 1356,3%       |
| <b>Ativo Circulante</b> | <b>584.957.996</b> | <b>111.975.864</b> | <b>-80,9%</b> | <b>Capital Alheio</b>   |                    |                    |               |
| Existencias             | 12 062 466         | 11 044 053         | -8,4%         | Exigível de curto prazo | 643 395 330        | 210 389 708        | -67,3%        |
| Realizável              | 571 850 840        | 97 316 697         | -83,0%        |                         |                    |                    |               |
| Disponível              | 1 044 690          | 3 615 114          | 246,0%        |                         |                    |                    |               |
| <b>Total aplicações</b> | <b>640.241.988</b> | <b>164.466.568</b> | <b>-74,3%</b> | <b>Total Origens</b>    | <b>640.241.988</b> | <b>164.466.568</b> | <b>-74,3%</b> |

Em consequência da redução do montante de investimento em relação ao ano transacto verifica-se um decréscimo de 5,1% no Ativo Imobilizado líquido.

O Ativo Realizável apresenta um decréscimo significativo de 83,0% devido a uma diminuição dos créditos a receber a curto prazo, de acordo com as orientações do Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS (ver ponto 12.2.32) que promove a regularização da facturação, e dos acréscimos de proveitos, ainda não validada por esta, procedimento que diverge da Circular Normativa n.º 14/2012.

O Ativo Disponível apresenta uma variação positiva, resultante do aumento das disponibilidades, em função da necessidade de efectuar pagamentos no início de 2018 conforme já mencionado, anteriormente.

Por sua vez, com a aplicação das orientações do ofício da ACSS, o Exigível a Curto Prazo apresenta um decréscimo de 67,3%, traduzindo-se na regularização dos adiantamentos da ACSS conforme Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS (ver ponto 12.2.32).

## RÁCIOS

|  | 2016        | 2017        |
|--|-------------|-------------|
| <b>Rácios de Liquidez</b>  |             |             |
| . Liquidez Geral   | 0,91        | 0,53        |
| . Liquidez Reduzida  | 0,89        | 0,48        |
| . Liquidez Imediata  | 0,00        | 0,02        |
| <b>Rácios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento</b> |             |             |
| . Autonomia Financeira   | 0,00        | -0,28       |
| . Solvabilidade  | 1,00        | 0,78        |
| . Endividamento  | 1,00        | 1,28        |
| <b>Prazo Medio (dias)</b>  |             |             |
| . Pagamento  | 316         | 378         |
| <b>Equilíbrio Financeiro</b>   |             |             |
| . Fundo Maneio   | -58.437.334 | -98.413.844 |

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- O rácio de Liquidez Geral apresenta um decréscimo refletindo uma diminuição do ativo circulante sobre o passivo de curto prazo;
- A situação de tesouraria apresenta um decréscimo revelado no indicador de liquidez reduzida. Persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- A Liquidez Imediata sofreu uma ligeira alteração face ao período homólogo e continua a revelar que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- O rácio da Autonomia Financeira denuncia a debilidade do capital próprio, insuficiente de financiar o Ativo, apresentando um Fundo Patrimonial Negativo;
- A análise da solvabilidade revela que não existem ativos suficientes para liquidar o Passivo Exigível;
- O grau de endividamento evidencia que o Passivo Exigível representa 100% e 128% do total do Ativo Líquido em 2016 e 2017, respetivamente;
- O Fundo de Maneio indica que, em 2016 e em 2017 os capitais permanentes não foram suficientes para cobrir o Imobilizado Líquido.

### 7.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

| Designação                        | Orçamento<br>2017  | Real<br>2017       | Taxa Execução<br>(%) |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| <b>CUSTOS</b>                     | <b>224.675.808</b> | <b>237.356.858</b> | <b>105,6%</b>        |
| CMVMC(Consumos)                   | 78.417.137         | 87.536.721         | 111,6%               |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 25.140.448         | 28.067.438         | 111,6%               |
| Custos c/ Pessoal                 | 110.729.617        | 111.198.783        | 100,4%               |
| Outros Custos Operacionais        | 7.119.923          | 6.889.950          | 96,8%                |
| Custos Financeiros                | 18.683             | 110.333            | 590,5%               |
| Custos Extraordinários            | 3.250.000          | 3.553.632          | 109,3%               |
| Custos Operacionais Cash          | 214.304.434        | 226.863.103        | 105,9%               |
| Custos Operacionais               | 221.407.124        | 233.692.892        | 105,5%               |
| <b>PROVEITOS</b>                  | <b>219.191.606</b> | <b>211.601.459</b> | <b>96,5%</b>         |
| Vendas/Prestação de Serviços      | 211.478.500        | 202.261.054        | 95,6%                |
| Outros Proveitos Operacionais     | 6.172.956          | 7.452.948          | 120,7%               |
| Proveitos Financeiros             | 40.149             | 56.534             | 140,8%               |
| Proveitos Extraordinários         | 1.500.000          | 1.830.923          | 122,1%               |
| <b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>    | <b>-3.755.668</b>  | <b>-23.978.890</b> | <b>638,5%</b>        |
| <b>EBITDA</b>                     | <b>3.347.023</b>   | <b>-17.149.101</b> | <b>-512,4%</b>       |
| <b>RESULTADO LIQUIDO</b>          | <b>-5.484.202</b>  | <b>-25.786.569</b> | <b>470,2%</b>        |

Apesar do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, a nível orçamental, o montante total dos custos, em 2017, apresentou uma taxa de execução de 105,6%.

Em termos de grande agregados, os consumos apresentaram uma taxa de execução de 111,6%. Este comportamento foi devido, fundamentalmente, à maior abrangência da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes oncológicos e conforme anteriormente também já referido, o incremento verificado no consumo de material Próteses.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um desvio desfavorável, registando uma taxa de execução de 111,6% em relação ao previsto. O desvio desfavorável verificado é fundamentalmente o reflexo do incremento ao recurso ao exterior, designadamente de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, intervenções cirúrgicas e transporte de doentes.

O total das Despesas com Pessoal atingiram uma taxa de execução de 100,4% em relação ao previsto para 2017. Este desvio de 0,4% é originado pelos Suplementos de Remuneração onde também se encontra incluída a despesa acrescida realizada com a produção adicional.

O Total do agregado "Prestação de Serviços" correspondeu com uma execução de 95,6%, tendo os Outros Proveitos Operacionais contribuído com uma taxa de execução final de 120,7%.

### 7.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2017 ascendeu a 3,7 milhões de euros.

#### INVESTIMENTO

(euros)

|   | 2016             |               | 2017             |               | Δ %           |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
|   | Valor            | Peso %        | Valor            | Peso %        |               |
| <b>Imobilizado Corpóreo</b>                 | <b>3.456.958</b> | <b>66,4%</b>  | <b>2.903.626</b> | <b>77,6%</b>  | <b>-16,0%</b> |
| Edifícios e Outras construções              | 37.761           | 0,7%          | 91.983           | 2,5%          | 143,6%        |
| Equipamento Básico                          | <b>2.959.932</b> | <b>56,8%</b>  | <b>2.237.371</b> | <b>59,8%</b>  | <b>-24,4%</b> |
| Médico-Cirúrgico                            | 1.497.862        | 28,8%         | 863.487          | 23,1%         | -42,4%        |
| de Imagiologia                              | 872.686          | 16,8%         | 661.623          | 17,7%         | -24,2%        |
| de Laboratório                              | 74.966           | 1,4%          | 100.223          | 2,7%          | 33,7%         |
| Mobiliário Hospitalar                       | 160.264          | 3,1%          | 143.501          | 3,8%          | -10,5%        |
| Desinfecção e esterilização                 | 0                | 0,0%          | 30.544           | 0,8%          | -             |
| de Hotelaria                                | 299.162          | 5,7%          | 320.703          | 8,6%          | 7,2%          |
| Outro                                       | 54.991           | 1,1%          | 117.290          | 3,1%          | 113,3%        |
| Equipamento de transporte                   | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | -             |
| Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido | 0                | 0,0%          | 1.911            | 0,1%          | -             |
| Equipamento Administrativo                  | 45.664           | 0,9%          | 53.042           | 1,4%          | 16,2%         |
| Equipamento Informático                     | 413.602          | 7,9%          | 519.319          | 13,9%         | 25,6%         |
| Taras e Vasilhame                           | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | -             |
| Outras                                      | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | -             |
| <b>Imobilizado em Curso corpóreo</b>        | <b>1.751.961</b> | <b>33,6%</b>  | <b>839.038</b>   | <b>22,4%</b>  | <b>-52,1%</b> |
| <b>Imobilizado Incorpóreo</b>               | <b>0</b>         | <b>0,0%</b>   | <b>0</b>         | <b>0,0%</b>   | <b>-</b>      |
| Despesas de instalação                      | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | -             |
| Despesas investigação e desenvolvimento     | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | -             |
| <b>TOTAL INVESTIMENTO</b>                   | <b>5.208.919</b> | <b>100,0%</b> | <b>3.742.664</b> | <b>100,0%</b> | <b>-28,1%</b> |

Realçam-se os investimentos realizados em equipamento Médico-Cirúrgico e equipamento de Imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 0,9 milhões de euros e de 0,7 milhões de euros, respetivamente, bem como as obras em curso que registaram valores na ordem de 0,8 milhões de euros

e correspondem a obras de manutenção e melhoramento de alas hospitalares dos três hospitais que compõem o CHLO.

#### 7.4. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2017, manteve-se uma política de ajustamento do mapa de pessoal, adequado às efectivas necessidades do Centro Hospitalar. Verificou-se o aumento dos encargos com pessoal, relativamente aos valores de 2016, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial.

Através da publicação da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, procedeu-se:

- Actualização do valor do subsídio de refeição, fixando-se em 4,52€ a partir de 1 de Janeiro e em 4,77€ a partir de 1 de Agosto;
- Subsídio de Natal, durante o ano 2017 foi pago nos seguintes termos:
  - a) 50% no mês de Novembro
  - b) Os restantes 50%, em duodécimos, ao longo do ano.

No que respeita ao número de Recursos Humanos, no ano de 2017, continuou a verificar-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efectividade de funções, apresentando o CHLO mais 37 elementos face ao período homólogo de 2016. Este incremento corresponde, em grande parte, ao aumento de número Médicos (+26), Internos do ano comum e especialidade (+34) e enfermeiros (+9).

Não obstante a manutenção da política de restrições de admissão de trabalhadores, continuou a verificar-se a possibilidade de contratação através do Despacho n.º 5911-C/2016 até Dezembro de 2017, que veio permitir a substituição de RH em duas circunstâncias distintas:

- Substituição temporária de profissionais ausentes;
- Admissão de profissionais para Serviços de Urgência (Plano de Contingência).

Com base nesta legislação foram, sobretudo, admitidos Enfermeiros e Assistentes Operacionais.

A aplicação destas medidas, ao longo do ano de 2017, resultou nos indicadores abaixo mencionados:

- a) Aumento de 37 profissionais, cerca de 1,0%, face a 2016.
- b) Aumento da despesa com pessoal em cerca de 4,0%, onde se englobam todos os custos previstos na Conta 64, essencialmente, por efeito da reposição total das remunerações durante o ano 2017.

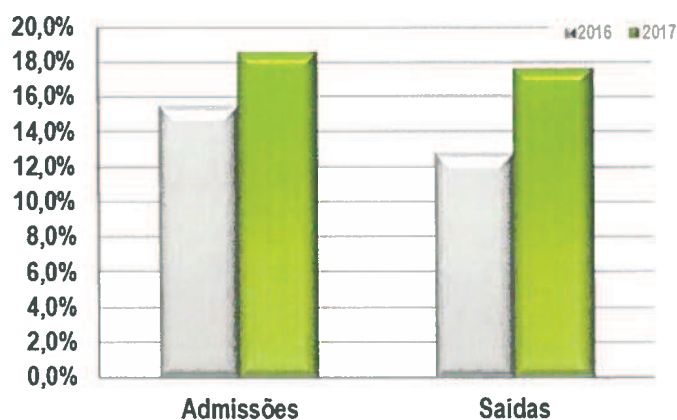
Quanto à natureza do vínculo, 1.769 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções pública (44,8%) e 2.182 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 55,2% dos efetivos.

#### 7.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

##### MOBILIDADE DE PESSOAL

| Grupos Profissionais   | Saídas     |            | Δ%           | Admissões    |              | Δ%           |
|------------------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                        | 2016       | 2017       |              | 2016         | 2017         |              |
| Dirigente              | 0          | 2          |              | 1            | 3            | 200,0%       |
| Médico                 | 234        | 268        | 14,5%        | 255          | 328          | 28,6%        |
| Téc. Sup. Saúde        | 2          | 1          | -50,0%       | 2            | 0            | -100,0%      |
| Téc. Superior          | 9          | 16         | 77,8%        | 11           | 13           | 18,2%        |
| Enfermagem             | 115        | 218        | 89,6%        | 179          | 229          | 27,9%        |
| Informática            | 0          | 3          |              | 0            | 2            |              |
| Docente                | 0          | 1          |              | 1            | 1            | 0,0%         |
| Téc. Diag. Terap.      | 19         | 40         | 110,5%       | 29           | 24           | -17,2%       |
| Assistente Técnico     | 24         | 28         | 16,7%        | 17           | 20           | 17,6%        |
| Assistente Operacional | 98         | 122        | 24,5%        | 113          | 116          | 2,7%         |
| Outro Pessoal          | 0          | 0          |              | 1            | 0            | -100,0%      |
| <b>TOTAL GERAL</b>     | <b>501</b> | <b>699</b> | <b>39,5%</b> | <b>608</b>   | <b>736</b>   | <b>21,1%</b> |
| <b>% Admissões</b>     |            |            |              | <b>15,5%</b> | <b>18,6%</b> | <b>19,9%</b> |
| <b>% Saídas</b>        |            |            |              | <b>12,8%</b> | <b>17,7%</b> | <b>38,2%</b> |



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é menor (699) que o número de admissões (736), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2017.

No que se refere a admissões, registou-se um aumento de 21,1%, relativamente a 2016, quanto às saídas verificou-se um acréscimo de 39,5% face ao período homólogo, com um total de 699 saídas.

### 7.4.3. ABSENTISMO

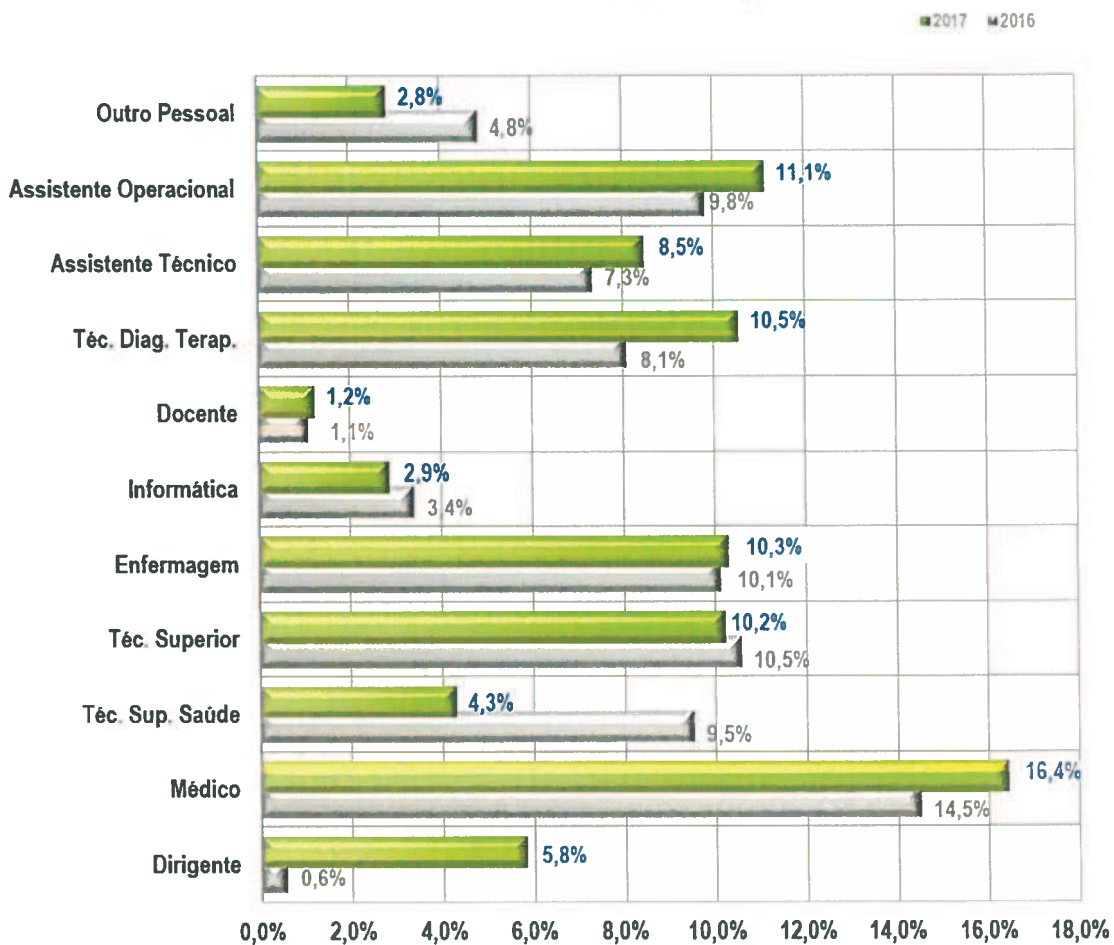
No ano de 2017, a taxa de absentismo apresenta um aumento face ao ano de 2016, apresentando um total de 96.308 dias de ausência, correspondente a um aumento de 10,1%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2017 foi de 11,2%, face a 10,1% em 2016, correspondente a um acréscimo de 8.803 dias de ausência. O grupo de pessoal Médico foi o que mais contribuiu para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 16,4%, equivalente a 22.319 dias de ausência, seguido dos Assistentes Operacionais, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Enfermagem e Técnicos Superiores com uma taxa de absentismo de 11,1%, 10,5%, 10,3% e 10,2% com 22.998, 7.571, 32.809 e 2.023 dias de ausência, respetivamente.

#### ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

| Grupos de Pessoal      | Dias de Ausência |               |              | Tx de Absentismo |              |              |
|------------------------|------------------|---------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
|                        | 2016             | 2017          | Δ%           | 2016             | 2017         | Δ%           |
| Dirigente              | 33               | 332           | 906,1%       | 0,6%             | 5,8%         | 954,0%       |
| Médico                 | 18.818           | 22.319        | 18,6%        | 14,5%            | 16,4%        | 13,4%        |
| Téc. Sup. Saúde        | 686              | 297           | -56,7%       | 9,5%             | 4,3%         | -55,0%       |
| Téc. Superior          | 2.126            | 2.023         | -4,8%        | 10,5%            | 10,2%        | -3,3%        |
| Enfermagem             | 32.093           | 32.809        | 2,2%         | 10,1%            | 10,3%        | 1,8%         |
| Informática            | 110              | 85            | -22,7%       | 3,4%             | 2,9%         | -16,0%       |
| Docente                | 8                | 9             | 12,5%        | 1,1%             | 1,2%         | 13,0%        |
| Téc. Diag. Terap.      | 6.142            | 7.571         | 23,3%        | 8,1%             | 10,5%        | 30,6%        |
| Assistente Técnico     | 6.974            | 7.858         | 12,7%        | 7,3%             | 8,5%         | 15,5%        |
| Assistente Operacional | 20.503           | 22.998        | 12,2%        | 9,8%             | 11,1%        | 13,4%        |
| Outro Pessoal          | 12               | 7             | -41,7%       | 4,8%             | 2,8%         | -41,4%       |
| <b>TOTAL</b>           | <b>87.505</b>    | <b>96.308</b> | <b>10,1%</b> | <b>10,1%</b>     | <b>11,2%</b> | <b>10,4%</b> |

### Taxa de Absentismo 2016/2017



Em 2017, o motivo de ausência que mais se destaca é a proteção na parentalidade, que representa 37,5% do total de faltas ao serviço, equivalente a 36.089 dias de ausência, claramente, um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros. O absentismo por doença é o segundo motivo responsável, apresentando uma taxa de absentismo de 37,4%, 36.010 dias de ausência.

A soma das ausências por proteção na parentalidade e doença corresponde a cerca de 74,9% do total de faltas em 2017 no CHLO.

### ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

| Motivo de ausência                     | 2016          | 2017          | Δ%           |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Casamento                              | 925           | 933           | 0,9%         |
| Protecção na parentalidade             | 36.970        | 36.089        | -2,4%        |
| Falecimento de familiar                | 810           | 940           | 16,0%        |
| Doença                                 | 29.804        | 36.010        | 20,8%        |
| Por acidente de serviço ou doença prof | 2.776         | 4.099         | 47,7%        |
| Assistência a familiares               | 614           | 779           | 26,9%        |
| Trabalhador estudante                  | 1.074         | 1.154         | 7,4%         |
| Por conta do período de férias         | 248           | 209           | -15,7%       |
| Com perda de vencimento                | 117           | 44            | -62,4%       |
| Cumprimento de pena disciplinar        | 0             | 0             |              |
| Greve                                  | 2.620         | 3.972         | 51,6%        |
| Injustificadas                         | 46            | 119           | 158,7%       |
| Outros                                 | 11.501        | 11.960        | 4,0%         |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>87.505</b> | <b>96.308</b> | <b>10,1%</b> |

#### 7.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2017, verifica-se que cerca 59,0% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 30-34 anos que se situa o maior número de elementos, com 693 efetivos correspondentes a 17,5% dos efetivos.

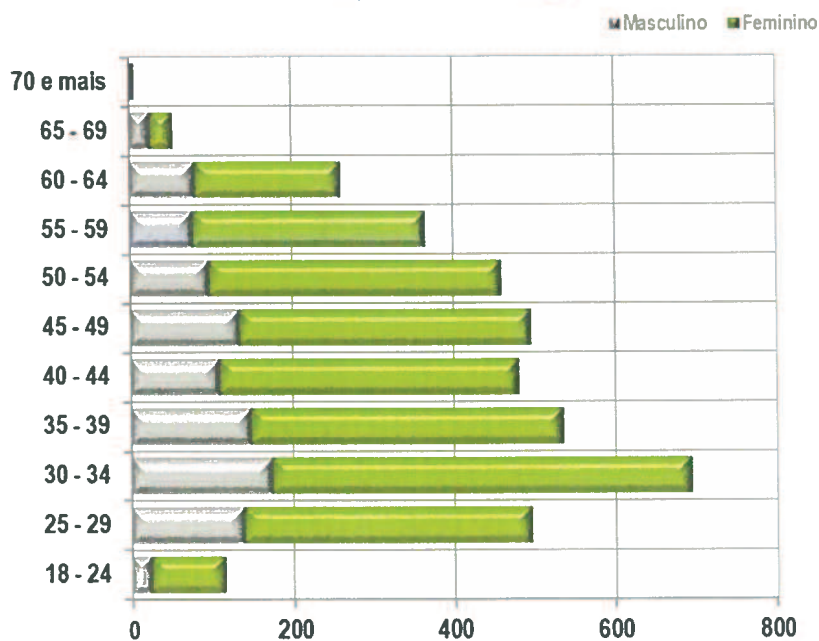
Em 2017, com idade superior a 59 anos, registam-se 318 colaboradores, cerca de 8,0% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016 (6,5%).

## DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

| Escalaio<br>Etário | Masculino  |              |             | Feminino     |              |             | Total        |              |             | %             |               |
|--------------------|------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|---------------|---------------|
|                    | 2016       | 2017         | Δ%          | 2016         | 2017         | Δ%          | 2016         | 2017         | Δ%          | 2016          | 2017          |
| 18 - 24            | 20         | 24           | 20,0%       | 106          | 90           | -15,1%      | 126          | 114          | -9,5%       | 3,2%          | 2,9%          |
| 25 - 29            | 136        | 138          | 1,5%        | 361          | 357          | -1,1%       | 497          | 495          | -0,4%       | 12,7%         | 12,5%         |
| 30 - 34            | 170        | 173          | 1,8%        | 559          | 520          | -7,0%       | 729          | 693          | -4,9%       | 18,6%         | 17,5%         |
| 35 - 39            | 139        | 148          | 6,5%        | 366          | 387          | 5,7%        | 505          | 535          | 5,9%        | 12,9%         | 13,5%         |
| 40 - 44            | 113        | 109          | -3,5%       | 390          | 370          | -5,1%       | 503          | 479          | -4,8%       | 12,9%         | 12,1%         |
| 45 - 49            | 130        | 134          | 3,1%        | 339          | 361          | 6,5%        | 469          | 495          | 5,5%        | 12,0%         | 12,5%         |
| 50 - 54            | 96         | 98           | 2,1%        | 351          | 360          | 2,6%        | 447          | 458          | 2,5%        | 11,4%         | 11,6%         |
| 55 - 59            | 81         | 77           | -4,9%       | 301          | 287          | -4,7%       | 382          | 364          | -4,7%       | 9,8%          | 9,2%          |
| 60 - 64            | 68         | 80           | 17,6%       | 139          | 179          | 28,8%       | 207          | 259          | 25,1%       | 5,3%          | 6,6%          |
| 65 - 69            | 24         | 26           | 8,3%        | 21           | 27           | 28,6%       | 45           | 53           | 17,8%       | 1,1%          | 1,3%          |
| 70 e mais          | 2          | 4            | 100,0%      | 2            | 2            | 0,0%        | 4            | 6            | 50,0%       | 0,1%          | 0,2%          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>979</b> | <b>1.011</b> | <b>3,3%</b> | <b>2.935</b> | <b>2.940</b> | <b>0,2%</b> | <b>3.914</b> | <b>3.951</b> | <b>0,9%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 46,5% dos efetivos tem menos de 40 anos.

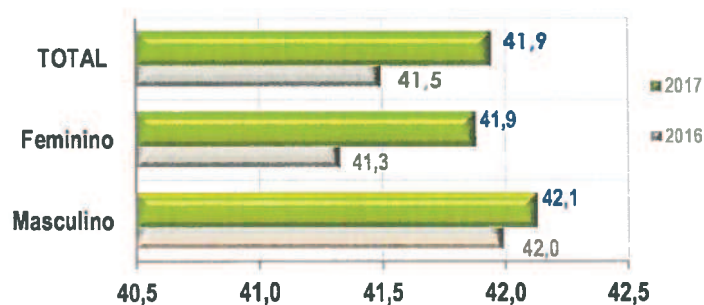
### Distribuição Etária por Sexo - 2017



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 2.940 efetivos, correspondentes a 74,4% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos, com 520 elementos.

#### IDADE MÉDIA POR SEXOS

|           | 2016 | 2017 | Δ%   |
|-----------|------|------|------|
| Masculino | 42,0 | 42,1 | 0,3% |
| Feminino  | 41,3 | 41,9 | 1,3% |
| TOTAL     | 41,5 | 41,9 | 1,1% |



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,9 anos, com um aumento de 0,4 anos, relativamente a 2016.

#### 7.4.5. FORMAÇÃO

Em 2017, o Núcleo de formação realizou 102 ações de formação com 2071 formandos, dos quais 132 são externos. Conforme se pode verificar no quadro seguinte, houve um decréscimo acentuado em relação ao ano de 2016, na ordem dos 48,2%.

Esta situação deveu-se, essencialmente, ao facto de alguns serviços já se encontrarem certificados e ao incremento das ações de formação que se verificou no ano de 2016, ano em que se iniciou o processo de certificação de qualidade nalguns serviços associado ao reconhecimento de Centros de Referência do CHLO em diversas áreas de intervenção.

|   | 2016   | 2017   | Δ%     |
|---|--------|--------|--------|
| N.º Acções                              | 197    | 102    | -48,2% |
| N.º Total Formandos (internos+externos) | 4.544  | 2.071  | -54,4% |
| Volume Formação                         | 21.066 | 16.100 | -23,6% |

Manteve-se o reforço, já iniciado em 2016, da formação na área de Reanimação (Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida, Suporte Imediato de Vida Pediátrico, Suporte Avançado de Vida e Suporte Avançado de Vida Pediátrico), com um total de 554 participantes, distribuídos pelos seguintes grupos profissionais: enfermeiros, médicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes operacionais e assistentes técnicos

O CHLO mantém o protocolo de colaboração com a Universidade Lusíada (desde 2017), tendo apoiado a formação de 24 profissionais na área da gestão de serviços de saúde (Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde).

Podemos mencionar, ainda, a formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção, Cuidados Paliativos, Riscos Profissionais e Ventilação não Invasiva, entre outras.

Mais uma vez se constata que o número de enfermeiros que adere à formação é muito significativo, 65% do total de formandos abrangidos pelo Plano de Formação, seguindo-se os médicos com 13%, os assistentes operacionais com 10% e os técnicos de diagnóstico e terapêutica com 9%.

| Ano                     | Adm. Hosp. | Médicos | Tec. Sup Saude | Enferm. | Tec. Sup | TDT | Ass. Tec. | Ass. Op. | Outros | Total |
|-------------------------|------------|---------|----------------|---------|----------|-----|-----------|----------|--------|-------|
| Formandos internos 2017 | 3          | 247     | 9              | 1.261   | 21       | 177 | 34        | 186      | 1      | 1.939 |
| Formandos internos 2016 | 4          | 389     | 27             | 2.422   | 72       | 275 | 382       | 713      | 1      | 4.285 |

#### 7.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2017, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

#### 7.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2017, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

#### 7.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2017, com especial atenção na área de consultas externas, foi efectuado um esforço na substituição de computadores pessoais de forma a permitir que os profissionais do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental usufruam de equipamentos com melhor capacidade de desempenho e que possibilitem um melhor atendimento aos utentes. Também com o intuito na melhoria do atendimento aos utentes foi implementado, via expansão a todo o Centro Hospitalar, o sistema de atendimento automático a utentes, com quiosques e monitores que permitem a visualização de informação nas áreas de consultas externas. Para facilitar a informação ao utente, foi implementada a *app* MyCHLO, assim como SMS's a informar os utentes das suas consultas. Esta aplicação permite também a interacção directa do utente com o Centro Hospitalar, seja para a desmarcação de consultas e/ou na resposta a inquéritos de satisfação.

De destacar também, na continuação do objectivo de um Centro Hospitalar sem papel, o trabalho que tem sido efectuado em estreita ligação com a Comissão local de Informatização Clínica (CLIC) e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

Devido às necessidades de disponibilizarmos mais rapidamente relatórios de exames a utentes, nas áreas de Imagiologia, foi implementado em fins de 2017 um sistema que permite a transcrição automática de voz dos relatórios para o processo clínico electrónico do utente.

No ano de 2017 continuámos a expandir a nossa rede *wireless* de maneira a permitir que os utilizadores de sistemas e tecnologias de informação possam trabalhar sem necessidade de ligação física à rede de dados.

Por último iniciámos a parametrização e testes de uma nova plataforma de *service desk*. Esta plataforma irá permitir que, durante 2018, seja disponibilizado um melhor serviço de atendimento aos utilizadores de sistemas e tecnologias de informação, uma resposta mais eficiente e um controlo dos tempos de resposta. Permitirá também perceber o nível de satisfação dos utilizadores com a resposta dada aos seus pedidos e aos incidentes que reportam.

## 7.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No Ano de 2017 deram entrada 41 Estudos, e 17 Adendas, foram autorizados 40 Estudos (1 do ano anterior). Dos Estudos entrados em 2017 um ficou a aguardar autorização da Comissão de Ética e outro Autorização do CA.

Destacaram-se durante o ano de 2017 as seguintes actividades:

- ♦ Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- ♦ Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- ♦ Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- ♦ Apoio a Cursos de pós graduação;
- ♦ Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor;
- ♦ Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos;
- ♦ Realização de três Encontros Científicos do CHLO;
- ♦ Três Cursos de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica com um total de 56 participantes.

## 7.7. COMISSÃO DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Durante o ano 2017 as atividades desenvolvidas por esta Comissão responderam aos requisitos para concretização das propostas da DGS, com carácter normativo, como é público.

Globalmente foram acompanhadas na prática as acções contempladas nos requisitos do Planeamento exigido pela DGS e de modo mais extensivo do que em anos anteriores, porque mais serviços do CHLO foram incluídos no processo de Acreditação ACSA.

Intervenções que tiveram lugar:

- ♦ Número de NOC DGS analisadas e discutidas – 19
- ♦ Número de NOC DGS objeto de auditoria interna - 14
- ♦ Aplicação da Tabela nacional de Funcionalidades - Pneumologia
- ♦ Manutenção de Programas de segurança, no uso seguro do medicamento:
  - Procedimento para medicamentos LASA ("Look Alike, Sound Alike")
  - Procedimento para medicamentos de alerta máximo
  - Aplicação de alertas informáticos no sistema de prescrição (eg dias de prescrição de antibiótico, incompatibilidades)
- ♦ Manutenção do Programa de Avaliação para controlo ambiental - gases anestésicos e AVAC;

- ♦ Avaliação do grau de satisfação dos clientes externos;
- ♦ Avaliação e tratamento das Reclamações;
- ♦ Extensão do Programa de Medicina Ocupacional: realização de pelo menos cinco dezenas de avaliações individuais de colaboradores e 10 Avaliações do Risco no local de trabalho;
- ♦ Continuação das atividades de Investigação Clínica compreendendo ainda um curso anual;
- ♦ Atividades formativas transversais: S. básico de vida, S. avançado de vida, Plano de Emergência interna; Curso de Gestão de Risco para chefias intermédias.
- ♦ Segurança no âmbito dos profissionais: Workshop "Protecção Radiológica "
- ♦ Atividades outras no Âmbito da Segurança do Doente:
  - Continuação da aplicação do Programa da Cirurgia Segura (3.49% taxa de não conformidade);
  - Continuação dos Programas de ensino ao doente durante o internamento de forma informal;
  - Promoção da comunicação de incidentes no sistema de report Antares;
  - Continuação da divulgação de Informação sobre estratégias para prevenção de quedas e monitorização do Risco de queda;
  - Estratégia de armazenamento de medicamentos LASA implementada;
  - Monitorização da infeção nosocomial - Programas HAI-SSI, HAI -UCI, UCIN, INCS;
  - Monitorização dos microrganismos problema;
- ♦ Divulgação ampla da Carta de Direitos e Deveres do doente e da Carta de acesso ao direito à informação do tempo de espera em lista, de acordo com os requisitos da ERS;
- ♦ Colaboração com os serviços na elaboração de modelos de Consentimento Informado à luz do Modelo de Consentimento Informado em vigor (NOC 015/2013).
- ♦ Reconhecimento externo da Qualidade: manutenção da Certificação ISO 9001-2008 nos Serviços de Imunohemoterapia, Farmacêuticos e Patologia Clínica e envolvimento mais 6, além de 12 serviços clínicos na aplicação do modelo de acreditação ACSA;
- ♦ Revisão e divulgação no *site* do Departamento da Qualidade de numerosos documentos transversais com o objetivo de formalizar procedimentos e instruções de trabalho, procurando sistematizar atividades com impacto positivo direto da organização no doente:
  - Acesso a Ajuda em Emergência;
  - Arquivo Digital;
  - Comunicação e Resolução de Ocorrências (S. Logística e Compras, SIE's, Hoteleiros);
  - Confidencialidade da Informação Clínica;
  - Continuidade na informação clínica e respetivos registos em situação de falha informática;
  - Controlo ambiental na conservação de medicamentos e dispositivos médicos;
  - Controlo de temperatura e humidade na conservação de medicamentos;
  - Dúvidas de Natureza Ética;

- Elos de Ligação;
- Gestão de Bens e Serviços;
- Listagem de processos não assistenciais;
- Privacidade do Cidadão no CHLO;
- Profissionais de Referência;
- Rastreabilidade, Confidencialidade e Proteção da Informação Clínica;
- O cidadão e o Testamento Vital;
- Substituição na Tomada de decisão de cidadão incapaz.

## 7.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2017 realizaram-se 10 reuniões ordinárias da Comissão de Ética salientando-se as seguintes atividades:

- ♦ Atividade assistencial (emissão de pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO);
- ♦ Atividade de investigação:

- Foram recebidos 99 pedidos de parecer para realização de estudos. Destes, 67 por se encontrarem completos e de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 46 registos observacionais/projetos de investigação clínica (41 com parecer favorável e 5 com parecer favorável condicionado); 13 Estudos conducentes a provas académicas (11 com parecer favorável e 2 com parecer favorável condicionado); 8 Adendas/Emendas com parecer favorável a estudos aprovados anteriormente;

Destes 99 pedidos, 32 não tiveram ainda parecer final por se aguardarem respostas aos esclarecimentos solicitados pela CES ao Investigador Principal.

Deu-se conhecimento de 17 pareceres favoráveis à dispensa de consentimento informado à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), com base na Deliberação n.º 1704/2015, para autorização final.

- Deram entrada, para apreciação, 47 modelos de consentimento informado a utilizar na prática clínica (38 com parecer favorável);

- Apreciaram-se 932 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não se encontra ainda aprovada pelo INFARMED;

- Tomou-se conhecimento de 12 decisões de Interrupção voluntária de gravidez;

- ♦ Registo da Comissão de Ética do CHLO, no RNEC – Registo Nacional de Estudos Clínicos, a 06 de Julho de 2017.

## **7.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)**

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2017, das quais se destacam:

### **Vigilância Epidemiológica**

- ♦ Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos;
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em Unidades de Cuidados Intensivos (UCI) do Healthcare Acquired Infection Network (HAI-Net) do ECDC, nomeadamente HAI-SSI e HAI-ICU;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infeção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN) que integra o Programa de Prevenção e Controlo das Infeções e das Resistências aos Antimicrobianos (PPCIRA);
- ♦ Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea que integra o PPCIRA;
- ♦ Vigilância Epidemiológica das Resistências aos Antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;
- ♦ Apresentação de resultados da vigilância epidemiológica realizada e publicação online.

### **Formação / Acompanhamento Clínico**

- ♦ Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano anual de Formação);
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Colaboração em estágios da especialidade médica e especialidades clínicas de enfermagem;
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou actualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção e utilização de antimicrobianos e anti-sépticos;
- ♦ Participação em reuniões externas, como oradora convidada:
  - “Prevenção e controlo da colonização/infeção a MRSA”. Lisboa 2017, Filomena Martins;
  - “Da requisição à interpretação. Colheitas em Microbiologia”. Porto 2017, Filomena Martins;

- “Experiência de implementação do PPS no CHLO”. II Jornadas PPCIRA. Lisboa, DGS 2017 Comemoração promovida pela DGS aquando da Semana do Antibiótico, Lisboa, 17 de novembro, Filomena Martins;
- ◆ Participação como moderadora no simpósio “Simpósio “Bactérias Multirresistentes: eliminar ou prevenir?”, Integrado no dia do antibiótico, 18 de novembro de 2017, Lisboa, Filomena Martins.
- ◆ Participação como moderadora na mesa “O papel do Farmacêutico nos programas de Antimicrobial Stewardship e na gestão dos novos Antibióticos”, integrada na 10ª Semana APFH, 23 de novembro de 2017, Lisboa, Erica Viegas
- ◆ Participação na reunião alargada para discussão da situação nacional dos programas de apoio à prescrição antibiótica, 29 e 30 de Setembro de 2017, Montreal, Ana Leitão e Erica Viegas

#### **Auditoria de estrutura, processo e resultado**

- ◆ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infecção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ◆ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da ILC
- ◆ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;
- ◆ Auditorias internas ao uso de antimicrobianos:
  - Serviço de Cirurgia Geral I, Unidade de Oncologia, Unidade de AVC, Unidade de Cuidados Intermédios da Medicina IV, UNICARD;
  - Serviço de Cirurgia Geral II, Gastrenterologia e Neurologia;
  - Serviço de Cirurgia Geral III, Cardiologia, CCT, Nefrologia e UCI-CCT;
  - Avaliação da DDD/100 camas/dia e DDD/1000 doentes saídos do CHLO;

#### **Programa de apoio à prescrição antibiótica**

- ◆ Realização de estudo piloto da implementação do programa, identificação de oportunidades e barreiras, HSFX
- ◆ Início do Programa de apoio à prescrição antibiótica

#### **Colaboração em atividades de gestão**

- ◆ Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico;
- ◆ Acompanhamento à acreditação/ certificação de serviços de internamento
- ◆ Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infecção, identificação de standards e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA.
- ◆ Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços.

- ♦ Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito da CCI.

#### **Projetos de investigação / participação em projetos de investigação**

- ♦ Avaliação do cateter Folley Bactiguard na prevenção da infeção do tracto urinário associada à cateterização vesical (ainda em curso);
- ♦ Estudo "Caracterização de estirpes bacterianas associadas a infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- ♦ "Caracterização de estirpes de bacterianas associadas a Infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- ♦ "HAI-NET MORTALITY REVIEW VALIDITY AND REPRODUCIBILITY STUDY", European Centre for Disease Prevention and Control (em curso).

#### **Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO**

- ♦ Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

#### **Equipa de crise no surto de Legionella no HSFX**

- ♦ Integrou a equipa de crise em colaboração com o CA e com as autoridades de saúde;
- ♦ Colaborou com a DGS na revisão dos processos dos doentes.

### **7.10. SERVIÇO SOCIAL**

Em 2017, o Serviço Social, na sua vertente de intervenção psicossocial inclusiva, centrada na proteção em especial dos cidadãos mais vulneráveis, e no cumprimento das suas atribuições, nomeadamente a articulação com as redes sociais de suporte, para a promoção de cidadania e da dignidade humana, a ela inerentes, desencadeou especialmente as seguintes ações integradas em trabalho multidisciplinar:

1. Primazia no apoio às altas hospitalares, nos serviços de internamento e valências de Urgência;
2. Participação na sinalização e referenciação de doentes à RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados).

Teve participação integrada e ativa nas seguintes comissões/ equipas:

- ♦ Equipa Gestão Altas (distribuição por núcleo de coordenação e equipas referenciadoras) /RNCCI;
- ♦ Equipa de Gestão de Altas para a área de Saúde Mental/RNCCI;
- ♦ Equipa Coordenadora Local /ACES Lisboa Ocidental Oeiras- Saúde Mental/RNCCI,
- ♦ Equipa Prevenção à Violência Doméstica – Coordenação;
- ♦ NHACJR- Núcleo Hospitalar de Apoio à Criança e Jovem em Risco;

- ♦ Comissão de Informatização Clínica;
- ♦ Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos, nomeação e integração na implementação.

Articulação externa especial:

- ♦ HOSA (Hospital Ortopédico Sant'Ana) - na referência para a RNCCI dos doentes "protocolados";
- ♦ SCML- Santa Casa Misericórdia de Lisboa, reuniões periódicas para discussão/ resolução de casos;
- ♦ Rede Social- Comissões Sociais de Freguesias, em Lisboa e Oeiras, para as áreas do : isolamento social, acesso à saúde, e pessoas em abrigo;
- ♦ UCF/ACES LISBOA OCIDENTAL OEIRAS- Unidade Coordenadora Funcional para a Área materno-infantil;
- ♦ Universidades, na vertente de ensino/ acompanhamento de estágios curriculares.

Foi parte envolvida:

- ♦ Na certificação dos Serviços de ação médica, o que gerou a criação de micro site do serviço;
- ♦ No controlo dos protelamentos de altas clínicas, atribuídos a contextos do sector social e da RNCCI.

Concretizou ainda:

- ♦ Normas internas para a uniformização e regularização de procedimentos, sobre: a orientação para ERPI (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa) e SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), utilização de documentos e informação dos doentes, e sensibilização para a redução do uso do papel;
- ♦ Formação: para além da realizada no Centro de Formação do CHLO e fora dele, realizou sessões internas temáticas da área do serviço Social, no seu Grupo de Reflexão Interno;
- ♦ Implementou uma nova versão do SAAS (plataforma informática de registo e colheita de dados estatísticos- Sistema de Apoio ao Assistente Social).

#### RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2017

|      | Actos Sociais |                     |                     |                    | Epiódios Sociais | N.º Utentes atendidos | Doentes Saídos | Casos Sociais c/ Protelamento Alta | % Casos Sociais c/ Protel. Alta |
|------|---------------|---------------------|---------------------|--------------------|------------------|-----------------------|----------------|------------------------------------|---------------------------------|
|      | Triagem       | Acto Social Isolado | Acomp. Psicossocial | Outras Actividades |                  |                       |                |                                    |                                 |
| CHLO | 8.500         | 785                 | 12.424              | 1.313              | 4.677            | 8.500                 | 26.580         | 194                                | 0,7%                            |

## 8 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2017

### *Janeiro*

- ♦ **Visita do Presidente da República ao Serviço de Urgência Geral do CHLO.** Decorreu em 31 de janeiro, a convite do Voluntariado da Liga dos Amigos do HSFX. O Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, vestiu a bata de voluntário e serviu refeições aos utentes em observação no Serviço.



### *Março*

- ♦ **Dia Europeu da Terapia da Fala**  
No dia 6 de março, para assinalar a data, o Serviço de Medicina Física e Reabilitação divulgou folhetos sobre o assunto, para sensibilizar os utentes para esta área.
- ♦ **1º Aniversário da Unidade de Reabilitação Cardíaca**  
Celebrou-se a 7 de março, num encontro no Centro de Interpretação de Monsanto.
- ♦ **III Encontro da UCF S. Francisco Xavier**  
Organizado pelo CHLO e ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras, decorreu no dia 16 de março, no auditório da FCM/HSFX.
- ♦ **VIII Curso de Iniciação à Investigação do CHLO**  
Decorreu no dia 24 de março, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica, subordinado ao tema "Introdução aos estudos de iniciativa do investigador".



### *Abril*

- ♦ **Rastreio da Voz**  
Uma iniciativa da Unidade da Voz do CHLO, realizou-se de 10 a 19 de abril direcionada a profissionais da voz e à população em geral, com o objetivo de alertar para a importância da voz e os cuidados necessários a preservar.



### Plano de Emergência Externa do CHLO.

Decorreu no dia 11 de abril o primeiro simulacro em formato "table-top drill". O plano foi revisto durante o mês de março a propósito do Plano de Contingência das Comemorações do Centenário das Aparições.



### Maio

- ♦ **Doação de cadeiras de rodas à Recepção e Serviço de Urgência,** pela Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier. A entrega decorreu no dia 8 de maio.



- ♦ **Curso Teórico-Prático de Radiologia Convencional para Médicos Internos**  
Realizou-se no dia 6 maio, no auditório do HEM, organizado pelo Serviço de Radiologia.



- ♦ **XI Jornadas da Dor**

Realizaram-se no dia 24 maio, organizadas pela Unidade de Terapia da Dor, do HEM, este ano subordinadas ao tema "20 Anos a tratar a Dor".

### Junho

- ♦ **Tele Quo – projeto piloto de atendimento telefónico**

Um projeto implementado nas consultas de Ginecologia/Obstetria, Cardiologia Ortopedia, e Otorrinolaringologia, com o objetivo de dar resposta às necessidades de contacto dos utentes com os secretariados.

- ♦ **3º Aniversário do Jardim da Bia**

Evento comemorativo, organizado pela Liga dos Amigos do HSF, com inauguração de um novo espaço no jardim.



- ♦ **Curso de Investigação Translacional**  
Realizou-se no dia 23 de junho, no HEM, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica.



- ♦ **Dar...também ajuda ao combate! - Recolha de bens VMER e Liga dos Amigos HSFX**  
Campanha realizada de 21 de junho a 5 de julho, de recolha de vestuário, alimentos e outros bens úteis às pessoas mais atingidas pela tragédia de Pedrogão Grande.

- ♦ **Oferta de quadros ao Serviço de Oncologia**  
Do Atelier Arte & Tudo, quadros pintados especialmente para o Serviço, inspirados no tema "Mar". A entrega realizou-se no Conselho de Administração, no passado dia 29 de junho.



## Julho

- ♦ **Assinatura do Protocolo com a ARSLVT para realização de Rastreadores do Cancro do Colo do Útero e do Cancro do Cólon e Reto**  
Decorreu no dia 5 de julho. O CHLO esteve representado pela Senhora Presidente do Conselho de Administração, Dra. Rita Perez.



## Agosto

- ♦ **CHLO Centro de Referência reconhecido pelo Ministério da Saúde através do Despacho nº 6669/2017, de 2 agosto, com Declaração de Retificação nº 530/2017, de 8 de agosto, nas seguintes áreas:**
  - **Na área de Implantes Cocleares**, o CHLO, conjuntamente com o Centro Hospitalar de Lisboa Central e o Hospital CUF Infante Santo;
  - **Na área de Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular**, o CHLO conjuntamente com o Hospital Garcia de Orta.

## Setembro

- ♦ **CHLO participou na 22ª Campanha de Reciclagem de Radiografias**  
Decorreu de 12 de setembro a 4 de outubro, no Serviço de Radiologia do CHLO, com o objetivo de minimizar o impacto ambiental.

- ♦ **XLVII Reunião Anual da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética** Decorreu de 28 a 30 de setembro, foi designado para Presidente do evento científico o Dr. Francisco Costa Domingues, Diretor do Serviço de Cirurgia Plástica do CHLO.

## Outubro

- ♦ **Criação da Unidade de Cuidados Integrados ao Doente Crónico Complexo**

Uma iniciativa do Serviço de Medicina do HSFX para criação de uma Unidade de Medicina de Ambulatório.



- ♦ **Assinatura de protocolo com a Operação Nariz Vermelho (ONV).** Decorreu no passado dia 13 de outubro, para assinalar os 15 anos da ONV.

- ♦ **I Curso de Cessação Tabágica do CHLO**

Decorreu no passado dia 21 de outubro, organizado pelo Serviço de Pneumologia, contando com várias palestras teóricas, mas também com a presença de ex-fumadores, que partilharam as suas experiências e histórias.



- ♦ **I Reunião Temática Acerca da Violência ao Longo do Ciclo de Vida**

Decorreu no dia 23 de outubro, promovida pela Unidade Coordenadora Funcional do HSFX, através da Equipa para a Preven o da Violência em Adultos, em parceria com a ACES Lisboa Ocidental e Oeiras.



- ♦ **Dia Nacional de Preven o Contra o Cancro da Mama, dia 30 de outubro.** A Associa o Unidas para Vencer desenvolveu várias atividades para assinalar a data, designadamente uma Exposi o de Fotografia e um Fórum subordinados ao tema "Cancro da Mama e Mulher Jovem".



## Novembro

- ♦ **III Encontro de Enfermeiros de Neonatologia da Área de Lisboa – 10 e 11 de novembro**

Decorreu na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, da organização fizeram parte enfermeiras da Unidade de Neonatologia do CHLO.



- ♦ **Dia Mundial da Prematuridade.** Para assinalar a data, a Unidade de Neonatologia do CHLO realizou uma exposição temática, no átrio do edifício 2 do HSF.

- ♦ **Sessão Comemorativa do 11º Aniversário do CHLO**  
Decorreu no dia 21 de novembro, no auditório do HEM, onde foram abordados vários temas relacionados com os Serviços de Reumatologia e Neurocirurgia. Nesta sessão foi entregue o Prémio de Investigação Clínica Dr. Carlos Lima.



- ♦ **Projeto do Serviço de Medicina IV foi um dos vencedores da 11ª edição do Prémio de Boas Práticas em Saúde**

A entrega do prémio decorreu no dia 24 de novembro. Trata-se de um projeto-piloto que consiste num Programa de Gestão Integrada de Cuidados ao Doentes Cónico Complexo, desenvolvido pelo CHLO e o Agrupamentos de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental.



- ♦ **Início da aplicação MyCHLO**

Nova aplicação MyCHLO e de mensagens SMS, com o objetivo de aproximar e facilitar o contacto do utente com os serviços do CHLO, reduzindo a utilização de papel.

## Dezembro

- ♦ **Mesa de Natal Nacional – Projeto Pediatrias SNS**

Um projeto coordenado pelo Centro Hospitalar de São João, no qual participou o Serviço de Pediatria do CHLO, com a confeção de um bolo-rei com material reciclável e a realização de um filme com depoimentos.



- ♦ **Exposição: Fotograficamente, um olhar sobre a saúde mental...** Uma iniciativa da Equipa Comunitária de Saúde Mental de Oeiras do CHLO, em parceria com a Associação de Reabilitação e Integração Ajuda (ARIA). Decorreu no edifício da Consulta Externa do Hospital de Egas Moniz, de 5 de dezembro a 8 de janeiro.

- **Natal no CHLO:**

Festa de Natal 2017 - HSFX, promovida pela Liga dos Amigos do HSFX, decorreu nos dias 15 e 19, com momento musical e visita a todo o hospital, com cânticos de jovens cantores.

Festa de Natal - HEM, decorreu no dia 19 de dezembro, com a Tuna da Universidade Lusíada, Zumba e Sketch de Natal.

Festa de Natal - HSC, promovida pela Liga dos Amigos do HSC, com momentos musicais e ofertas de presentes aos doentes internados.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2017

Não obstante o aumento de capital verificado, o total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2017, a 45.923.140 euros negativos, quando o valor do Património é de 156.100.000 euros, pelo que está, assim, perdido em mais de 50%

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

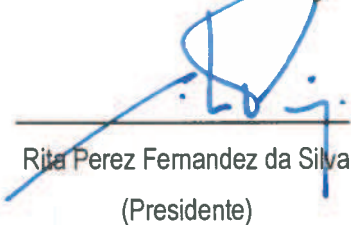
Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

## 10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

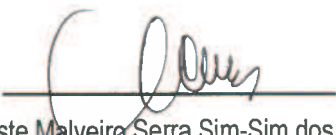
De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 26º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2017, no montante de 25.786.568,58 euros negativos seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de junho de 2018

O Conselho de Administração



Rita Perez Fernandez da Silva  
(Presidente)




Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva  
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira  
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia  
(Diretor Clínico)



Fernanda Maria da Rosa  
(Enfermeira Diretora)

# 11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

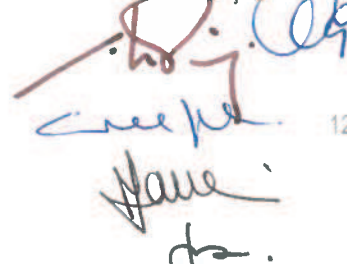
|   | 2017                  |                       | 2016                  |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Activo Bruto          | Amort / Ajustam.      | Activo Líquido        | Activo Líquido        |
| <b>ATIVO</b>  |                       |                       |                       |                       |
| <b>IMOBILIZADO</b>  |                       |                       |                       |                       |
| <b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>                            |                       |                       |                       |                       |
| Despesas de instalação                                      | 541.854,87            | 541.854,87            | 0,00                  | 0,00                  |
| Despesas investigação e desenvolvimento/outras              | 607.033,17            | 607.033,17            | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Total das imobilizações incorpóreas</b>                  | <b>1.148.888,04</b>   | <b>1.148.888,04</b>   | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           |
| <b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>                              |                       |                       |                       |                       |
| Edifícios e outras construções                              | 99.327.392,60         | 56.574.641,64         | 42.752.750,96         | 44.357.772,25         |
| Equipamento básico  | 61.069.272,48         | 54.292.772,97         | 6.776.499,51          | 6.269.143,38          |
| Equipamento de transporte                                   | 2.225.066,71          | 2.144.663,27          | 80.403,44             | 99.713,83             |
| Ferramentas e utensílios                                    | 561.433,80            | 561.433,80            | 0,00                  | 0,00                  |
| Equipamento administrativo e informático                    | 16.814.393,22         | 15.809.472,66         | 1.004.920,56          | 775.401,48            |
| Outras imobilizações corpóreas                              | 161.199,55            | 161.199,55            | 0,00                  | 0,00                  |
| Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas                   | 1.774.913,65          |                       | 1.774.913,65          | 3.723.471,47          |
| <b>Total das imobilizações corpóreas</b>                    | <b>181.933.672,01</b> | <b>129.544.183,89</b> | <b>52.389.488,12</b>  | <b>55.225.502,41</b>  |
| <b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>                            |                       |                       |                       |                       |
| Outras aplicações financeiras                               | 101.215,86            |                       | 101.215,86            | 58.490,04             |
| <b>Total dos investimentos financeiros</b>                  | <b>101.215,86</b>     |                       | <b>101.215,86</b>     | <b>58.490,04</b>      |
| <b>CIRCULANTE</b>   |                       |                       |                       |                       |
| <b>EXISTÊNCIAS</b>  |                       |                       |                       |                       |
| Matérias-primas, subsid. e consumo                          | 11.093.987,47         | 49.934,19             | 11.044.053,28         | 12.062.466,02         |
| <b>Total das existências</b>                                | <b>11.093.987,47</b>  | <b>49.934,19</b>      | <b>11.044.053,28</b>  | <b>12.062.466,02</b>  |
| <b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Medio e longo prazo</b>           |                       |                       |                       |                       |
| Outros devedores  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Total das Dividas de terceiros - Médio e longo prazo</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           |
| <b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo</b>                   |                       |                       |                       |                       |
| Clientes c/c  | 154.947,52            |                       | 154.947,52            | 261.269,40            |
| Utentes c/c   | 181.849,85            |                       | 181.849,85            | 76.040,38             |
| Instituições do Estado                                      | 31.266.150,58         |                       | 31.266.150,58         | 466.279.541,84        |
| Clientes e utentes cobrança duvidosa                        | 6.157.484,73          | 5.839.413,52          | 318.071,21            | 258.175,31            |
| Adiantamentos a fornecedores                                | 64.283,79             |                       | 64.283,79             | 198.130,61            |
| Estado e outros entes públicos                              | 464.722,56            |                       | 464.722,56            | 378.749,40            |
| Outros devedores  | 29.973.893,03         |                       | 29.973.893,03         | 16.136.866,58         |
| <b>Total dividas de terceiros - Curto prazo</b>             | <b>68.263.332,06</b>  | <b>5.839.413,52</b>   | <b>62.423.918,54</b>  | <b>483.588.773,52</b> |
| <b>DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA</b>        |                       |                       |                       |                       |
| Contas no tesouro   | 3.404.230,40          |                       | 3.404.230,40          | 870.865,22            |
| Depósitos em instituições financeiras                       | 204.536,17            |                       | 204.536,17            | 172.547,66            |
| Caixa   | 6.347,23              |                       | 6.347,23              | 1.277,23              |
| <b>Total de depósitos e caixa</b>                           | <b>3.615.113,80</b>   |                       | <b>3.615.113,80</b>   | <b>1.044.690,11</b>   |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>                            |                       |                       |                       |                       |
| Acréscimos de proveitos                                     | 34.846.761,21         |                       | 34.846.761,21         | 88.262.066,14         |
| Custos diferidos  | 46.017,00             |                       | 46.017,00             | 0,00                  |
| <b>Total acréscimos e diferimentos</b>                      | <b>34.892.778,21</b>  |                       | <b>34.892.778,21</b>  | <b>88.262.066,14</b>  |
| <b>Total de amortizações</b>                                |                       | <b>130.693.071,93</b> |                       |                       |
| <b>Total de provisões</b>                                   |                       | <b>5.889.347,71</b>   |                       |                       |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                       | <b>301.048.987,45</b> | <b>136.582.419,64</b> | <b>164.466.567,81</b> | <b>640.241.988,24</b> |

O Contabilista Certificado



Relatório de Gestão e Contas 2017

O Conselho de Administração



122

## 11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

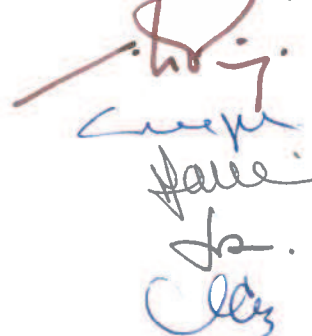
(euros)

|  | 2017                  | 2016                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>                                     |                       |                       |
| Património   | 156.100.000,00        | 133.293.333,33        |
| Reservas   |                       |                       |
| Reservas legais  | 1.270.981,66          | 1.163.149,34          |
| Reservas estatutárias                                      | 58.831,59             | 58.831,59             |
| Reservas Livres  | 12.774.118,72         | 12.774.118,72         |
| Doações  | 2.263.042,15          | 2.201.465,20          |
| Reservas decorrentes da transferência de activos           | 29.701.398,46         | 29.701.398,46         |
| <b>Total das reservas</b>                                  | <b>46.068.372,58</b>  | <b>45.898.963,31</b>  |
| Resultados transitados                                     | -222.304.943,73       | -184.502.284,71       |
| Resultado líquido do exercício                             | -25.786.568,58        | 2.156.646,33          |
| <b>TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL</b>                          | <b>-45.923.139,73</b> | <b>-3.153.341,74</b>  |
| <b>PASSIVO</b>   |                       |                       |
| <b>PROVISÕES</b>   |                       |                       |
| Provisões para riscos e encargos                           | 6.438.884,18          | 6.314.235,88          |
| <b>Total de provisões</b>                                  | <b>6.438.884,18</b>   | <b>6.314.235,88</b>   |
| <b>DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo</b>                   |                       |                       |
| Adiantamentos de clientes, utentes e instit. Minist. Saúde | 58.438.189,58         | 511.653.472,16        |
| Fornecedores c/c   | 111.357.374,78        | 86.978.820,35         |
| Fornecedores - Facturas recepção e conferência             | 1.929.477,17          | 2.178.566,24          |
| Fornecedores de imobilizado c/c                            | 2.551.228,26          | 2.793.034,78          |
| Estado e outros entes públicos                             | 3.986.241,20          | 4.753.322,18          |
| Outros credores  | 4.928.004,69          | 7.765.752,58          |
| <b>Total dividas a terceiros</b>                           | <b>183.190.515,68</b> | <b>616.122.968,29</b> |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>                           |                       |                       |
| Acréscimos de custos                                       | 18.564.306,01         | 16.186.076,43         |
| Proveitos diferidos  | 2.196.001,67          | 4.772.049,38          |
| <b>Total acréscimos e diferimentos</b>                     | <b>20.760.307,68</b>  | <b>20.958.125,81</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                                    | <b>210.389.707,54</b> | <b>643.395.329,98</b> |
| <b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>              | <b>164.466.567,81</b> | <b>640.241.988,24</b> |

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## 11.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

|   | 2017           |                       | 2016           |                       |
|---|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| <b>Custos e Perdas</b>                            |                |                       |                |                       |
| <b>Custos das merc.vend.e das mat. consumidas</b> |                |                       |                |                       |
| Mercadorias                                       |                |                       |                |                       |
| Matérias de consumo                               | 87.536.720,89  | 87.536.720,89         | 81.731.772,44  | 81.731.772,44         |
| Fornecimentos e serviços externos                 | 28.067.438,14  | 28.067.438,14         | 25.576.250,15  | 25.576.250,15         |
| <b>Custos com o pessoal</b>                       |                |                       |                |                       |
| Remunerações                                      | 89.801.099,54  |                       | 86.383.050,03  |                       |
| <b>Encargos Sociais</b>                           |                |                       |                |                       |
| Pensões   | 136.491,45     |                       | 84.790,55      |                       |
| Outros  | 21.261.192,14  | 111.198.783,13        | 20.465.139,90  | 106.932.980,48        |
|   |                | <b>226.802.942,16</b> |                | <b>214.241.003,07</b> |
| Transf. correntes conc. e prest. soc.             |                |                       | 0,00           |                       |
| Amortizações do exercício                         | 6.578.109,96   |                       | 6.699.344,76   |                       |
| Provisões do exercício                            | 251.679,04     | 6.829.789,00          | 0,00           | 6.699.344,76          |
| Outros custos e perdas operacionais               |                | 60.160,78             |                | 4.929,85              |
|   | (A)            | <b>233.692.891,94</b> |                | <b>220.945.277,68</b> |
| Custos e perdas financeiras                       |                | 110.333,40            |                | 73.453,52             |
|   | (C)            | <b>233.803.225,34</b> |                | <b>221.018.731,20</b> |
| Custos e perdas extraordinárias                   |                | 3.553.632,16          |                | 3.019.841,06          |
|   | (E)            | <b>237.356.857,50</b> |                | <b>224.038.572,26</b> |
| Imposto s/ rendimento do exercício                |                | 31.170,10             |                | 564.008,03            |
|   | (G)            | <b>237.388.027,60</b> |                | <b>224.602.580,29</b> |
| Resultado líquido do exercício                    |                | <b>-25.786.568,58</b> |                | <b>2.156.646,33</b>   |
|   | <b>Total</b>   | <b>211.601.459,02</b> |                | <b>226.759.226,62</b> |
| <b>Proveitos e Ganhos</b>                         |                |                       |                |                       |
| <b>Vendas e prestação de serviços</b>             |                |                       |                |                       |
| Vendas  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Prestação de serviços                             | 202.261.053,56 | 202.261.053,56        | 215.156.216,14 | 215.156.216,14        |
| Impostos, taxas e outros                          |                | 0,00                  |                | 0,00                  |
| Trabalhos para a própria entidade                 |                | 0,00                  |                | 0,00                  |
| Proveitos suplementares                           | 1.478.871,72   |                       | 1.789.499,33   |                       |
| <b>Transferências e sub. correntes obtidos</b>    |                |                       |                |                       |
| Transferências - Tesouro                          | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Transferências correntes obtidas                  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Subsid. correntes obt. - Outentes públicos        | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Subsid. correntes obt. - de outras entidade       | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Outros proveitos e ganhos operacionais            | 5.974.076,46   | 7.452.948,18          | 5.832.221,14   | 7.621.720,47          |
| Reversões de Amortizações e Ajustamentos          |                |                       |                |                       |
|   | (B)            | <b>209.714.001,74</b> |                | <b>222.777.936,61</b> |
| Proveitos e ganhos financeiros                    |                | 56.534,21             |                | 44.158,64             |
|   | (D)            | <b>209.770.535,95</b> |                | <b>222.822.095,25</b> |
| Proveitos e ganhos extraordinários                |                | 1.830.923,07          |                | 3.937.131,37          |
|   | (F)            | <b>211.601.459,02</b> |                | <b>226.759.226,62</b> |
| <b>Resumo</b>                                     |                |                       |                |                       |
| Resultados Operacionais: (B) - (A)                |                | -23.978.890,20        |                | 1.832.658,93          |
| Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)             |                | -53.799,19            |                | -29.294,88            |
| Resultados Correntes: (D) - (C)                   |                | -24.032.689,39        |                | 1.803.364,05          |
| Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)           |                | -25.755.398,48        |                | 2.720.654,36          |
| Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)        |                | -25.786.568,58        |                | 2.156.646,33          |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### 11.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES ( 31 DE DEZEMBRO)

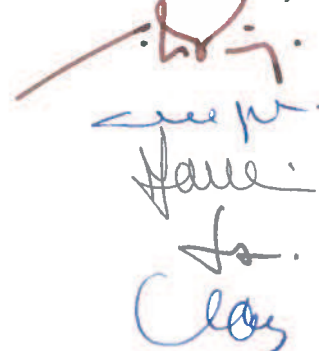
(euros)

|   | 2017                  | 2016                 |
|---|-----------------------|----------------------|
| Vendas e prestação de serviços            | 202.261.053,56        | 215.156.216,14       |
| Custo das vendas e prestação de serviços  | 207.894.876,74        | 195.835.791,99       |
| <b>Resultados Brutos</b>                  | <b>-5.633.823,18</b>  | <b>19.320.424,15</b> |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais    | 9.340.405,46          | 11.603.010,48        |
| Custos Administrativos                    | 18.908.065,42         | 18.405.211,08        |
| Outros Custos e Perdas Operacionais       | 10.485.248,07         | 9.554.023,53         |
| <b>Resultados Operacionais</b>            | <b>-25.686.731,21</b> | <b>2.964.200,02</b>  |
| Custo Líquido de Financiamento            | 0,00                  | 4.361,90             |
| Ganhos (Perdas) em outros investimentos   | 0,00                  | 0,00                 |
| <b>Resultados Correntes</b>               | <b>-25.686.731,21</b> | <b>2.959.838,12</b>  |
| Impostos Sobre Resultados Correntes       | 31.170,10             | 564.008,03           |
| <b>Resultados Correntes Após impostos</b> | <b>-25.717.901,31</b> | <b>2.395.830,09</b>  |
| Resultados Extraordinários                | -68.667,27            | -239.183,76          |
| Impostos Sobre Resultados Extraordinários | 0,00                  | 0,00                 |
| <b>Resultado Líquido</b>                  | <b>-25.786.568,58</b> | <b>2.156.646,33</b>  |

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## 11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

|   | 2017           |                       | 2016           |                       |
|---|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS  |                | TOTAIS                |                | TOTAIS                |
| <b>Recebimentos de clientes (i)</b>   |                |                       |                |                       |
| VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS   | 182.366.997,85 |                       | 6.259.873,74   |                       |
| Adiantam clientes, utentes e instituições   | 209.376.375,08 |                       | 205.122.042,12 |                       |
| VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS   | 409.759.718,81 | <b>801.503.091,74</b> | 3.681.559,66   | <b>215.063.475,52</b> |
| <b>Pagamentos a fornecedores (ii)</b>   |                |                       |                |                       |
| COMPRAS   | 1.173.861,52   |                       | 9.441.404,60   |                       |
| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS   | 15.624.178,84  |                       | 16.304.178,71  |                       |
| Adiantamentos a fornecedores  | 6.659.977,58   |                       | 20.002.609,81  |                       |
| CORRECÇÃO A COMPRAS   | 60.099.744,50  |                       | 62.043.301,25  |                       |
| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS   | 15.011.172,29  | <b>98.568.934,73</b>  | 10.486.783,65  | <b>118.278.278,02</b> |
| <b>Pagamentos ao Pessoal (iii)</b>  |                |                       |                |                       |
| CUSTOS COM O PESSOAL  | 97.424.253,36  |                       | 98.318.776,17  |                       |
| Adiantamento a pessoal  | 125.057,73     |                       | 65.101,93      |                       |
| DESPESAS COM O PESSOAL  | 15.368.156,65  | <b>112.917.467,74</b> | 14.773.462,27  | <b>113.157.340,37</b> |
| <b>(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)</b>                            |                | <b>590.016.689,27</b> |                | <b>-16.372.142,87</b> |
| <b>Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)</b>                         |                |                       |                |                       |
| Imposto s/ rendimento do exercício (PC)   | 678.682,06     |                       | 92.874,32      |                       |
| Imposto s/ rendimento exercício anterior  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
|   |                | <b>678.682,06</b>     |                | <b>92.874,32</b>      |
| <b>Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)</b>                 |                |                       |                |                       |
| Impostos e taxas  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Proveitos suplementares   | 1.130.568,80   |                       | 2.016.055,35   |                       |
| TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS   | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS  | 3.096.850,46   |                       | 6.319.819,44   |                       |
| Diferenças câmbio favorais  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Outros proveitos diferidos  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Impostos e taxas  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Proveitos suplementares   | 461.220,54     |                       | 653.059,67     |                       |
| Trnsferencias subs correntes obtidos  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS  | 11.414.750,06  |                       | 298.426,43     |                       |
| Outros  | 104.231,15     |                       | 53.979,48      |                       |
| Adiantamentos a fornecedores  | 6.640.102,36   |                       | 17.603.046,70  |                       |
| Retenção de impostos s/ rendimento  | 18.735.113,17  |                       | 19.427.898,90  |                       |
| Imposto s/ valor acrescentado   | 375.434,96     |                       | 387.414,51     |                       |
| Outros Impostos   | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Contribuições p/ segurança social   | 11.173.804,46  |                       | 11.273.970,03  |                       |
| Outros  | 0,00           |                       | 14,81          |                       |
| Adiantamentos a pessoal   | 63.283,30      |                       | 55.083,79      |                       |
| Sindicatos  | 136.699,49     |                       | 135.038,42     |                       |
| Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro   | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Devedores e credores diversos   | 685.265,70     | <b>54.017.324,45</b>  | 927.148,63     | <b>59.150.956,16</b>  |
| <b>Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)</b>                   |                |                       |                |                       |
| Outros custos e perdas operacionais   | 59.410,78      |                       | 14.631,04      |                       |
| Custos diferidos  | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Acréscimos e diferimentos   | 0,00           |                       | 680,60         |                       |
| Outros custos operacionais  | 387,50         |                       | 6.544,35       |                       |
| Adiantam clientes, utentes e inst Estado  | 605.538.017,93 |                       | 5.413.525,79   |                       |
| Retenção de impostos s/ rendimento  | 18.872.252,17  |                       | 19.161.994,01  |                       |
| Imposto s/ valor acrescentado   | 416.065,70     |                       | 454.655,33     |                       |
| Outros Impostos   | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Contribuições p/ segurança social   | 11.201.245,57  |                       | 11.182.289,96  |                       |
| Outros  | 0,00           |                       | 14,81          |                       |
| Sindicatos  | 137.291,85     |                       | 134.528,77     |                       |
| Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro   | 0,00           |                       | 0,00           |                       |
| Devedores e credores diversos   | 856.377,54     | <b>637.081.049,04</b> | 909.959,51     | <b>37.278.824,17</b>  |
| <b>(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)</b> |                | <b>6.274.282,62</b>   |                | <b>5.407.114,80</b>   |

11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euro e)

|  | 2017         |                      | 2016         |                      |
|--|--------------|----------------------|--------------|----------------------|
|  |              | TOTAIS               |              | TOTAIS               |
| <b>Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)</b>           |              |                      |              |                      |
| Recuperação de dívidas   | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Ganhos em existências  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Ganhos em imobilizações  | 0,00         |                      | 10 947,38    |                      |
| Benefícios penalidades contratuais                                   | 21 027,37    |                      | 45 853,10    |                      |
| Outros proveitos/ganhos extraordinários                              | 52 392,63    | <b>73.420,00</b>     | 5 492,63     | <b>62.293,11</b>     |
| <b>Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)</b>      |              |                      |              |                      |
| Transferências de capital concedidas                                 | 12 561,47    |                      | 0,00         |                      |
| Perdas em existências  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Perdas em imobilizações  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Multas e penalidades   | 1 136,13     |                      | 143 609,17   |                      |
| Outros custos e perdas extraordinárias                               | 174,95       |                      | 475,26       |                      |
| Restituições   | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Proveitos suplementares  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Outras correções   | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Custos e perdas extraordinários                                      | 51,00        | <b>13.923,55</b>     | 0,00         | <b>144.084,43</b>    |
| <b>(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)</b>        |              | <b>6.333.779,07</b>  |              | <b>5.325.323,48</b>  |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                                   |              |                      |              |                      |
| <b>Recebimentos provenientes de: (H)</b>                             |              |                      |              |                      |
| EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS   |              |                      |              |                      |
| Amorização de empréstimos  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO  |              |                      |              |                      |
| Subsídios para investimentos   | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| JUROS E PROVEITOS SIMILARES  |              |                      |              |                      |
| Proveitos e ganhos financeiros                                       | 56.534,21    |                      | 41.526,80    |                      |
| Proveitos e ganhos financeiros                                       | 269,43       |                      | 4.233,72     |                      |
| OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO                    |              |                      |              |                      |
| Adiantamentos a fornecedores imobilizado                             |              | <b>56.803,64</b>     |              | <b>45.760,52</b>     |
| <b>Pagamentos respeitantes a: (J)</b>                                |              |                      |              |                      |
| EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS   |              |                      |              |                      |
| Concessão de empréstimos   | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| INVESTIMENTOS FINANCEIROS  |              |                      |              |                      |
| Investimentos financeiros  | 46.730,60    |                      | 37.123,30    |                      |
| Investimentos financeiros  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS  |              |                      |              |                      |
| Imobilizações corpóreas  | 1.339.496,42 |                      | 1.170.112,73 |                      |
| Imobilizações corpóreas  | 1.825.184,63 |                      | 2.070.427,51 |                      |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS  |              |                      |              |                      |
| Imobilizações incorpóreas  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Imobilizações incorpóreas  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| IMOBILIZAÇÕES EM CURSO   |              |                      |              |                      |
| Imobilizações em curso   | 374.140,73   |                      | 734.389,59   |                      |
| Imobilizações em curso   | 272.234,22   |                      | 460.352,81   |                      |
| IMOBILIZAÇÕES EM CURSO   |              |                      |              |                      |
| Bens do domínio público  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Bens do domínio público  | 0,00         | <b>3.857.786,60</b>  | 0,00         | <b>4.472.405,94</b>  |
| <b>(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)</b>          |              | <b>-3.800.982,96</b> |              | <b>-4.426.645,42</b> |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                                  |              |                      |              |                      |
| <b>Recebimentos provenientes de: (K)</b>                             |              |                      |              |                      |
| EMPRÉSTIMOS OBTIDOS  |              |                      |              |                      |
| Empréstimos obtidos  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO                       |              |                      |              |                      |
| Capital  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| SUBSÍDIOS E DOAÇÕES  |              |                      |              |                      |
| Subsídios  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Doações  | 54 545,33    | <b>54.545,33</b>     | 99.000,21    | <b>99.000,21</b>     |
| <b>Pagamentos respeitantes a: (L)</b>                                |              |                      |              |                      |
| EMPRÉSTIMOS OBTIDOS  |              |                      |              |                      |
| Empréstimos obtidos  | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| JUROS E CUSTOS SIMILARES   |              |                      |              |                      |
| Custos e perdas financeiras  | 16 917,75    |                      | 73.453,52    |                      |
| Custos e perdas financeiras  | 0,00         |                      | 2.014,34     |                      |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS                                  |              |                      |              |                      |
| Trans correntes conce prestaç sociais                                | 0,00         |                      | 0,00         |                      |
| Trans correntes conce prestaç sociais                                | 0,00         | <b>16.917,75</b>     | 0,00         | <b>75.467,86</b>     |
| <b>Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)</b>       |              | <b>37.627,58</b>     |              | <b>23.532,35</b>     |
| <b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>    |              | <b>2.570.423,69</b>  |              | <b>922.210,41</b>    |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)</b>            |              |                      |              |                      |
| Caixa  | 1 277,23     |                      | 6.113,53     |                      |
| Depósitos em inst. Financeiras                                       | 172 547,66   |                      | 59.580,37    |                      |
| Conta no Tesouro   | 870 865,22   |                      | 56.785,80    |                      |
| Títulos Negociáveis  |              |                      |              |                      |
| Outras aplicações lesouraria   |              | <b>1.044.690,11</b>  |              | <b>122.479,70</b>    |
| <b>Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)</b> |              | <b>3.615.113,80</b>  |              | <b>1.044.690,11</b>  |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

| Rubrica   | 2017                  |                        |                       |
|---|-----------------------|------------------------|-----------------------|
|   | Valores               |                        |                       |
|   | Cobrados              | A cobrar               | Total                 |
| Caixa   | 1.277,23              |                        | 1.277,23              |
| Depósitos   | 1.043.412,88          |                        | 1.043.412,88          |
| <b>I - SALDO INICIAL</b>                            | <b>1.044.690,11</b>   |                        | <b>1.044.690,11</b>   |
| Titulos negociáveis                                 | 0,00                  |                        | 0,00                  |
| Outras aplicações de tesouraria                     | 0,00                  |                        | 0,00                  |
| <b>Total das contas 15/18</b>                       | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>           |
| Adiantamento de clientes                            | 209.376.375,08        | 0,00                   | 209.376.375,08        |
| Adiantamento a fornecedores                         | 6.640.102,36          | 218.005,83             | 6.858.108,19          |
| Empréstimos obtidos                                 | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Estado e outros entes públicos                      | 30.284.352,59         | 0,00                   | 30.284.352,59         |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado         | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Adiantamentos ao pessoal                            | 63.283,30             | 0,00                   | 63.283,30             |
| Sindicatos  | 136.699,49            | 0,00                   | 136.699,49            |
| Regularização de dividas por ordem Tesouro          | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Devedores e credores diversos                       | 685.265,70            | 0,00                   | 685.265,70            |
| <b>Total das receitas de fundos alheios</b>         | <b>247.186.078,52</b> | <b>218.005,83</b>      | <b>247.404.084,35</b> |
| Subsidios de investimento                           | 0,00                  | 52.070,67              | 52.070,67             |
| Outros proveitos diferidos                          | 0,00                  | -2.415.407,42          | -2.415.407,42         |
| <b>Total da conta proveitos diferidos</b>           | <b>0,00</b>           | <b>-2.363.336,75</b>   | <b>-2.363.336,75</b>  |
| Empréstimos concedidos (Amortizações)               | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Fundo patrimonial (capital social)                  | 0,00                  | 22.806.666,67          | 22.806.666,67         |
| Subsidios   | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Doações   | 54.545,33             | 0,00                   | 54.545,33             |
| <b>Total da conta reservas</b>                      | <b>54.545,33</b>      | <b>22.806.666,67</b>   | <b>22.861.212,00</b>  |
| Vendas  | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Prestações de serviços                              | 182.366.997,85        | 19.866.630,35          | 202.233.628,20        |
| Impostos e taxas                                    | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Proveitos suplementares                             | 1.130.568,80          | 348.302,92             | 1.478.871,72          |
| Transferências do tesouro                           | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Transferências correntes obtidas                    | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Subsidios correntes obtidos - Outros entes publicos | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Subsidios correntes obtidos - de outras entidades   | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                  |
| Outros proveitos e ganhos operacionais              | 3.096.850,46          | 2.877.226,00           | 5.974.076,46          |
| Proveitos e ganhos financeiros                      | 56.534,21             | 0,00                   | 56.534,21             |
| Proveitos e ganhos extraordinários                  | 73.420,00             | 160.895,47             | 234.315,47            |
| <b>Total de proveitos do exercício</b>              | <b>186.724.371,32</b> | <b>23.253.054,74</b>   | <b>209.977.426,06</b> |
| <b>II - RECEITAS DO EXERCÍCIO</b>                   | <b>433.964.995,17</b> | <b>43.914.390,49</b>   | <b>477.879.385,66</b> |
| Correcções relativas a exercicios anteriores        | 421.740.189,99        | -335.038.888,31        | 86.701.301,68         |
| <b>III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES</b>          | <b>421.740.189,99</b> | <b>-335.038.888,31</b> | <b>86.701.301,68</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                  | <b>856.749.875,27</b> | <b>-291.124.497,82</b> | <b>565.625.377,45</b> |

### 11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

| Rubrica   | 2017                  |                       |                         |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
|   | Pagos                 | Em dívida             | Total                   |
| Adiantamentos de clientes                           | 605.538.017,93        | 115.491.829,31        | 721.029.847,24          |
| Adiantamentos a fornecedores                        | 6.659.977,58          | -19.875,22            | 6.640.102,36            |
| Empréstimos obtidos                                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Estado e outros entes públicos                      | 30.489.563,44         | 3.271.129,82          | 33.760.693,26           |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado         | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Adiantamentos ao pessoal                            | 125.057,73            | -322.580,79           | -197.523,06             |
| Sindicatos  | 137.291,85            | 10.840,92             | 148.132,77              |
| Regularização de dívidas por ordem Tesouro          | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Devedores e credores diversos                       | 856.377,54            | -19.608,34            | 836.769,20              |
| <b>Total da despesa de fundos alheios</b>           | <b>643.806.286,07</b> | <b>118.411.735,70</b> | <b>762.218.021,77</b>   |
| Custos Diferidos                                    | 0,00                  | 46.017,00             | 46.017,00               |
| Empréstimos concedidos (Concessão)                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Mercadorias   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Produtos farmacêuticos                              | -1.504.039,22         | 70.599.444,71         | 69.095.405,49           |
| Material de consumo clínico                         | 2.163.075,63          | 27.810.586,05         | 29.973.661,68           |
| Produtos alimentares                                | 632,19                | 24.979,11             | 25.611,30               |
| Material de consumo hoteleiro                       | 122.376,61            | 298.628,98            | 421.005,59              |
| Material de consumo administrativo                  | 222.501,03            | 182.132,75            | 404.633,78              |
| Material de manutenção e conservação                | 169.315,28            | 277.432,25            | 446.747,53              |
| Outro material de consumo                           | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| <b>Total da conta de compras</b>                    | <b>1.173.861,52</b>   | <b>99.193.203,85</b>  | <b>100.367.065,37</b>   |
| Investimentos financeiros                           | 46.730,60             | -4.004,78             | 42.725,82               |
| Imobilizações corpóreas                             | 1.339.496,42          | 1.244.580,14          | 2.584.076,56            |
| Imobilizações incorpóreas                           | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Imobilizações em curso                              | 374.140,73            | -2.322.698,55         | -1.948.557,82           |
| Bens de domínio público                             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| <b>Total da conta de imobilizações</b>              | <b>1.760.367,75</b>   | <b>-1.082.123,19</b>  | <b>678.244,56</b>       |
| Assistência ambulatoria                             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Meios complementares de diagnóstico                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Meios complementares de terapêutica                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Produtos vendidos por farmácias                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Internamentos                                       | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Transporte de doentes                               | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Aparelhos complementares de terapêutica             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Trabalhos executados no exterior                    | 1.144.313,99          | 6.388.733,43          | 7.533.047,42            |
| Outros subcontratos                                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| <b>Total da conta de subcontratos</b>               | <b>1.144.313,99</b>   | <b>6.388.733,43</b>   | <b>7.533.047,42</b>     |
| Fornecimentos e serviços de terceiros               | 14.479.864,85         | 6.054.525,87          | 20.534.390,72           |
| Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais      | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Remunerações dos órgãos directivos                  | 347.821,66            | -21.299,50            | 326.522,16              |
| Remunerações base do pessoal                        | 58.864.080,78         | -35.958,61            | 58.828.122,17           |
| Suplementos de remuneração                          | 15.070.052,92         | -1.295.578,92         | 13.774.474,00           |
| Prestações sociais directas                         | 82.335,23             | 0,00                  | 82.335,23               |
| Subsídio de férias e natal                          | 5.623.886,12          | -160.965,35           | 5.462.920,77            |
| Prémios de desempenho                               | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Pensões   | 136.491,45            | 0,00                  | 136.491,45              |
| Encargos s/ remunerações                            | 16.271.710,90         | 1.100.837,05          | 17.372.547,95           |
| Seg. acidentes trab./Doenç. profissionais           | 566.805,87            | -46.017,00            | 520.788,87              |
| Encargos sociais voluntários                        | 128.383,97            | 0,00                  | 128.383,97              |
| Outros custos com pessoal                           | 332.684,46            | 61.749,43             | 394.433,89              |
| <b>Total da conta de despesas com pessoal</b>       | <b>97.424.253,36</b>  | <b>-397.232,90</b>    | <b>97.027.020,46</b>    |
| Outros custos e perdas operacionais                 | 59.410,78             | 750,00                | 60.160,78               |
| Custos e perdas financeiras                         | 16.917,75             | 93.415,65             | 110.333,40              |
| Transferências de capital concedidas                | 12.561,47             | -12.561,47            | 0,00                    |
| Perdas em existências                               | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Perdas em imobilizações                             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    |
| Multas e penalidades                                | 1.136,13              | 67.531,14             | 68.667,27               |
| Outros custos e perdas extraordinárias              | 174,95                | 1.913,44              | 2.088,39                |
| <b>Total da conta custos/perdas extraordinárias</b> | <b>13.872,55</b>      | <b>56.883,11</b>      | <b>70.755,66</b>        |
| Imposto s/ rendimento exercício (PC)                | 678.682,06            | 0,00                  | 678.682,06              |
| <b>IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO</b>                   | <b>760.557.830,68</b> | <b>228.765.908,52</b> | <b>989.323.739,20</b>   |
| C.R.E.A. - Despesas com pessoal                     | 15.368.156,65         | -13.599.131,97        | 1.769.024,68            |
| C.R.E.A. - Outros                                   | 77.208.774,14         | 57.834.485,08         | 135.043.259,22          |
| <b>V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES</b>             | <b>92.576.930,79</b>  | <b>44.235.353,11</b>  | <b>136.812.283,90</b>   |
| Caixa   | 6.347,23              |                       | 6.347,23                |
| Depósitos   | 3.608.766,57          |                       | 3.608.766,57            |
| <b>VI - SALDO FINAL</b>                             | <b>3.615.113,80</b>   | <b>0,00</b>           | <b>3.615.113,80</b>     |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                  | <b>856.749.875,27</b> | <b>273.001.261,63</b> | <b>1.129.751.136,90</b> |

○ Contabilista Certificado

○ Conselho de Administração

## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

| Rubrica   | 2017                  |                       |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Orçamentado           | Emitido               | Cobrados              |
| <b>Vendas e Prestações de Serviços</b>                      |                       |                       |                       |
| Vendas  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Prestações de serviços SNS Contrato Programa</b>         |                       |                       |                       |
| Internamento  | 67.621.118,35         | 66.550.328,92         | 0,00                  |
| Consulta  | 31.359.737,76         | 30.927.343,00         | -62,00                |
| Urgência/SAP  | 13.653.400,00         | 13.973.000,00         | 169.099.892,68        |
| Quartos particulares  | 18.545.468,95         | 18.790.911,61         | 0,00                  |
| Hospital de dia   | 1.073.542,91          | 1.195.194,00          | 0,00                  |
| <b>Meios complementares diagnóstico e terapêutica</b>       |                       |                       |                       |
| De diagnóstico  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| De terapêutica  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Taxas moderadoras   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Outras prestações de serviço de saúde                       | 46.094.498,25         | 59.455.573,95         | 0,00                  |
| <b>Prestações de serviços Outras Entidades Responsáveis</b> |                       |                       |                       |
| Internamento  | 1.963.528,91          | 1.189.473,45          | 9.068.819,09          |
| Consulta  | 32.541,14             | 138.259,70            | 26.371,42             |
| Urgência/SAP  | 954.172,99            | 863.502,03            | 387.689,07            |
| Quartos particulares  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Hospital de dia   | 0,00                  | 230.984,60            | 401.391,60            |
| <b>Meios complementares diagnóstico e terapêutica</b>       |                       |                       |                       |
| De diagnóstico  | 1.275.810,07          | 1.389.648,16          | 346.272,30            |
| De terapêutica  | 5.288.284,08          | 3.890.157,59          | 219.058,35            |
| Taxas moderadoras   | 4.242.241,23          | 2.930.625,51          | 2.657.907,70          |
| Outras prestações de serviço de saúde                       | 534.467,27            | 724.723,61            | 148.330,21            |
| Outras prestações de serviços                               | 0,00                  | 11.327,43             | 6.010,00              |
| <b>Total da conta 712</b>                                   | <b>192.638.811,91</b> | <b>202.261.053,56</b> | <b>182.361.680,42</b> |
| Impostos e taxas  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Proveitos suplementares                                     | 1.897.808,67          | 1.478.871,72          | 1.130.568,80          |
| <b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>         |                       |                       |                       |
| Transferências do tesouro                                   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Transferências correntes obtidas</b>                     |                       |                       |                       |
| Da ACSS   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Do PIDDAC   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.                      | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Outras Transferências correntes obtidas                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos         | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Subsídios correntes obtidos - de outras entidades           | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Total da conta 74</b>                                    | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           |
| Trabalhos para a própria entidade                           | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>               |                       |                       |                       |
| Reembolsos  | 3.734.097,78          | 5.596.550,74          | 2.763.396,11          |
| Produtos de fabricação interna                              | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Não especificados alheios ao valor acrescentado             | 699,43                | 0,00                  | 0,00                  |
| Outros  | 366.435,10            | 377.525,72            | 333.454,35            |
| <b>Total da conta 76</b>                                    | <b>4.101.232,31</b>   | <b>5.974.076,46</b>   | <b>3.096.850,46</b>   |
| Proveitos e ganhos financeiros                              | 33.881,26             | 56.534,21             | 56.534,21             |
| Proveitos e ganhos extraordinários                          | 1.500.000,00          | 1.830.923,07          | 421.813.609,99        |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>200.171.734,15</b> | <b>211.601.459,02</b> | <b>608.459.243,88</b> |

## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

| Rubrica   | 2017                 |                      |                      |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | Orçamentado          | Proc. Aquisição      | Enc. Assumidos       | Processadas          | Pagas                |
| <b>Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.</b>          |                      |                      |                      |                      |                      |
| Mercadorias                                     | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Produtos Farmacêuticos                          | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 56.269.093,84        | 0,00                 |
| Material de Consumo Clínico                     | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 29.981.955,96        | 0,00                 |
| Produtos Alimentares                            | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 25.638,15            | 0,00                 |
| Material Consumo Hoteleiro                      | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 415.230,83           | 0,00                 |
| Material de Consumo Administrativo              | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 399.575,68           | 0,00                 |
| Material de Manutenção/Conservação              | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 445.226,43           | 0,00                 |
| Outro Material Consumo                          | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>Total da conta 61</b>                        | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>87.536.720,89</b> | <b>0,00</b>          |
| <b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>        |                      |                      |                      |                      |                      |
| <b>Subcontratos</b>                             |                      |                      |                      |                      |                      |
| <b>Trabalhos executados exterior</b>            |                      |                      |                      |                      |                      |
| <b>Em entidades Ministério Saúde</b>            |                      |                      |                      |                      |                      |
| Assistência ambulatória                         | 159,43               | 1.491,80             | 1.491,80             | 1.587,90             | 0,00                 |
| Meios Complementares diagnóstico                | 640.762,94           | 454.145,57           | 454.145,57           | 530.281,95           | 17.869,01            |
| Meios Complementares terapêutica                | 1.790.925,03         | 1.823.872,50         | 1.817.408,30         | 2.058.468,30         | 405.476,60           |
| Prescrição de medicamentos                      | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Intern, serv. enf, part./T. doentes             | 0,00                 | 35.918,89            | 35.918,89            | 35.918,89            | 0,00                 |
| Outros  | 207.752,59           | 230.804,56           | 151.134,99           | 988.873,58           | 0,00                 |
| <b>Total da conta 62181</b>                     | <b>2.639.599,99</b>  | <b>2.546.233,32</b>  | <b>2.460.099,55</b>  | <b>3.615.130,62</b>  | <b>423.345,61</b>    |
| <b>Em outras entidades</b>                      |                      |                      |                      |                      |                      |
| Assistência ambulatória                         | 286.961,62           | 276.230,86           | 250.035,07           | 246.583,62           | 24.724,87            |
| Meios Complementares diagnóstico                | 774.802,45           | 1.595.624,36         | 1.325.361,43         | 1.379.656,27         | 93.312,74            |
| Meios Complementares terapêutica                | 11.094,86            | 63.205,15            | 63.205,15            | 65.669,15            | 0,00                 |
| Prescrição de medicamentos                      | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Intern, serv. enf, part./T. doentes             | 1.462.977,02         | 1.881.223,81         | 1.882.524,23         | 2.226.007,76         | 602.930,77           |
| Aparelhos Complem. Terapêutica                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Assistência no estrangeiro                      | 11.735,02            | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Termalismo social                               | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Outros  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>Total da conta 62189</b>                     | <b>2.547.570,97</b>  | <b>3.816.284,18</b>  | <b>3.521.125,88</b>  | <b>3.917.916,80</b>  | <b>720.968,38</b>    |
| <b>TOTAL DA CONTA 6218</b>                      | <b>5.187.170,96</b>  | <b>6.362.517,50</b>  | <b>5.981.225,43</b>  | <b>7.533.047,42</b>  | <b>1.144.313,99</b>  |
| Outros subcontratos                             | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>Fornecimentos e Serviços</b>                 |                      |                      |                      |                      |                      |
| Fornecimentos e Serviços I                      | 5.921.068,16         | 5.371.196,20         | 4.495.612,82         | 4.693.558,63         | 3.731.238,01         |
| Fornecimentos e Serviços II                     | 696.113,59           | 777.786,98           | 776.649,83           | 715.898,93           | 661.738,66           |
| Fornecimentos e Serviços III                    | 12.926.665,88        | 17.562.228,86        | 15.787.340,89        | 15.008.826,52        | 10.020.869,27        |
| Outros Fornecimentos e Serviços                 | 71.735,62            | 145.828,39           | 136.980,52           | 116.106,64           | 66.018,91            |
| <b>Total da conta 622</b>                       | <b>19.615.583,25</b> | <b>23.857.040,43</b> | <b>21.196.584,06</b> | <b>20.534.390,72</b> | <b>14.479.864,85</b> |
| <b>Total da Conta 62</b>                        | <b>24.802.754,21</b> | <b>30.219.557,93</b> | <b>27.177.809,49</b> | <b>28.067.438,14</b> | <b>15.624.178,84</b> |
| Transferências correntes conced./Prest. sociais | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |

## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

| Rubrica                                 | 2017                  |                       |                       |                       |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Orçamentado           | Proc. Aquisição       | Enc. Assumidos        | Processadas           | Pagas                 |
| <b>Despesas com Pessoal</b>             |                       |                       |                       |                       |                       |
| <b>Remunerações órgãos directivos</b>   |                       |                       |                       |                       |                       |
| Remunerações base                       | 258.113,50            | 347.821,66            | 347.821,66            | 363.759,13            | 347.821,66            |
| Subsidio de férias e natal              | 38.220,84             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Suplementos de remunerações             | 86.489,82             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Prestações sociais directas             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Outras remunerações                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| <b>Total da conta 641</b>               | <b>382.824,16</b>     | <b>347.821,66</b>     | <b>347.821,66</b>     | <b>363.759,13</b>     | <b>347.821,66</b>     |
| <b>Remunerações base do pessoal</b>     |                       |                       |                       |                       |                       |
| RCTFP por tempo indeterminado           | 26.457.425,95         | 24.090.102,21         | 24.090.102,21         | 26.292.761,37         | 24.090.102,21         |
| Pessoal c/ contrato a termo resolutivo  | 9.160.455,57          | 7.390.759,97          | 7.390.759,97          | 8.076.709,36          | 7.390.759,97          |
| Pessoal Reg cont ind trabalho           | 28.537.121,13         | 32.062.951,94         | 26.607.210,94         | 29.166.009,83         | 26.607.210,94         |
| Pessoal em qualquer outra situação      | 804.028,06            | 776.007,66            | 776.007,66            | 839.543,92            | 776.007,66            |
| <b>Total da conta 6421</b>              | <b>64.959.030,71</b>  | <b>64.319.821,78</b>  | <b>58.864.080,78</b>  | <b>64.375.024,48</b>  | <b>58.864.080,78</b>  |
| <b>Suplementos de remuneração</b>       |                       |                       |                       |                       |                       |
| Horas extraordinárias                   | 4.060.686,40          | 4.463.857,08          | 4.463.857,08          | 4.463.857,08          | 4.463.857,08          |
| Prevenções                              | 970.289,53            | 1.262.588,57          | 1.262.588,57          | 1.262.588,57          | 1.262.588,57          |
| Noites e Suplementos                    | 5.499.841,64          | 4.365.679,71          | 4.365.679,71          | 3.050.404,28          | 4.365.679,71          |
| Subsidio de turno                       | 0,00                  | -405.656,37           | -405.656,37           | 0,00                  | -405.656,37           |
| Abono para falhas                       | 1.999,29              | 1.899,72              | 1.899,72              | 1.899,72              | 1.899,72              |
| Subsidio de refeição                    | 3.568.959,84          | 3.699.324,04          | 3.699.324,04          | 3.699.324,04          | 3.699.324,04          |
| Ajudas de custo                         | 6.471,64              | 7.489,89              | 7.489,89              | 7.489,89              | 7.489,89              |
| Vestuário, artig pes, alim e alojamento | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| SIGIC                                   | 0,00                  | 928.652,35            | 928.652,35            | 870.581,85            | 928.652,35            |
| Outros suplementos                      | 1.134.914,37          | 746.217,93            | 746.217,93            | 418.328,57            | 746.217,93            |
| <b>Total da conta 6422</b>              | <b>15.243.162,71</b>  | <b>15.070.052,92</b>  | <b>15.070.052,92</b>  | <b>13.774.474,00</b>  | <b>15.070.052,92</b>  |
| Prestações sociais diversas             | 76.701,15             | 82.335,23             | 82.335,23             | 82.335,23             | 82.335,23             |
| Subsidio de férias e natal              | 11.383.940,64         | 5.623.886,12          | 5.623.886,12          | 11.205.506,70         | 5.623.886,12          |
| Pensões                                 | 101.227,26            | 136.491,45            | 136.491,45            | 136.491,45            | 136.491,45            |
| Encargos s/ remunerações                | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 20.217.585,41         | 0,00                  |
| Seg acidentes trab/Doenç profissionais  | 461.915,98            | 569.972,61            | 569.620,75            | 520.788,87            | 566.805,87            |
| Encargos sociais voluntários            | 103.755,67            | 128.383,97            | 128.383,97            | 128.383,97            | 128.383,97            |
| Outros custos com pessoal               | 187.212,47            | 395.112,66            | 394.774,69            | 394.433,89            | 332.684,46            |
| <b>Total da Conta 64</b>                | <b>92.899.770,75</b>  | <b>86.673.878,40</b>  | <b>81.217.447,57</b>  | <b>111.198.783,13</b> | <b>81.152.542,46</b>  |
| Outros custos operacionais              | 5.601,65              | 61.352,52             | 61.352,52             | 60.160,78             | 59.410,78             |
| Amortizações do exercicio               | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 6.578.109,96          | 0,00                  |
| Provisões do exercicio                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 251.679,04            | 0,00                  |
| Custos e perdas financeiras             | 19.807,59             | 20.879,50             | 20.819,37             | 110.333,40            | 16.917,75             |
| <b>Custos e perdas extraordinárias</b>  |                       |                       |                       |                       |                       |
| Donativos                               | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |
| Dividas incobráveis                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 90.115,43             | 0,00                  |
| Perdas em existências                   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 28.830,15             | 0,00                  |
| Perdas em immobilizações                | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 7.671,01              | 0,00                  |
| Multas e penalidades                    | 2.000,00              | 1.136,13              | 1.136,13              | 68.667,27             | 1.136,13              |
| Aumentos de amortizações e provisões    | 0,00                  | 0,00                  | 1.136,13              | 0,00                  | 0,00                  |
| Correcções relativas a anos anteriores  | 2.748.000,00          | 2.020.725,75          | 1.179.337,11          | 3.356.259,91          | 92.589.492,26         |
| Outros custos e perdas extraordinárias  | 0,00                  | 174,95                | 174,95                | 2.088,39              | 174,95                |
| <b>Total da conta 69</b>                | <b>2.750.000,00</b>   | <b>2.022.036,83</b>   | <b>1.181.784,32</b>   | <b>3.553.632,16</b>   | <b>92.590.803,34</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                      | <b>120.477.934,20</b> | <b>118.997.705,18</b> | <b>109.659.213,27</b> | <b>237.356.857,50</b> | <b>189.443.853,17</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

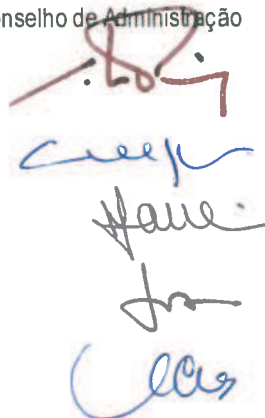
(euros)

| Rubrica                            | 2017                 |                       |                       |                       |                     |
|------------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
|                                    | Orçamentado          | Proc. Aquisição       | Enc. Assumidos        | Processadas           | Pagas/Cobradas      |
| <b>Compras</b>                     |                      |                       |                       |                       |                     |
| Mercadorias                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  |                     |
| <b>Produtos Farmacêuticos</b>      |                      |                       |                       |                       |                     |
| Medicamentos                       | 56.222.727,60        | 83.018.425,28         | 66.025.983,87         | 64.733.150,22         | -1.619.928,99       |
| Reagentes e prod diag. Rápido      | 0,00                 | 4.685.326,65          | 4.407.144,57          | 4.377.401,81          | 110.485,15          |
| Outros produtos farmacêuticos      | 0,00                 | 0,01                  | 29.339,64             | 28.404,49             | 5.404,62            |
| Material de Consumo Clínico        | 26.048.173,80        | 32.851.520,79         | 30.316.667,91         | 29.973.661,68         | 2.163.075,63        |
| Produtos Alimentares               | 23.368,18            | 30.873,89             | 25.767,55             | 25.611,30             | 632,19              |
| Material Consumo Hoteleiro         | 507.474,53           | 434.444,26            | 428.891,71            | 421.005,59            | 122.376,61          |
| Material de Consumo Administrativo | 359.186,78           | 410.455,89            | 407.820,57            | 404.633,78            | 222.501,03          |
| Material de Manutenção/Conservação | 409.968,68           | 472.947,35            | 459.591,31            | 446.747,53            | 169.315,28          |
| Outro Material Consumo             | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                |
| <b>Total das Compras</b>           | <b>83.570.899,57</b> | <b>121.903.994,12</b> | <b>102.101.207,13</b> | <b>100.410.616,40</b> | <b>1.173.861,52</b> |
| DEVOLUÇÃO DE COMPRAS               | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                |
| DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS       | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 43.551,03             | 0,00                |
| <b>TOTAL GERAL</b>                 | <b>83.570.899,57</b> | <b>121.903.994,12</b> | <b>102.101.207,13</b> | <b>100.367.065,37</b> | <b>1.173.861,52</b> |

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

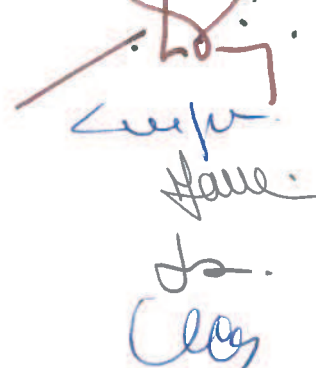
(euros)

| Rubrica   | 2017                |                     |                     |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|   | Orçamentado         | Proc. Aquisição     | Enc. Assumidos      | Processadas         | Pagas               |
| <b>Imobilizações Corpóreas</b>                  |                     |                     |                     |                     |                     |
| Terrenos e recursos naturais                    | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| Edifícios e outras construções                  | 0,00                | 115.336,56          | 103.042,71          | 2.532.820,33        | 11.961,75           |
| <b>Equipamento Básico</b>                       |                     |                     |                     |                     |                     |
| Médico-Cirurgico                                | 970.000,00          | 938.901,11          | 908.528,32          | -317.641,86         | 164.283,33          |
| de Imagiologia                                  | 0,00                | 1.219.112,12        | 1.219.112,12        | -288.905,14         | 609.895,50          |
| de Laboratório                                  | 0,00                | 87.265,34           | 197.426,22          | 63.032,85           | 23.601,08           |
| Mobiliário Hospitalar                           | 0,00                | 184.768,53          | 158.893,04          | 104.147,54          | 34.802,85           |
| Desinfecção e esterilização                     | 0,00                | 30.543,53           | 30.543,53           | 14.651,39           | 1.039,35            |
| de Hotelaria                                    | 0,00                | 319.971,65          | 313.653,09          | 199.525,71          | 72.060,29           |
| Outro   | 0,00                | 206.665,71          | 116.654,92          | 156.000,86          | 8.620,94            |
| <b>Total da conta 423</b>                       | <b>970.000,00</b>   | <b>2.987.227,99</b> | <b>2.944.811,24</b> | <b>-69.188,65</b>   | <b>914.303,34</b>   |
| Equipamento de transporte                       | 50.000,06           | 0,00                | 0,00                | 6.725,27            | 0,00                |
| Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido     | 30.000,00           | 1.911,41            | 1.911,41            | 1.139,18            | 439,11              |
| <b>Equipamento Administrativo e Informático</b> |                     |                     |                     |                     |                     |
| Equipamento Administrativo                      | 150.000,00          | 44.896,67           | 48.786,32           | -124.487,40         | 8.743,94            |
| Equipamento Informático                         | 300.000,00          | 540.677,30          | 525.513,98          | 244.738,83          | 404.048,28          |
| <b>Total da conta 426</b>                       | <b>450.000,00</b>   | <b>585.573,97</b>   | <b>574.300,30</b>   | <b>120.251,43</b>   | <b>412.792,22</b>   |
| Taras e Vasilhame                               | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| Outras  | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| <b>Total Imobilizações Corpóreas</b>            | <b>1.500.000,06</b> | <b>3.690.049,93</b> | <b>3.624.065,66</b> | <b>2.591.747,56</b> | <b>1.339.496,42</b> |
| <b>Imobilizações Incorpóreas</b>                |                     |                     |                     |                     |                     |
| Imobilizações Incorpóreas                       | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| <b>Imobilizações Em Curso</b>                   |                     |                     |                     |                     |                     |
| Imobilizações em curso                          | 500.000,00          | 884.243,76          | 829.496,46          | -1.948.557,82       | 374.140,73          |
| <b>Bens de Domínio Público</b>                  |                     |                     |                     |                     |                     |
| Bens de domínio público                         | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| <b>TOTAL GERAL</b>                              | <b>2.000.000,06</b> | <b>4.574.293,69</b> | <b>4.453.562,12</b> | <b>643.189,75</b>   | <b>1.713.637,15</b> |

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



# 12 ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## 12.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

### 12.1.1. IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO) é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

### 12.1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

### 12.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

### 12.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS).

### 12.1.5. RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2017-2019 são compostos pelos seguintes elementos:

#### Conselho de Administração

|  |                 |
|--|-----------------|
| Rita Perez Fernandez da Silva                        | Presidente      |
| Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva | Vogal Executivo |
| Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira    | Vogal Executivo |
| José Manuel Fernandes Correia                        | Vogal Executivo |
| Fernanda Maria da Rosa                               | Vogal Executivo |

## Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2014-2016:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente, Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

## Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de dezembro de 2017, estavam ao serviço do CHLO 3.951 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

| Grupo de Pessoal                            | Total        |
|---|--------------|
| Conselho de Administração                   | 5            |
| Dirigentes                                  | 18           |
| Pessoal com Contrato Individual de Trabalho | 2.124        |
| Pessoal com Vínculo à Função Pública        | 1.755        |
| Pessoal em Regime de Prestação de Serviços  | 49           |
| <b>Total</b>                                | <b>3.951</b> |

Em 31 de dezembro de 2016 estavam ao serviço do CHLO, 3.914 colaboradores.

### 12.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

#### a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

#### b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

#### **c) Organização do arquivo dos documentos de suporte**

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por “pagos” e “cobrados”, por número sequencial de caixa e por “Faturas em Aberto por Cliente” e “Faturas em Aberto por Fornecedor”. Existe ainda o arquivo relativo ao diário de “Operações Diversas”.

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

#### **d) Sistemas informáticos utilizados**

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI;
- Faturação – Sonho da ACSS;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAP da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.
- Gestão de Transporte de Doentes – da SPMS.

#### **e) Demonstrações financeiras Intercalares**

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS.

#### **f) Descentralização contabilística**

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 12.1.1., pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

## **12.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **12.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA**

#### **Base de preparação das contas**

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de

Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

De acordo com a circular informática da ACSS n.º25/2012/UOC, de 30 de Outubro, as entidades públicas empresariais integradas no Sistema Nacional de Saúde devem elaborar e apresentar as suas contas a partir do exercício de 2014 de acordo com o novo referencial contabilístico- Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Esta orientação da ACSS foi reforçada pelo despacho n.º 1507/2014, de 16 de Janeiro, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que determina o início da obrigatoriedade de aplicação do SNC nas entidades públicas empresariais da área da saúde, com a apresentação de contas do exercício de 2014.

Na sequência do Despacho n.º 3016-A/2015, de 23 de Março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que estabelece a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015, as demonstrações financeiras de 2014 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

Na sequência do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, estabelece também a prorrogação do prazo para implementação do normativo para 01 de Janeiro de 2017, com excepção das entidades piloto, da qual não faz parte o CHLO.

O Decreto-Lei nº 85/2016 de 21 de Dezembro, procede igualmente à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, com vista a estabelecer o dia 1 de Janeiro de 2018 como a data de produção de efeitos, a Portaria nº 128/2017 vem estabelecer um plano de acção para disseminação e implementação do SNC-AP durante o ano de 2017 por todas as entidades que integram as administrações públicas.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

## 12.2.2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

## 12.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

### 12.2.3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

#### **a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transfendo da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

#### **b) Existências**

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

### ***c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa***

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2017. Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, consequentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que "devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006". Acrescenta-se que no ano de 2015 o Governo Português e o Governo da Região Autónoma da Madeira chegaram a um entendimento, no qual resultou a resolução da dívida até 31/08/2015 com um perdão parcial da dívida por parte do CHLO.

No decorrente ano, por Despacho nº 9075/2016 do XXI Governo Constitucional, foi criado na dependência do Ministro da Saúde, um Grupo de Trabalho Conjunto para regularização de dívidas entre os Governos Regionais e o Governo da República.

A Lei 7-A/2016 de 30 de Março aprova o OE2016, e define no artigo nº111 que os utentes dos serviços regionais de saúde (SRS) das regiões autónomas têm direito aos cuidados de saúde prestados pelas instituições do SNS nas mesmas condições dos utentes deste serviço e estes têm direito à prestação de cuidados de saúde pelas instituições do SRS nas mesmas condições dos respectivos utentes.

#### ***d) Provisão para outros riscos e encargos***

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

#### ***e) Provisão para existências***

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

#### ***f) Locação financeira***

No ano de 2017 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

#### ***g) Especialização dos exercícios***

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alíneas j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;

- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

#### ***h) Subsídios ao investimento***

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

#### ***i) Pensões de reforma***

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

#### ***j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos***

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

#### ***k) Imposto sobre o rendimento (IRC)***

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC e para prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos. Este prazo é aplicável a qualquer entidade, independentemente de esta exercer, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de Janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de Janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70 % do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 31 de Dezembro de 2017, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 29.254.087,18 euros.

| Exercicio    | Prejuízo fiscal dedutível | Ano Limite Utilização |
|--------------|---------------------------|-----------------------|
| 2014         | 1.540.187,16              | 2026                  |
| 2015         | 5.331.805,82              | 2027                  |
| 2017         | 22.382.094,20             | 2022                  |
| <b>Total</b> | <b>29.254.087,18</b>      |                       |

Em 2017, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística nº. 28.

### 12.2.3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

#### a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

| Rúbricas                       | % Anual        |
|--------------------------------|----------------|
| Edifícios e Outras construções | 2% a 10%       |
| Equipamento básico             | 12,5% a 33,33% |
| Equipamento transporte         | 14,28% a 25%   |
| Ferramentas e utensílios       | 14,28% a 25%   |
| Equipamento administrativo     | 10% a 33,33%   |
| Outras imobilizações corporéas | 12,5% a 25%    |

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

## **b) Provisões**

Foram constituídas as seguintes provisões:

### **• Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 5.839.413,52 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

### **• Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reduzida em 94.924,45 euros a provisão para processos judiciais em curso.

A actualização da expectativa foi reduzida em 219.572,75 euros para fazer face à possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de maio.

A partir de 01 de janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2017 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 136.491,45 euros.

### **c) Impostos**

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2014 a 2017 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

#### **12.2.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de dezembro.

#### **12.2.6. IMOBILIZADO INCORPÓREO**

No imobilizado incorpóreo a conta de "Despesas de instalação" expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

## 12.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES.

### Ativo Imobilizado

| Rubricas                          | Saldo Inicial         | Aumentos            | Alien.      | Regular.    | Transf/Abates       | Saldo Final           |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|-----------------------|
| <b>Imobilizações Incorpóreas</b>  |                       |                     |             |             |                     |                       |
| Despesas de Instalação            | 541 854,87            | 0,00                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 541 854,87            |
| Desp. Investigação Desenvolvido   | 607 033,17            | 0,00                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 607 033,17            |
| <b>Sub-total</b>                  | <b>1.148.888,04</b>   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>1.148.888,04</b>   |
| <b>Imobilizações Corpóreas</b>    |                       |                     |             |             |                     |                       |
| Edifícios e outras construções    | 96 794 572,27         | 91 982,55           | 0,00        | 0,00        | -2 440 837,78       | 99 327 392,60         |
| Equipamentos básicos              | 61 138 461,13         | 2 237 370,78        | 0,00        | 0,00        | 2 306 559,43        | 61 069 272,48         |
| Equipamentos Transporte           | 2 218 341,44          | 0,00                | 0,00        | 0,00        | 6 725,27            | 2 225 066,71          |
| Ferramentas e utensílios          | 560 294,61            | 1 911,41            | 0,00        | 0,00        | 772,22              | 561 433,80            |
| Equipal/o administ. e informático | 16 694 141,79         | 572 360,89          | 0,00        | 0,00        | 452 109,46          | 16 814 393,22         |
| Outras Imobilizações corpóreas    | 161 199,55            | 0,00                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 161 199,55            |
| Imob. curso de imob. corpóreas    | 3 723 471,47          | 839 038,46          | 0,00        | 0,00        | 2 787 596,28        | 1 774 913,65          |
| <b>Sub-total</b>                  | <b>181.290.482,26</b> | <b>3.742.664,09</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>3.099.474,34</b> | <b>181.933.672,01</b> |

Relativamente ao activo imobilizado corpóreo salientamos o investimento em equipamento básico, nomeadamente no equipamento médico-cirúrgico em 0,9 milhões de euros, no equipamento de imagiologia 0,6 milhões de euros, mobiliários hospitalares 0,2 milhões de euros e no equipamento hoteleiro 0,3 milhões de euros. É também de salientar o investimento em curso que corresponde a grandes obras de manutenção e melhoramento das alas hospitalares dos três hospitais.

### Amortizações Acumuladas

| Rubricas                          | Saldo Inicial         | Reforços            | Regularizações      | Saldo Final           |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| <b>Imobilizações Incorpóreas</b>  |                       |                     |                     |                       |
| Despesas de Instalação            | 541 854,87            | 0,00                | 0,00                | 541 854,87            |
| Desp. Investigação Desenvolvido   | 607 033,17            | 0,00                | 0,00                | 607 033,17            |
| <b>Sub-total</b>                  | <b>1.148.888,04</b>   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         | <b>1.148.888,04</b>   |
| <b>Imobilizações Corpóreas</b>    |                       |                     |                     |                       |
| Edifícios e outras construções    | 52 436 800,02         | 4 137 841,62        | 0,00                | 56 574 641,64         |
| Equipamentos básicos              | 54 869 317,75         | 1 785 225,20        | 2 361 769,98        | 54 292 772,97         |
| Equipamentos Transporte           | 2 118 627,61          | 26 035,66           | 0,00                | 2 144 663,27          |
| Ferramentas e utensílios          | 560 294,61            | 1 911,41            | 772,22              | 561 433,80            |
| Equipal/o administ. e informático | 15 918 740,31         | 627 096,07          | 736 363,72          | 15 809 472,66         |
| Outras Imobilizações corpóreas    | 161 199,55            | 0,00                | 0,00                | 161 199,55            |
| <b>Sub-total</b>                  | <b>126.064.979,85</b> | <b>6.578.109,96</b> | <b>3.098.905,92</b> | <b>129.544.183,89</b> |

## 12.2.10. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos

respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 12.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

| Designação Hospital          | Valor da Reserva     |
|------------------------------|----------------------|
| Hospital de Egas Moniz       | 8.234.289,96         |
| Hospital S. Francisco Xavier | 3.209.123,71         |
| Hospital Santa Cruz          | -1.410.301,28        |
| <b>Total</b>                 | <b>10.033.112,39</b> |

### 12.2.23. DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

| Rubricas                                    | Saldo Inicial       | Aumentos          | Reduções          | Saldo Final         |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 218111 A D S E                              | 0,00                | 0,00              | 0,00              | 0,00                |
| 218112 Forças Armadas                       | 0,00                | 0,00              | 0,00              | 0,00                |
| 218114 S A M S                              | 2.066,35            | 0,00              | 0,00              | 2.066,35            |
| 218115 I O S C T T - A C S Portugal Telecom | 97.745,72           | 0,00              | 0,00              | 97.745,72           |
| 218116 Serviços Socias                      | 44.855,32           | 37.030,54         | 0,00              | 81.885,86           |
| 218119 Outros Subsistemas                   | 10.419,40           | 0,00              | 629,40            | 9.790,00            |
| 21813 Companhias de Seguros                 | 704.764,57          | 0,00              | 2.636,72          | 702.127,85          |
| 21819 Outros Clientes                       | 1.151.263,28        | 0,00              | 115.870,19        | 1.035.393,09        |
| 2183 Uíentes, c/c                           | 2.810.051,45        | 0,00              | 8.948,25          | 2.801.103,20        |
| 2189 Outros clientes                        | 1.336.284,59        | 91.088,07         | 0,00              | 1.427.372,66        |
| <b>Total</b>                                | <b>6.157.450,68</b> | <b>128.118,61</b> | <b>128.084,56</b> | <b>6.157.484,73</b> |

Verificou-se no total das dívidas de terceiros, em termos líquidos um aumento insignificante no montante de 34,50 euros.

### 12.2.24. DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal era o seguinte:

| Rúbricas                                 | 2017                 | 2016                 |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Dívidas Activas</b>                   |                      |                      |
| Reposições de Vencimento                 | 107.722,89           | 260.806,36           |
| <b>Sub-total</b>                         | <b>107.722,89</b>    | <b>260.806,36</b>    |
| <b>Dívidas Passivas</b>                  |                      |                      |
| Remunerações a Pagar                     | 0,00                 | 0,00                 |
| Despesas de Saúde                        | 0,00                 | 174.393,93           |
| Férias e Subsídios de Férias             | 11.129.801,25        | 10.663.810,46        |
| Encargos c/ Férias e Subsídios de Férias | 2.657.252,49         | 2.688.279,68         |
| Horas Extraordinárias e outros Abonos    | 1.389.902,48         | 1.389.902,48         |
| <b>Sub-total</b>                         | <b>15.176.956,22</b> | <b>14.916.386,55</b> |

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2018 referente a custos incorridos no ano corrente.

#### 12.2.26. DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

#### 12.2.28. GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.603,89 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

#### 12.2.31. MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

| Rubricas                             | Saldo Inicial        | Aumentos          | Reduções         | Saldo Final          |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|----------------------|
| Provisões p/ aplicações Tesouraria   |                      |                   |                  |                      |
| Provisões p/ cobrança duvidosa       | 5.899.275,37         | 0,00              | 59.861,85        | 5.839.413,52         |
| Provisões p/ riscos encargos         | 6.314.235,88         | 124.648,30        | 0,00             | 6.438.884,18         |
| Provisões p/ depreciação existências | 17.827,90            | 32.106,29         | 0,00             | 49.934,19            |
| <b>Total</b>                         | <b>12.231.339,15</b> | <b>156.754,59</b> | <b>59.861,85</b> | <b>12.328.231,89</b> |

As provisões para riscos e encargos já estão mencionadas na nota 12.2.3.2 b)

## 12.2.32. VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

|     | Rubricas                       | Saldo Inicial        | Aumentos/Reduções     | Transferencias | Saldo Final           |
|-----|--------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| 51  | Capital                        | 133.293.333,33       | 22.806.666,67         | 0,00           | 156.100.000,00        |
| 571 | Reservas Legais                | 1.163.149,34         | 0,00                  | 107.832,32     | 1.270.981,66          |
| 572 | Reservas Estatutárias          | 58.831,59            | 0,00                  | 0,00           | 58.831,59             |
| 574 | Reservas Livres                | 12.774.118,72        | 0,00                  | 0,00           | 12.774.118,72         |
| 576 | Doações                        | 2.201.465,20         | 61.576,95             | 0,00           | 2.263.042,15          |
| 577 | Reservas dec. Transf. Activo   | 29.701.398,46        | 0,00                  | 0,00           | 29.701.398,46         |
| 59  | Resultados Transitados         | -184.502.284,71      | -39.851.473,03        | 2.048.814,01   | -222.304.943,73       |
| 88  | Resultado Líquido do Exercício | 2.156.646,33         | -25.786.568,58        | -2.156.646,33  | -25.786.568,58        |
|     | <b>Total</b>                   | <b>-3.153.341,74</b> | <b>-42.769.797,99</b> | <b>0,00</b>    | <b>-45.923.139,73</b> |

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de dezembro em 126.860.000,00. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho nº 3016-B/2015 de 24 de março de 2015, em 6.433.333,33 euros e pelo aumento capital registado em 2017 e realizado em 05/01/2018 em conformidade com o despacho nº 1265/2017, no montante de 22.806.666,67 euros, perfaz assim actualmente 156.100.000,00 euros.

O montante de 107.832,32 euros, na rubrica reservas legais pela aplicação dos resultados líquido de 2016.

O montante de 61.576,95 euros, na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A redução da rubrica de resultados transitados decorre essencialmente de:

- i) Aplicação dos resultados líquidos de 2016, no montante de 2.048.814,01 euros;
- ii) Pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, no montante de 1.125.438,93 euros, de acordo com o estipulado no Dec. Lei nº 62/79;
- iii) Acertos de Contratos Programa, nomeadamente, fecho do Contrato Programa de 2012, penalidade prevista sobre o Contrato Programa de 2014 e pelo incentivo previsto do Contrato Programa de 2013, no montante de 7.825.552,06 euros;
- iv) Pela aplicação do Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS em que determina à Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) por S.E., a Secretária de Estado da Saúde, que procedesse à emissão de instruções dirigidas às entidades do Sector Empresarial do Estado (Hospitais e ULS) com quais mantém fluxos financeiros directos neste âmbito, visando a eliminação das diferenças contabilizadas entre as entidades e a ACSS relativamente aos Contratos Programas até ao ano de 2016, assim fruto do ajustamento nas rubricas de Adiantamentos da ACSS e Acréscimos Proveitos – ACSS, o montante de 29.923.595,63 euros.

- v) Regularização das Reposição de Vencimentos, Adiantamentos de Fornecedores e Adiantamentos da ACSS, no montante de 867.578,90 euros;
- vi) Regularizações de acréscimos de custos e proveitos de anos anteriores no montante de 109.307,51 euros;

### 12.2.33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

| Códigos Contas | Movimentos                   | Mercadorias | Matérias Primas, Subs. e Consumo |
|----------------|------------------------------|-------------|----------------------------------|
| 36             | Existências iniciais         | 0,00        | 12.080.293,92                    |
| 31             | Compras                      | 0,00        | 86.577.606,88                    |
| 793 + 693      | Regularização de existências | 0,00        | -27.192,44                       |
| 36             | Existências finais           | 0,00        | 11.093.987,47                    |
| 61             | Custos no exercício          | 0,00        | 87.536.720,89                    |

### 12.2.35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

### 12.2.37. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras respeitam, essencialmente, ao pagamento de serviços bancários e juros de mora.

| Custos e Perdas |   | Exercícios       |                  |
|-----------------|---|------------------|------------------|
| Cod             | Designação                                | 2017             | 2016             |
| 681             | Juros Suportados                          | 90.365,49        | 4.361,90         |
| 683             | Amortizações investimentos em imóveis     | 0,00             | 0,00             |
| 684             | Provisões p/ aplicações financeiras       | 0,00             | 0,00             |
| 685             | Diferenças ed câmbio desfavoráveis        | 54,47            | 393,82           |
| 687             | Perdas na alienação aplicações tesouraria | 0,00             | 0,00             |
| 688             | Outros custos e perdas financeiras        | 19.913,44        | 68.697,80        |
|                 | Resultados financeiros (+/-)              | -53.799,19       | -29.294,88       |
|                 | <b>TOTAL</b>                              | <b>56.534,21</b> | <b>44.158,64</b> |

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos que provem de negociações de pagamentos a fornecedores.

| Proveitos e Ganhos |                                       | Exercícios       |                  |
|--------------------|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Cod                | Designação                            | 2017             | 2016             |
| 781                | Juros Obtidos                         | 0,00             | 0,00             |
| 783                | Rendimentos de Imóveis                | 0,00             | 0,00             |
| 785                | Diferenças de câmbio favoráveis       | 22,32            | 12,20            |
| 786                | Descontos p/pagamentos obtidos        | 55.324,32        | 33.946,18        |
| 787                | Outros custos e perdas financeiras    | 0,00             | 0,00             |
| 788                | Outros proveitos e ganhos financeiros | 1.187,57         | 10.200,26        |
| <b>TOTAL</b>       |                                       | <b>56.534,21</b> | <b>44.158,64</b> |

O resultado financeiro do exercício é negativo em 53.799,19 euros, essencialmente em virtude dos juros mora, apesar do perdão dos mesmos negociados com o fornecedor em 40%.

### 12.2.38. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

| Custos e Perdas |   | Exercícios          |                     |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|
| Cod             | Designação                                    | 2017                | 2016                |
| 691             | Transferências de capital concedidas          | 0,00                | 116,07              |
| 692             | Dívidas incobráveis                           | 90.115,43           | 120.561,85          |
| 693             | Perdas em existências a)                      | 28.830,15           | 95.494,92           |
| 694             | Perdas em imobilizações b)                    | 7.671,01            | 104.618,16          |
| 695             | Multas e penalidades c)                       | 68.667,27           | 239.183,76          |
| 696             | Aumentos amortizações e provisões             | 0,00                | 0,00                |
| 697             | Correcções relativas exercicios anteriores d) | 3.356.259,91        | 2.459.391,04        |
| 698             | Outros custos perdas extraordinários          | 2.088,39            | 475,26              |
|                 | Resultados extraordinários (+/-)              | -1.722.709,09       | 917.290,31          |
| <b>TOTAL</b>    |   | <b>1.830.923,07</b> | <b>3.937.131,37</b> |

| Proveitos e Ganhos |   | Exercícios          |                     |
|--------------------|---|---------------------|---------------------|
| Cod                | Designação                                    | 2017                | 2016                |
| 792                | Recuperações de dívidas                       | 0,00                | 0,00                |
| 793                | Ganhos em existências                         | 1.637,71            | 1.254,74            |
| 794                | Ganhos em imobilizações                       | 0,00                | 0,00                |
| 795                | Benefícios e penalidades contratuais          | 21.027,37           | 45.853,10           |
| 796                | Reduções de amortizações provisões e)         | 154.786,30          | 385.359,73          |
| 797                | Correcções relativas exercicios anteriores f) | 1.440.183,59        | 3.253.952,43        |
| 798                | Outros proveitos ganhos extraordinários g)    | 213.288,10          | 250.711,37          |
| <b>TOTAL</b>       |   | <b>1.830.923,07</b> | <b>3.937.131,37</b> |

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;

- c) As multas e penalidades resultam de custos de multas fiscais e processos judiciais, essencialmente pelo, pagamento de indemnizações decorrentes acções desfavorável ao CHLO.
- d) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, correções ao contrato programa;
- e) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam essencialmente regularizações de anos anteriores;
- f) A redução das provisões contabilizadas na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, justifica-se com a redução das provisões de cobrança duvidosa, cobrança de taxas moderadores e de existências.
- g) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

## 12.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 12.2.39.1. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de dezembro de 2017:

| <b>Acréscimos de Proveitos</b> |                                  | <b>2017</b>          | <b>2016</b>          |
|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| 27191                          | Instituições Ministério da Saúde | 27.463.618,49        | 80.321.613,46        |
| 27199                          | Outras Entidades                 | 7.383.142,72         | 7.940.452,68         |
| <b>Total</b>                   |                                  | <b>34.846.761,21</b> | <b>88.262.066,14</b> |

| <b>Custos Diferidos</b> |                         | <b>2017</b>      | <b>2016</b> |
|-------------------------|-------------------------|------------------|-------------|
| 2729                    | Outros Custos Diferidos | 46.017,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>            |                         | <b>46.017,00</b> | <b>0,00</b> |

| <b>Acréscimos de Custos</b> |                             | <b>2017</b>          | <b>2016</b>          |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| 2732                        | Remunerações a liquidar     | 15.176.956,22        | 14.741.992,62        |
| 2739                        | Outros acréscimos de custos | 3.387.349,79         | 1.444.083,81         |
| <b>Total</b>                |                             | <b>18.564.306,01</b> | <b>16.186.076,43</b> |

| <b>Proveitos Diferidos</b> |                              | <b>2017</b>         | <b>2016</b>         |
|----------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|
| 2745                       | Subsídios para Investimentos | 1.359.683,44        | 1.520.323,73        |
| 2749                       | Outros proveitos diferidos   | 836.318,23          | 3.251.725,65        |
| <b>Total</b>               |                              | <b>2.196.001,67</b> | <b>4.772.049,38</b> |

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados de 2013 a 2017, mas ainda não faturados à ACSS no montante de 22.137.607,93 euros, no âmbito dos Contratos Programa ainda em aberto, é de referir que não existe qualquer valor registado entre os Contratos Programas 2013-2016 devido aplicação do Ofício nº 8668/2018/DFI/URG Coord./ACSS (ver ponto 12.2.32), contudo o mesmo ofício estipula a probabilidade de ocorrência de facturação, caso se verifique essa necessidade, e à ARSLVT no que se refere às Dialise Peritoneal e Hemodialise no montante de 4.281.733,05 euros, utentes e outras entidades de atos médicos, taxas moderadoras e outras receitas ainda não facturadas perfazendo o total de 7.383.142,72 euros;

Na rubrica custos diferidos encontra-se registada a recepção da factura mensal da seguradora referente ao seguro de acidentes de trabalho correspondente ao mês de Janeiro de 2018.

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2018, mas respeitantes a 2017 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. Na rubrica Outros Acréscimos de Custos estão registados custos ocorridos em 2017, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2018, mas respeitam ao exercício de 2017.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados, e também o efeito do Programa centralizado de financiamento da Hepatite C, que implica um efeito nulo nos resultados do CHLO, uma vez que compensa o custo incorrido com o consumo destes medicamentos.

#### 12.2.39.2. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

| Orgão Sociais |                           | 2017              |
|---------------|---------------------------|-------------------|
| 6411          | Conselho de Administração | 363.759,13        |
| 6223          | Fiscal Único a)           | 20.122,08         |
| <b>Total</b>  |                           | <b>383.881,21</b> |

a) Inclui IVA à taxa legal

#### 12.2.39.3. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

| Activo       |                                  | 2017                 | 2016                  |
|--------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------|
| 211          | Clientes C/C                     | 154.947,52           | 261.269,40            |
| 2111         | Subsistemas                      | 12.062,29            | 40.848,58             |
| 2113         | Companhias de Seguros            | 111.677,63           | 158.218,04            |
| 2119         | Outros Clientes                  | 31.207,60            | 62.202,78             |
| 213          | Utentes                          | 181.849,85           | 76.040,38             |
| 215          | Instituições do Estado           | 31.266.150,58        | 466.279.541,84        |
| 218          | Clientes Cobrança Duvidosa       | 6.157.484,73         | 6.157.450,68          |
| 21811        | Subsistemas                      | 191.487,93           | 155.086,79            |
| 21813        | Companhias de Seguros            | 702.127,85           | 704.764,57            |
| 21819        | Outros Clientes                  | 1.035.393,09         | 1.151.263,28          |
| 2183         | Utentes c/c                      | 2.801.103,20         | 2.810.051,45          |
| 2189         | Outros Clientes                  | 1.427.372,66         | 1.336.284,59          |
| 229          | Adiantamentos a fornecedores     | 64.283,79            | 198.130,61            |
| 26           | Outros Devedores                 | 29.973.893,03        | 16.136.866,58         |
| 262          | Pessoal                          | 107.722,89           | 260.806,36            |
| 266          | Subscritores de Capital          | 22.806.666,67        | 0,00                  |
| 268311       | Instituições Ministério da Saúde | 4.586.580,95         | 13.490.326,55         |
| 268319       | Outras Instituições Públicas     | 1.324.830,29         | 1.338.380,42          |
| 26833        | Adiantamentos a doentes          | 2.000,00             | 2.000,00              |
| 26839        | Outros Devedores diversos        | 557.731,15           | 681.713,31            |
|              | Outros Devedores                 | 588.361,08           | 363.639,94            |
| <b>TOTAL</b> |                                  | <b>67.798.609,50</b> | <b>489.109.299,49</b> |

A redução da rubrica de 215 - Clientes – Instituições do Estado tem por consequência a não aplicação da Circular Normativa nº 14/2012, de 10 de Fevereiro, mas sim as instruções já referido ofício, que vem alterar o registo contabilístico, sendo que os Proveitos estimados da Produção estão agora registados em “Acréscimos e Diferimentos”, os valores faturados referentes aos Contratos-programa ainda não validados pela ACSS em “Dívidas de terceiros – curto prazo – Instituições Crédito” e os adiantamentos recebidos da ACSS, em “Adiantamentos de Clientes” no Passivo.

A variação da rubrica de 26 – Outros devedores, resulta essencialmente do registo do aumento do capital estatutário de acordo com o despacho 1265/2017 que estipula o registo em 2017 e realização em Janeiro de 2018, do encontro de contas com ARSLVT e do estipulado do despacho 4/2017, que promove a circularização das dívidas das ARS com as entidades EPE do SNS e que assegura que estas se encontram devidamente reconhecidas na contabilidade do devedor e do credor. Deste modo com a

circularização das dívidas, a ACSS autorizou o encontro de contas, em contrapartida das injeções excepcionais de fundos ocorridas durante o ano de 2017 para regularização das dívidas a fornecedores.

#### 12.2.39.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

| Activo                            |                   | Exercicios        |  |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|--|
| Designação                        | 2017              | 2016              |  |
| IRC - Pagamento Especial p/ Conta | 35 000,00         | 308 700,87        |  |
| IRC - Pagamento p/ Conta          | 429 722,56        | 0,00              |  |
| IRC - Retenção na Fonte           | 0,00              | 78,65             |  |
| <b>Total</b>                      | <b>464.722,56</b> | <b>308.779,52</b> |  |

| Passivo                        |                     | Exercicios          |  |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|--|
| Designação                     | 2017                | 2016                |  |
| IRS - Trabalho Dependente      | 1 412 944,74        | 1 548 955,00        |  |
| IRS - Trabalho Independente    | 31 478,69           | 33 560,43           |  |
| IRS - Outro Rendimentos        | 1 000,00            | 47,00               |  |
| IVA a Pagar                    | 160 488,04          | 171 982,85          |  |
| Contribuições Segurança Social | 2 349 159,63        | 2 434 768,87        |  |
| IRC- Imposto a pagar           | 31 170,10           | 564 008,03          |  |
| <b>Total</b>                   | <b>3.986.241,20</b> | <b>4.753.322,18</b> |  |

#### 12.2.39.5. OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

| Passivo |                                       | 2017                | 2016                |
|---------|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| 262     | Pessoal                               | 0,00                | 174 393,93          |
| 263     | Sindicatos                            | 10 840,92           | 11 433,28           |
| 26881   | Credores Diversos Instituições Estado | 3 496 971,98        | 6 178 286,26        |
| 26882   | Cauções de Fornecedores               | 1 582,60            | 13 628,31           |
| 26889   | Outros Credores Diversos              | 1 320 366,17        | 1 248 135,61        |
| 2689    | Outros                                | 98 243,02           | 139 875,19          |
|         | <b>Total</b>                          | <b>4.928.004,69</b> | <b>7.765.752,58</b> |

### 12.2.39.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo decompõe-se pelas seguintes rubricas:

| Rúbrica      |                                 | 2017                 | 2016                 |
|--------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| 621          | Subcontratos                    | 7.533.047,42         | 5.795.623,59         |
| 62211        | Electricidade                   | 1.805.508,43         | 1.829.035,64         |
| 62212        | Combustível                     | 1.334.651,38         | 1.784.017,62         |
| 62213        | Água                            | 773.511,81           | 803.924,82           |
| 62219        | Rendas e Alugueres              | 772.278,67           | 816.802,99           |
| 62222        | Comunicação                     | 220.920,45           | 192.801,41           |
| 62229        | Honorários                      | 469.608,83           | 473.476,18           |
| 62232        | Conservação e Reparação         | 4.839.999,76         | 4.169.750,77         |
| 62234        | Limpeza, Higiene e Conforto     | 2.635.529,39         | 2.550.436,39         |
| 62235        | Vigilância e Segurança          | 768.900,36           | 768.900,36           |
| 62236        | Trabalhos especializados        | 6.731.190,59         | 6.122.024,34         |
| 6229         | Outros Fornecimentos e serviços | 116.106,64           | 177.681,02           |
|              | Outros Custos                   | 66.184,41            | 91.775,02            |
| <b>Total</b> |                                 | <b>28.067.438,14</b> | <b>25.576.250,15</b> |

O aumento das rubricas face ao período homólogo, deve-se essencialmente aos subcontratos, conservação e reparação, e trabalhos especializados.

O aumento dos subcontratos resulta do aumento das unidades terapêuticas de sangue, transportes doentes e ao aumento do n.º de vales cirúrgicos.

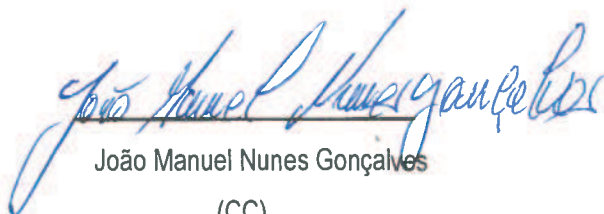
Em relação a conservação e reparação o acréscimo prende-se essencialmente com os custos inerentes ao "foco de Legionella " ocorrido no final do ano no Hospital São Francisco Xavier.

Por sua vez o acréscimo verificado nos trabalhos especializados deve-se ao aumento da prestação de serviços médicos.

### 12.2.39.9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

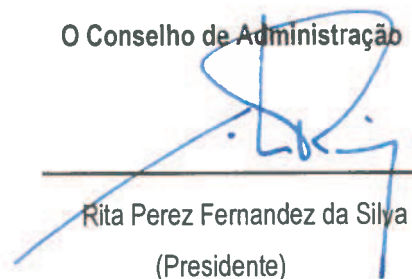
Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar, em 31 de Dezembro de 2017.

**Contabilista Certificado**



João Manuel Nunes Gonçalves  
(CC)

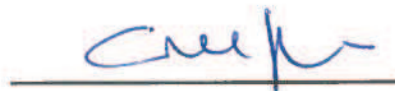
**O Conselho de Administração**



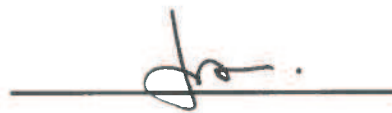
Rita Perez Fernandez da Silva  
(Presidente)



Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva  
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira  
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia  
(Diretor Clínico)



Fernanda Maria da Rosa  
(Enfermeira Diretora)